



SENADO
FEDERAL



SÃO PAULO
VENCEU!

Arnon de Mello

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 249

SÃO PAULO VENCEU!

por Arnon de Mello

Um jovem repórter de apenas vinte e dois anos viaja a São Paulo num trem que leva militares ao combate. É o enviado dos Diários Associados para relatar a seus leitores o enfrentamento entre os revoltosos e a tropa federal. Em 1932, o Estado de São Paulo, descontente com a política de Getúlio Vargas, reivindicando maior liberdade política e eleições prometidas, insurge-se contra o governo e pega em armas.

Formado em Direito, Arnon de Mello registra a estratégia dos combatentes, as decisões políticas e as ânsias de liberdade e de sufocamento das expressões públicas, cerceadas pelo autoritarismo de Getúlio Vargas. O repórter acompanha as tropas, entrevista generais como Góis Monteiro, torna-se um outro tipo de combatente: o homem da denúncia e a testemunha ocular que o faz ao mesmo tempo um jornalista e um memorialista escrevendo sobre a História do seu tempo.

Arnon de Mello, contudo, não está preocupado apenas com o registro das ações bélicas e da ambiência política. Aqui, neste livro, estão contidos os relatos humanos, o drama dos combatentes, a visão social do embate que colocou durante oito meses irmãos contra irmãos brasileiros. De estilo cativante, fluido, Arnon de Mello envolve o leitor em sua teia narrativa e o coloca no centro do conflito. O livro mais lembra uma conversa com o leitor, o que não impede que o intelectual, o repórter e, mais tarde, o político deixem suas marcas.

(Continua na contracapa)

(*Continuação da capa*)

Arnon de Mello (1911-1983) foi advogado, empresário, senador e governador de Alagoas. A ida do jovem jornalista ao *front* representou para ele um aprendizado de vida, de visão política e uma lição de brasilidade. Arnon conclui que São Paulo venceu a guerra ao superar o confronto e mostrar ao Brasil seu processo rápido e vitorioso de industrialização, ao mesmo tempo que “esmagado militarmente, obrigou, porém, os ditatoriais ao apelo às urnas”. Pressionado, o governo de Getúlio Vargas convocou a Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, que promulgou uma nova Constituição. Desta maneira, a luta dos paulistas não foi em vão e representou uma “vitória” política mesmo com derrota militar. No preâmbulo da nova Constituição, consta que ela foi redigida “para organizar um regime democrático, que assegura à nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar econômico”.

Os historiadores e pesquisadores sociais têm aqui mais um elemento para compor o quebra-cabeça da Revolução de 30, que levou Getúlio ao poder. Às diversas versões e análises sobre o período, vale incorporar o depoimento de quem buscava relatá-lo de forma impessoal, vivenciando os fatos, registrando-os num diário frenético e sob condições pouco favoráveis. O desenrolar do embate entre a democracia e um governo autoritário, visto por um jovem idealista, perspicaz observador, resultou neste livro que ora o Conselho Editorial do Senado recoloca em circulação para fazer jus à bibliografia sobre essa época.



Heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932

.....

SÃO PAULO VENCEU!



Mesa Diretora

Biênio 2017/2018

Senador Eunício Oliveira
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel
1º Secretário

Senador Gladson Cameli
2º Secretário

Senador Antônio Carlos Valadares
3º Secretário

Senador Zeze Perrella
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Amorim
Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre
Senador Cidinho Santos

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 249

SÃO PAULO VENCEU!

Prefácio de
João Neves

Arnon de Mello



Brasília – 2018

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 249

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2018
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)
Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-942-4

.....

Mello, Arnon de.

São Paulo venceu! / Arnon de Mello ; prefácio de João Neves. –
Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.
180 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 249)

1. Revolução (1930), Brasil. 2. Política e governo, São Paulo (Estado). 3. São Paulo (Estado), história. 4. Brasil, história, 1930. I. Título. II. Série.

CDD 981.61

.....

.....

Sumário

PELA CONSTITUIÇÃO
pelo Senador Fernando Collor
pág. 11

Ao Leitor
por João Neves
pág. 13

São Paulo venceu!
pág. 19

Agosto
pág. 72

A palavra do comandante das forças ditatoriais
pág. 157

A crítica e Arnon de Mello
pág. 166

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 175

A
Luís Morais
e
Carlos Saboia

.....

Pela Constituição

SENADOR FERNANDO COLLOR

O *S 30 ANOS de dominação da política do “café-com-leite”, alusão ao acordo tácito de alternância de poder entre os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, terminaram com as transformações profundas trazidas pela conhecida “Revolução de 30”.*

Quem quebrou o acordo foi o presidente Washington Luís, paulista, quando, pela ordem de alternância deveria indicar um mineiro para sucedê-lo, indicou outro paulista.

Interessante é que essa disputa não se deu apenas no âmbito da política, mas igualmente entre os militares, com forte atuação de oficiais gaúchos e mineiros. Isso justifica a assunção ao poder de um gaúcho.

Getúlio Vargas, assumiu com uma proposta de retomada da normalidade política, o que não aconteceu na velocidade que os

paulistas exigiam, fosse como força econômica, política e social; fosse pela imperiosa necessidade de controlar as decisões governamentais.

Em 1932, ou seja, dois anos depois de Vargas assumir o poder, os paulistas se rebelaram, fazendo eclodir uma contrarrevolução, denominada Revolução Constitucionalista, por pregar convocação de eleição geral.

O governo federal reagiu e a revolta armada transformou São Paulo numa praça de guerra. A indústria paulista rapidamente se adaptou à indústria bélica e até as ferrovias serviram para o deslocamento de tropas, em vagões adaptados e padronizados para o uso militar.

Mas, não foi possível superar a reação imediata e avassaladora do governo central. Terminado o confronto, o Estado de São Paulo estava arrasado, como se dá aos perdedores.

Nesse quadro de adversidade visível, o jornalista Arnon de Mello lançou o livro com o título São Paulo venceu, o que levou à reflexão: como São Paulo venceu, se está em luto pelas mortes vãs e pelos esforços inúteis de guerra?

Esse detalhe chamativo do livro mostra a sagacidade do jornalista Arnon de Mello, primeiro para confortar os perdedores, ou seja, os pais enlutados, as viúvas e os órfãos; segundo, para mostrar que daquelas cinzas se ergueria outra locomotiva econômica e poderosa.

Nisso, São Paulo venceu, tal qual preconizou o jornalista, ex-governador de Alagoas e ex-senador Arnon Affonso de Farias Mello.

.....

Ao leitor

JOÃO NEVES

*F*OI SEGURAMENTE A IMPRENSA a principal vítima dos que defraudaram os intuitos fundamentais da revolução de 1930. A campanha política, que precedeu, preparou, animou e justificou a subversão da ordem legal, teve no jornalismo uma das maiores – senão a maior – das armas de combate. Graças à prédica intrépida dos mais prestigiosos quotidianos e à campanha tenaz dos ases do publicismo brasileiro, o ambiente gelado das primeiras horas, pela memória das decepções anteriores, converteu-se na chama, que acabou por incendiar o país em todas as camadas, numa quase unanimidade. O que toda gente reclamava – por lá razón ó la fuerza – era acima de tudo a reconquista das liberdades públicas e das franquias civis, que uma prática viciosa reduzira a expressões teóricas, embalsamadas, como letras mortas, no texto da lei fundamental. Grande e bela jornada de inteligência e de bravura a que em 1929, valendo-se da pena e da palavra, ganhou a opinião, de ponta a ponta, como uma vasta preparação de artilharia a revolver o terreno dos últimos preconceitos e reservas.

Jornalistas e tribunos reavivaram, no cenário inquieto do primeiro quartel do século XX, a idade de ouro da Abolição e da Propaganda. O levante armado foi assim apenas um passeio militar, quase uma simples mobilização geral, o que não impediu a superprodução de heróis, a despeito da exiguidade de batalhas. É que a fortaleza estava minada desde os alicerces. Durante quatorze meses, o poder do verbo oral e escrito reduziu as casamatas do regime a meras ficções.

Tudo indicava – as promessas do candidato vencido pela ata falsa e empossado pela força, os antecedentes da jornada, a folha de serviços dos que, entrincheirados na imprensa, haviam sofrido a censura, a prisão e o nome no índice, que se abrisse desde logo o debate público e irrestrito das novas diretrizes programáticas e que a crítica honesta não encontrasse nos vencedores inimigos mais implacáveis do que aqueles que, a 24 de outubro, tombavam com o sistema. Desgraçadamente assim não foi. Não foi e não podia sê-lo, porque os que ocuparam o poder traziam disfarçado, sob a bandeira liberal, o contrabando sinistro da ditadura sine die. A nação armada e desarmada abrira as portas do poder a uma ideia e os homens, que diziam encarná-la, dissimulavam sob o véu das promessas mendazes apenas o apetite subalterno do mando para uma minoria de arrivistas sem programa, distanciados da época e dos sentimentos do Brasil.

Sabe toda gente o que foi o prélio tremendo entre a ditadura e o povo. Bafejado pela simpatia geral, o governo provisório dissipou aquele capital com uma prodigalidade insensata. Vimo-lo em breve abandonado por todos, instaurando no país o regime da exceção, inovando inconscientemente todos os rumos, perturbando os serviços públicos, criando uma atmosfera de sobressalto a todos os direitos, alarmando a consciência pública com a prédica de ideolo-

gias exóticas, ferindo os melindres do sentimento provincial, fugindo aos compromissos, esquecido de deveres, inepto e desimantado, protelando, entre o caporalismo audacioso e medíocre, o implemento da sua única e verdadeira finalidade – a reta consulta ao povo através de um pleito eleitoral honesto.

Animado de tais propósitos, teria de ser a imprensa a sua vítima predileta, sacrificada até pela selvageria do empastelamento, oficial e impune. Até mesmo premiado, em cerimônia pública, com os mimos e o discurso do chefe de Estado, sorridente e insensível entre os heróis do atentado. Estava na lógica das atitudes assumidas. Pelo suborno, a perseguição, a ameaça, o cárcere e o desterro, a ditadura pretendeu amordaçar a voz da nação rebelde aos caprichos oligárquicos. Em nenhuma fase da história brasileira, foram consumadas maiores denegações da liberdade de pensamento. Também jamais, em nosso infelizmente país, o desplante do falso jornalismo – o da verba secreta – tomou proporções mais atrevidas.

Fechadas todas as válvulas de segurança, São Paulo, de armas em punho, durante três longos meses escreveu nos campos de Piratininga a mais rude epopeia da sua crônica.

Não é este o lugar para fazer o relato dos antecedentes da pugna, que ficou como uma lição formidável. Volte o leitor esta página descolorida e contemple, através do depoimento de um repórter à moderna, o esplendor da energia brasileira no Estado de São Paulo.

Arnon de Mello pertence à novíssima geração de jornalistas. Tem os dois predicados indispensáveis ao métier – sabe observar e escrever. Neste livro, deixa ele, para o julgador de amanhã, o testemunho insuspeito dos que, combatendo contra a vontade da pátria, honraram ainda assim o Brasil pela resistência a todas as provações. Lendo-o, nós, os vencidos, vemos pelo avesso o tecido da fulgurante

jornada e lá, mais do que alhures, encontramos a certeza de que estávamos de bom lado.

Neste livro, sobressai, como verdade inconteste, o título – SÃO PAULO VENCEU! Os tímidos, os maus observadores, os interesseiros vulgares supõem que São Paulo perdeu a partida, porque o inimigo continuou no Catete. Quem aprofundar, porém, um pouco no caos da atualidade brasileira, acabará convencido de que a ditadura é que foi campalmente derrotada a 29 de setembro do ano passado. Nunca Pirro conquistou triunfo de semelhantes conquências. A ditadura jogou conosco o – perde-ganha. Se a derribássemos materialmente, perderia. Se capitulássemos, pela força, perderia também. É simples a prova. Até 9 de julho, não se alistava um eleitor, não se movimentavam os cadastros da cidadania, não se acreditava na realização do pleito, embora a data estivesse fixada, os tutores do país não admitiam sequer a possibilidade dos comícios. O gabinete secreto tinha nas mãos a chave da situação. São Paulo, esmagado militarmente, obrigou, porém, os ditatoriais ao apelo às urnas. Não foi um tímulo, mas um fiat. Os mais encarniçados inimigos do pleito renderam-se e sucumbiu no vale do Paraíba, nas margens do Paranapanema e na resistência de Campinas.

Aos incrédulos oponho a genuína expressão do que eles, os ditatoriais, sentem e pensam.

Formando na própria casa do ministro do Exterior o sindicato político, que lhes garanta a continuidade do poder, eles mesmos afirmaram em nota oficial, com admirável candura:

“Todas essas forças, que agora se unem contra a Ditadura, estão convencidas de que a Constituinte, por si só, não resolve o problema brasileiro. Entretanto fizeram dela a bandeira da luta, calculando que, tendo que vir ou mais cedo ou mais tarde [sic!], o seu advento

lhes proporcionaria, de qualquer forma, perante o povo, UMA SITUAÇÃO DE MEIA VITÓRIA, que contam poder explorar CONTRA OS PARTIDÁRIOS DA DITADURA”.

Parece inacreditável que, em tais termos inequívocos, a confissão possa ter brotado da pena de um grupo de homens, que desfrutam a posse do poder e se arrogam o direito de dominar o povo brasileiro. Mas lá está escrito com todas as letras que eles eram PARTIDÁRIOS DA DITADURA e que foram derrotados... por metade. Isto é, tiveram que engolir a solução eleitoral!

Os vencidos – e são eles os vencidos – ainda regateiam com a magistratura da opinião, para conceder-nos apenas, num recibo público, a MEIA VITÓRIA, como concordatários de má fé!

Não. A vitória foi integral, total, absoluta.

Bem sei que cada um dos síndicos da falência ditatorial ainda obriga a esperança de duper a consciência cívica do Brasil, arrancando de urnas viciadas pela fraude e a violência uma assembleia de autômatos que referende apenas o projeto deles e conserve no Catete, como presidente, o ditador vencido pela energia bandeirante, vanguarda irresistível da Nação desarmada. Também esse último sonho não tardará a dissipar-se no éter das utopias políticas. Porque ou a eleição anunciada será um confronto livre entre correntes políticas, ou o povo brasileiro não a terá jamais como expressão de sua vontade soberana.

Esperemos.

De qualquer forma, São Paulo venceu. E a sua vitória quem a proclamou primeiro foi o general Valdomiro Lima, compreendendo com acerto que não lhe tocava, como despojo de guerra, uma satrapia vacante, mas o governo de um grande povo, que impusera, pelo sacrifício, ao Brasil os rumos inapagáveis da legalidade. Não recorreu s. ex. às práticas que levaram os paulistas às armas do

desagravo. O exemplo era recente. A lição fora proveitosa. Tem-lhe isso valido conspirações extremistas, ameaças, sobrecechos carregados? Seguramente. Que maior prova de que o que eles querem é um São Paulo ocupado, talado, humilhado?

São Paulo venceu! Todas as penas que nos tocaram, no inventário das responsabilidades, são doces prêmios em confronto com a certeza de que os destruimos na louca tentativa de implantar no Brasil a ditadura decenal, intuito confessado das primeiras honras, com a sobrecarga das legiões e dos clubes.

Passada esta fase torva de cavilações, o Brasil há de chegar, pela soma das nossas renúncias, a compreender, como Herriot, num artigo recente, que os seus dirigentes têm de pertencer “à ceux qui croient à l’identité de la conscience politique et la conscience morale.”

Bravos ao jornalista adolescente, que, entre os clarões da juventude iluminada pela inteligência, foi o primeiro a proclamar com desassombro – SÃO PAULO VENCEU! É essa segurança, que enfurece os nossos adversários, dá-me hoje, na paz destas montanhas coroadas de gelos eternos, a alegria de verificar que os vencidos-vencedores, de hoje, amanhã dentro da pátria serão os vencedores magnânimos, para edificação do Novo Brasil.

Puente del Inca – Cordilheira dos Andes – 25 de março de 1933.

.....

São Paulo venceu!

ENVIADO ESPECIAL dos Diários Associados junto às forças em operações no vale do Paraíba e tolhido pela censura de publicar qualquer coisa que ferisse os melindres da Ditadura, resolvi logo escrever um *diário*, em que pusesse tudo quanto visse e ouvisse no decorrer do movimento. Daí, este livro, feito ao calor da luta, mas em que eu procurei ser sempre fidedigno, sofrendo o mais possível o meu entusiasmo de moço, francamente favorável ao grito de protesto que, com sacrifício da sua população e da sua riqueza, S. Paulo ergueu em bem do Brasil.

Espectáculo grandioso o que presenciamos em 32: o maior Estado da Federação marchar, como um só homem, contra a opressão e anarquia para garantir as liberdades públicas e assegurar a ordem! Oliveira Viana, nas *Populações meridionais do Brasil*, observa que, “em questão de serviço militar, o brasileiro é um refratário histórico, o tributo do sangue o apavora e ele não é capaz de aventurar-se por gosto nos prélios sangrentos, ombreando com a morte em convívio familiar”. No entanto, viu-se com ardor S. Paulo em peso, da mocidade à velhice, se lançar às armas, acorrendo aos quartéis e dirigindo-se às trincheiras para vencer ou para morrer. Que exemplo, que amor à liberdade, já tão brilhantemente afirmados em 42!

Separatismo, comunismo, guerra de plutocratas, contrarrevolução, tudo foi dito do movimento paulista, para incompatibilizá-lo e para

ocultar a sua bandeira de reivindicações nacionais, tal qual já se fizera em 30 com o movimento encabeçado pelo Rio Grande do Sul. Principalmente em alguns Estados, desenvolveu-se uma campanha tenaz e insidiosa contra S. Paulo (isto, sim, é que é separatismo!), dado como inimigo do Norte e do Brasil. Inimigo do Norte, S. Paulo, onde os nortistas tanto prosperam; inimigo do Brasil, S. Paulo, a terra dos bandeirantes, a quem devemos o alargamento das nossas fronteiras...

Mas o país inteiro fez-se surdo aos tenores ditatoriais, logo se deixando empolgar pela grandeza da causa constitucionalista. E o Governo contou, do começo ao fim do movimento, com a sua resistência passiva, embora desde o início tivesse, solertemente, procurado inverter os papéis, apresentando-se como agredido, quando era o agressor frio e implacável da dignidade nacional.

E S. Paulo venceu! Venceu, porque teve ao seu lado toda a nação contra uma ditadura, moralmente falida e sustentada apenas pela força. Venceu, porque assegurou a implantação da lei nas incertezas do momento. Venceu, porque, é um fato que ninguém ignora, deu novos rumos ao Brasil.

No terreno militar, se a sua vitória não se caracteriza pela resistência heroica que, sozinho, quase sem armas e apenas com 35.000 homens em luta, opôs, durante mais de oitenta dias, a um inimigo armado até os dentes com 100.000 soldados em pé de guerra – aí está a palavra insuspeita do general Góis Monteiro, na entrevista do fim deste volume. Ele diz que os paulistas teriam esmagado o Governo Provisório, se, nos primeiros dez dias, o houvessem atacado com decisão e rapidez. E o general Valdomiro Lima, entrevistado por mim para o *Diário da Noite*, quando da sua primeira visita ao Rio, como governador militar de S. Paulo, declarou-me mais ou menos a mesma cousa, acentuando que os revolucionários perderam por falta de comando.

Todos veem, nestas condições, que ao comando geral das tropas constitucionais cabem as responsabilidades de uma derrota que seria uma vitória. Karl Marx já frisava que a “defensiva é a morte de toda insurreição armada, a qual fracassa antes de chocar-se com o inimigo”. Pois bem, os paulistas mantiveram-se sempre em defensiva, consumindo inutilmente as suas forças e restringindo de maneira lamentável o seu ascendente moral sobre o adversário. Foi o motivo do seu desastre, o grande erro dos seus chefes.

Mas “a sorte de uma batalha é o resultado de um instante, de um pensamento” – dizia Napoleão. A derrota de S. Paulo foi mais aparente de que real. A Ditadura compreendeu bem, aliás, este fato, não confiando muito no triunfo que lhe proporcionavam a inação dos chefes militares constitucionalistas e a traição de figuras declaradamente partidárias do movimento. A prova disso é que não se julgou com coragem para adiar as eleições, nem continuou a dar braço forte aos extremistas, tomando, ao contrário, uma orientação bem moderada, mais de acordo com as aspirações nacionais.

Hoje, pode-se dizer que a Revolução de 32 salvou a de 30, já desmoralizada, já sem crédito algum na opinião, a debater-se num “deserto de homens e de ideias” e a emaranhar-se, dia a dia, em novos “ensaios e decepções”. Impondo, pelo menos, ao Governo Provisório uma norma de vida diferente, uma diretriz mais segura e mais consentânea com o programa que o elevou ao poder, ela reduziu a desconfiança pública na pureza do movimento de outubro e trouxe ao país outros tantos benefícios, alguns dos quais o próprio Sr. Getúlio Vargas reconhece no seu manifesto de 20 de setembro:

“Os benefícios que lhe advirão [ao Exército] dessa prova de resistência à desordem serão incalculáveis. Integrado na disciplina e no despeito hierárquico, afastar-se-á naturalmente das competições políticas para se aperfeiçoar e cumprir a sua nobre e elevada missão”.

*

S. PAULO VENCEU! É um livro de repórter, de indiscrições e de verdades. Nele, como já disse, procurei ser sempre fidedigno. Sou uma testemunha que narra simplesmente o que viu e ouviu, sem quase externar opiniões ou fazer julgamentos.

Para recolher o material que aqui se encontra, tive, no entanto, de lutar com vários obstáculos. A minha qualidade de representante dos Diários Associados não me recomendava muito à confiança dos oficiais. Eram mesmo raros, principalmente no início da luta, os que me falavam sinceramente da situação. Eu vivia quase isolado, como uma pessoa tímida, e isso, em meio à valentia dos combatentes, talvez até me confortasse um pouco a vaidade...

Mas, graças àquele “impulso humano – a que se referia o Fradique – de latitude infinita, que, como todos, vai do reles ao sublime”, levando-nos, “por um lado, a escutar às portas e, por outro, a descobrir a América”, afastei, até certo ponto, as reservas que me cercavam, abri uma brecha na grossa parede da discricção militar e pude, assim, conhecer muita cousa curiosa e sensacional que agora trago à publicidade.

As declarações do general Góis Monteiro, que exprimem fielmente o seu pensamento, porque já foram por ele convenientemente lidas e revistas, e as palavras de oficiais, cujos nomes deixo muitas vezes de revelar por motivos facilmente compreensíveis, são bastante expressivas para fixar uma hora. São afirmações, depoimento e comentários espontâneos e sinceros que dão, em conjunto, uma ideia do que foram, no setor do vale do Paraíba, os meses de julho e agosto, sem dúvida os mais interessantes de toda a campanha.

Com este livro simples e apressado, mas verdadeiro e honesto, desejo, enfim, lançar um pouco de claridade no confusionismo atual e fornecer alguns elementos exatos de informação aos que futuramente se preocupem com os dias tormentosos e heroicos da Revolução Constitucionalista.

Rio, fevereiro de 1933.

ARNON DE MELLO

.....

Julho

Quarta-feira, 13 de julho

SOU INCUMBIDO de acompanhar mais de perto as operações militares do vale do Paraíba, como enviado especial dos Diários Associados. O general Góis Monteiro partiu esta madrugada para comandar o Exército de Leste e se encontra, com o seu Q.G., na Barra do Piraí.

Deixo o Rio de tarde e o deixo sob a impressão geral de um acordo. A entrevista que o chefe das forças ditatoriais concedeu ao *Diário da Noite* e a divulgação das notícias referentes à chegada de dois oficiais da 2ª Região Militar, que com ele vieram conferenciar, levam todo mundo a crer num entendimento. E tanto mais quanto, rebentando a Revolução no dia 9, até agora não se iniciaram as hostilidades.

O comboio em que viajo é composto de quatro carros: três de primeira e um de segunda classe. Nos de primeira, regular número de passageiros, entre os quais vários militares. No de segunda, que é especial, um grupo de soldados enfermeiros, com as cabeças sempre às janelas e com as fisionomias denotando certa preocupação. É essa, naturalmente, a causa das insistentes saudações que o trem recebe por onde passa. São adeuses, lenços soltos ao vento, movimento constante de braços a homenagearem alegremente os soldados que vão para o *front*.

No meu carro, também tomou lugar um senhor de óculos, residente em Resende e já maduro de idade. Ele não se mostra satisfeito com o salvo-conduto que a Polícia lhe forneceu, limitando-lhe a viagem até Barra do Piraí:

– Mas eu irei de automóvel. E se me pegarem, digo que vou para minha casa. Não tenho crime nenhum por isso. Não tenho nada com revoluções. Que o diabo carregue todas elas!

Quinta-feira, 14 de julho

Barra do Piraí foi um dos primeiros pontos de desembarque das forças do Governo. Noto a transformação que nela se operou, depois do movimento revolucionário. O seu hotel principal, o da Estação, que fica cobrindo insolentemente a plataforma, como a exigir que todos os viajantes para lá se dirijam e façam despesas, está cheio de oficiais do Q. G., que ali comem, fumam, leem jornais, conversam, discutem.

Na gare, nos edifícios públicos, nos cafés, nos pontos de mais movimento, quase que só se veem fardas e boletins pregados à parede e escritos com a máquina. São avisos do chefe de Polícia Militar, coronel Ávila Lins, determinando aos habitantes que não atravessem a linha férrea à noite, que não bebam, que não cometam crimes, pois, do contrário, serão rigorosamente punidos.

A transformação por que passou a pacata cidade fluminense não agradou muito à sua população.

– Que é que temos nós com o que está acontecendo? – dizia-me, aborrecido, um velho comerciante. No entanto, sofremos mais do que qualquer outro. Um meu colega, o Sr. Di Biase, agente de automóveis Chevrolet, teve requisitado quase todo seu estoque. E, se não fosse o general Góis Monteiro, a quem ele reclamou, teria fechado a sua casa, por falta de mercadoria. Mas não fica somente nas requisições. E a paralisação dos negócios? E a crise tremenda que virá depois? Isso tudo, sem falar na inquietação das nossas famílias, constantemente alarmadas.

*

Encontro mais tarde o general Góis Monteiro na sala de refeições do Hotel da Estação. Ladeando-o, o tenente Faria Lemos, seu aju-

dante de ordens, e o tenente-coronel Pantaleão Pessoa, chefe do seu estado-maior.

Cumprimento-o. Ele se mostra bem humorado. Tem à mesa um tônico e explica-me que precisa fortificar-se.

Pede-me notícias do Rio. Digo-lhe do que corre sobre um entendimento.

– Enquanto não se iniciarem as hostilidades – acentua – está em tempo. Depois disso, porém, não haverá mais soluções boas: só haverá soluções más.

Agora, outro assunto: o rompimento das relações diplomáticas entre a Argentina e o Uruguai. O general frisa:

– Num momento como este, o Brasil não podia deixar de estar unido e em paz: não sabemos quais serão as consequências desse rompimento de relações entre países cujos territórios confinam com o nosso.

Um oficial traz a notícia de que em Itatiaia houve um tiroteio entre patrulhas paulistas e ditatoriais, tendo sido presos três soldados revolucionários. O general já havia tido conhecimento do fato pelo telefone, mas se interessa em ouvir a narrativa.

Terminado o jantar, levantam-se todos. Forma-se, então, numa das janelas do hotel, um grupo, de que fazem parte o general, o capitão Frederico Buys e o capitão Otelo Franco. Comenta-se a prisão, em Juiz de Fora, do general Firmino Borba, que, assumindo o comando da 4ª Região Militar, se manifestara favorável ao movimento constitucionalista.

– A precipitação dos paulistas inutilizou a ação do Borba – observa o capitão Otelo.

O general concorda e vira-se, depois, para mim:

– Já soube do caso do Dr. José Carlos de Macedo Soares? Ele telegrafou da Europa ao chefe do Governo, dizendo que prefere ser vencido com S. Paulo a ser vitorioso contra S. Paulo. As primeiras consequências da luta inglória a que vamos assistir.

Sexta-feira, 15 de julho

O Q. G. deslocou-se, hoje, para Barra Mansa. Quer dizer: uma fileira enorme de carros abandonou, às 3 horas da madrugada, Barra do Pirai, deixando-a menos agitada e em mais liberdade.

Somente pela manhã é que eu sigo para lá. Viajo no expresso, que vem do Rio e passa por aqui às 9 horas. Estou sentado numa das primeiras cadeiras do primeiro carro do comboio, com o meu passaporte limitado até Barra do Piraí e com a fisionomia cheia de uma inocência necessária. Ao lado, noutro grupo de poltronas, uns quatro ou cinco militares, entre os quais o tenente Filinto Muller, conversando animadamente sobre cousas que me interessam. Não faço, porém, grande esforço para ouvir o que eles dizem: a isso me aconselha a minha situação de infrator das medidas policiais (já disse que viajo para Barra Mansa sem salvo-conduto) e de representante de jornais pouco benquistos pela Ditadura. Mas, não indo também ao extremo de tapar os ouvidos, está claro que de vez em quando, me chegam uns pedacinhos saborosos da palestra:

– O Flores surpreendeu, hein? Que esforços para sustentar o Getúlio! E sozinho, contra toda a Frente Única! – fala um.

– Com o Rio Grande e Minas do nosso lado, São Paulo estará em breve perdido – acrescenta outro, com firmeza.

– Não, isso não. Acho que os paulistas aguentarão muito. Lembre-se de 1924: foi aquela resistência que todos viram. E os revolucionários de então não contavam com o Tesouro nem com o Governo do Estado – acentua uma terceira voz.

– Que eles resistirão, resistirão; Mas fique certo: serão fatalmente vencidos.

Pelo caminho vamos encontrando soldados e mais soldados, pertencentes a tropas que esperam condução para a frente de operações. Quase duas horas de viagem entre Barra do Piraí e Barra Mansa. Aí chegado, dirijo-me para o Hotel Careca, onde os oficiais do Q.G irão fazer as suas refeições.

Saio, em seguida, a colher notícias. Encontro um tenente meu conhecido antigo. Ele me pega pelo braço e me diz, com convicção:

– Os paulistas estão irremediavelmente perdidos. O Rio Grande e Minas estão conosco. Eu já soube até que o velho Borges mandou escrever na *Federação* um artigo em que desaprova o movimento e se declara pela paz. O Bernardes, por seu lado, não se mete nisso, que não é tolo. O povo paulista também não vai apoiar revoluções. Foi mesmo uma loucura o que esses políticos fizeram! Nem comando eles têm!

– É o general Klinger?

– Não se iluda. O Klinger, como bom alemão, só se mete em movimentos, cujo triunfo esteja absolutamente assegurado.

Falo, em seguida, ao jovem oficial das notícias correntes no Rio, segundo as quais o general Góis Monteiro estaria comprometido com a Revolução, vivendo mesmo, em consequência disso, espionado pelo Clube 3 de Outubro.

– Não acredito que o general apoiasse este movimento. Ele sempre foi amigo do Klinger, mas, agora, não concordou com a sua atitude, tendo-lhe mesmo dado ciência disso, alguns dias antes de irrompida a Revolução. Ao que eu sei, o general chegou, realmente, a ser abordado sobre o assunto, a ser até convidado para fazer parte de uma junta governativa, composta dos Srs. João Neves e Cincinato Braga, e de outra, composta exclusivamente de militares. Mas recusou. E foi só o que houve, segundo estou informado.

*

Barra Mansa diverge de Barra do Pirai no modo de encarar a Revolução. As pessoas, principalmente homens de comércio, com que falei ali, acham a Revolução uma calamidade. Aqui, é diferente. Os comerciantes, embora tenham as consequências da luta, não a condenam tanto, reconhecendo até os benefícios que ela lhes traz, com a maior movimentação dos negócios.

– Já ontem – dizia-me, à tarde, um jovem sírio – vendemos para mais de 500\$000. Não. A Revolução tem sido boa para nós. O que se temia eram arruaças de soldados. Mas esses, felizmente, são bem comportados. E mais ainda com a proibição da venda de bebidas alcoólicas. O coronel Daltro Filho, que aqui esteve até há pouco, é um oficial que sabe manter disciplina na sua tropa. Deus queira que o novo chefe das forças de Barra Mansa também seja assim.

Eu falava com esse esperto comerciante, quando notei, na rua, várias pessoas olhando para o ar. Saí a indagar o que havia.

– Um avião vermelho! – grita um garoto.

– Paulista! Olhe ali um punhado de papéis que ele jogou! – aponta um soldado.

E era mesmo paulista. Ele vinha muito alto, furando as nuvens, distante da terra cerca de três mil metros. Fez um rodeio por Barra Mansa e deixou cair um monte enorme de papéis, que o vento, indelicadamente, levou para bem longe da cidade.

– Que dirão aqueles papéis? – era a pergunta de todos.

Os papéis passaram um tempo imenso no ar, equilibrando-se, dançando com as nuvens, ao sabor da ventania. Basta dizer que o avião deixou Barra Mansa às 16 horas e só à noite que apareceram pela cidade os primeiros boletins por ele lançados. Esses boletins continham uma declaração assinada pelas figuras mais representativas de S. Paulo, entre as quais o arcebispo D. Leopoldo, os Srs. José Maria Whitaker, Numa de Oliveira, Siciliano, etc., dizendo que, insuspeitos para falar, pois não pertenciam a nenhuma corrente política, vinham dar ao povo brasileiro o seu depoimento sobre a situação real do grande Estado, que, com um entusiasmo formidável, se levantava, unido, contra a Ditadura. S. Paulo estava bastante forte e se enganavam aquele que julgassem que o venceriam com facilidade.

Sábado, 16 de julho

Estou há menos de 24 horas em Barra Mansa, hospedado, como já disse, no Hotel Careca e dormindo calmamente num quarto que não é dos melhores, mas também não é dos piores, porque não há outro melhor, vazio. Acordo com pancadas à porta. Abro-a sem perguntar quem é. Olho o relógio, que marca, indolentemente, 7 horas, e, em seguida, fixo à vista no atrevido que não respeita o sono matinal de quem foi dormir às três e pouco da madrugada. É o tenente comissionado auxiliar do serviço de Polícia Militar. Pede-me desculpas e licença para entrar. Tira do bolso um papel e mostra-me. É um telegrama do Rio, que diz mais ou menos o seguinte:

“Coronel Ávila Lins, Chefe de Polícia Militar – Barra Mansa – Peço-vos providências urgentes no sentido do regresso imediato de todos os jornalistas e fotógrafos que se encontram no *front*, os quais, ao que parece, estão prejudicando as operações militares – a.) *Álvaro Mariante*, comandante da I.^a Região Militar”.

Agradeço a gentileza do tenente, que sai para ir mostrar o telegrama-ultimatum aos outros jornalistas que aqui se encontram. Em seguida, saio também e me dirijo para a Chefatura de Polícia. Procuro o coronel

Ávila Lins. Não lhe falo logo da exigência do general Mariante. Refiro-me, primeiro, à minha situação, com o passaporte limitando-me os passos até Barra do Piraí.

– Então, como veio até aqui? – pergunta, risonho.

E, sem dar tempo a que eu lhe responda:

– Sabe que tenho ordem de fazer regressarem todos os jornalistas? Ainda hoje, de madrugada, fiz embarcar um.

Procuo mostrar ao coronel a sem-razão do pedido do general Mariante. Nós não estávamos prejudicando as operações e eu mesmo nem tempo tivera ainda para isso.

O coronel ouve os meus argumentos, alude aos males causados pelas indiscrições dos jornalistas e depois pede-me que espere um pouco, que ele irá falar com o general Góis. Espero. A sua demora é pequena. E, quando volta, combina comigo o seguinte: eu continuarei aqui, mas tudo quanto escrever para os meus jornais deverá ser visto, antes, por um oficial da 2.^a Seção do E. M., o capitão Edgard Amaral.

*

Ao deixar a Chefatura de Polícia, que fica numa das dependências da pequena estação da Central do Brasil, vejo um dos bancos ali existentes rodeado por grande número de pessoas. Aproximo-me. São os primeiros prisioneiros paulistas feitos em Itatiaia. Quatro: dois cabos e dois soldados rasos. Todos vestem uniformes simples e trazem grossos capotes esverdeados. Os dois cabos mostram-se tranquilos, conservando uma fisionomia viva e serena. Os dois soldados são mais tristes e menos acessíveis. Chegaram ontem, à noite, e já foram interrogados.

Pouco depois, o coronel Ávila Lins manda levá-los a um restaurante para tomarem café. É aí que eu consigo falar com um dos cabos, que pertence à Força Pública Paulista. Apesar da reserva natural em que se mantém, ele responde, com certa calma, às minhas perguntas, dizendo primeiro como haviam sido presos:

– Quinta-feira, à tarde, fomos encarregados eu e alguns camaradas de fazer uma diligência nas imediações de Itatiaia. Levávamos a incumbência de cortar a balsa que serve para atravessar o rio Paraíba, entre aquela estação e Engenheiro Passos. Tínhamos ordem de não atirar nem hostilizar quem quer que fosse. Inutilizada a balsa, devíamos voltar.

O cabo faz uma pausa, olha o chão e continua:

– Todos comandados por um aspirante, dirigimo-nos de caminho para o local. Lá descemos e nos entregamos tranquilamente ao trabalho de que fomos incumbidos. Já o tínhamos iniciado, quando ouvimos, surpresos, o disparo de um tiro de pistola. Logo soubemos do que se tratava. O *chauffeur*, que era paisano e não tivera conhecimento das ordens que recebêramos, avistando do outro lado um grupo de soldados, disparara contra eles a sua arma. Imediatamente, tivemos a resposta da imprudência do nosso motorista: uma descarga de fuzil nos alvejou, ferindo a alguns, inclusive ao aspirante, cujo maxilar vi sangrando. Todos fugiram, menos nós quatro, que não pudemos e que, em breve, éramos presos.

Procuo ainda interrogar o cabo sobre outras cousas, mas ele de nada sabe. Sabe apenas que em S. Paulo reina uma grande, uma extraordinária animação.

*

Chegou hoje a Bansa Mansa o primeiro contingente de força mineira. Ontem, aqui estive o general Jorge Pinheiro, comandante do setor de Itajubá, que conferenciou longamente com o general Góis Monteiro, nomeado também comandante da 4.^a D. I.

Domingo, 17 de julho

Deixei Barra Manda ontem, à tarde, para dar um pulo ao Rio, servindo-me da amabilidade do tenente Alberto Bittencourt. Viajávamos de automóvel, fazendo cem quilômetros a hora, pela estrada Rio-S. Paulo. Viagem magnífica.

Encontro o Rio um pouco desanimado com as possibilidades de vitória da Revolução. Esperava-se que ela fosse fulminante. Tinha-se certeza de que o Rio Grande e Minas estavam comprometidos com S. Paulo para o movimento. E, faltando o apoio imediato desses dois Estados, a decepção foi grande e a esperança, que todos depositavam no triunfo, amorteceu um pouco.

Depois, a chegada do Sr. Cirilo Júnior, habilmente noticiada pelo Governo, trouxe uma certa desconfiança em torno das disposições de S. Paulo para a luta.

Nos dias que já se passaram, aguardava-se também um movimento da guarnição do Rio. Um amigo, que estava a par da conspiração, dizia-me no domingo, 10:

– A guarnição daqui está comprometida com a Revolução. A maioria dos nossos generais e dos comandantes de corpos já lhe deu a sua adesão e o movimento no Rio deverá ser chefiado pelo general João Gomes.

Uma semana depois, vê-se que tudo falhou. Comandantes de corpos e oficiais, em que tanto se confiava, partiram calmamente para o *front*, a defender a Ditadura. E os que foram leais e mantiveram a sua palavra viram logo os seus passos embargados pela Polícia, que está desenvolvendo uma atividade simplesmente formidável. O *Pedro I*, a Casa de Correção e outras prisões acham-se repletas de adeptos do movimento revolucionário.

O manifesto dos partidos gaúchos, que aqui está sendo profusamente espalhado em boletins, aumentou a confiança no auxílio do Rio Grande. As opiniões, porém, se dividem, a esse respeito. No Café Belas-Artes, um rio-grandense diz-me:

– Acho que o Flores manterá a ordem no Estado. Ele está com muita força na mão, pois, além da Brigada, tem o general Andrade Neves que o apoiará em toda linha.

E depois de tomar um gole de café:

– Nestas condições, o Rio Grande só virá para a Revolução se ele quiser. E a minha impressão é que ele, cujo prestígio decorreu, naturalmente, do apoio que os partidos unidos nunca lhe negaram, vai ficar agora contra o Dr. Borges e o Dr. Pila para sustentar o Aranha e o Getúlio, principalmente o Aranha, que é como se fosse um seu filho. Li um despacho dele, afirmando que o Rio Grande só apoiaria S. Paulo depois que passassem por cima do seu cadáver. Aliás, antes do dia 9, já o Aranha havia recebido um telegrama do palácio de Porto Alegre, dizendo que a Revolução estava combinada para 14 de julho, mas que ele, Flores, ainda procurava conseguir uma solução pacífica. E concluía o despacho, pedindo ao ministro da Fazenda para tomar todo cuidado, porque o movimento poderia começar em S. Paulo.

Segunda-feira, 18 de julho

Acho-me novamente em Barra Mansa, tendo vindo do Rio de automóvel. Logo pela manhã, estive no Q. G. a fim de mostrar uma cor-

respondência que deveria enviar para o *Diário da Noite*. A correspondência passou primeiro pelas mãos do capitão Edgard Amaral, e, em seguida, foi ter à mesa do coronel Pantaleão Pessoa, chefe do Estado-Maior. Só sei dizer que, quando voltou a mim, parecia outra. O que havia de mais interessante para os leitores fora suprimido. E o que ficara ainda estava sujeito à censura desabusada do Rio.

Diante disso, resolvo não insistir, resolvo deixar para o meu “diário” o que observo e ouço, o que vejo aqui, e só mandar para as colunas dos jornais a literatura ingênua que não fere ninguém nem prejudica as operações de guerra, segundo o ponto de vista dos censores.

O capitão Otelo Franco, a quem fui apresentado em Barra do Piraí, acha essas medidas excessivas:

– Eles deviam deixar vocês publicar o que bem entendessem, desde que não se referisse à movimentação de tropas.

O capitão deixa comigo o carro do E-M e se encaminha para a ruazinha que fica atrás da estação. É cedo. O sol ainda não veio ao meio do céu e o ar ainda é frio. Grandes árvores fazem sombra para a ruazinha, que percorremos de uma ponta a outra. O bom tempo se constitui, assim, espontaneamente, um cúmplice do jornalista, influenciando para que o oficial me surpreenda com a revelação de suas convicções:

– Sou paulista e todos sabem que o sou. Não nasci lá, mas lá estou vivendo há doze anos, lá possuo família e lá me encontro radicado. Acho que S. Paulo é o Brasil e acho, por isso, que ele tem, não somente o direito, mas o dever de colaborar na obra do soerguimento nacional. O que se viu, porém, nesses vinte meses? S. Paulo posto inteiramente à margem, sem interferência nos negócios públicos federais, como se não fosse o Estado que concorre com mais de quinze mil contos por semana para os cofres da Nação. E ainda mais: S. Paulo humilhado por todos os meios, escravizado por um governo de incapazes, sem poder respirar, sem liberdade, com os seus filhos mais ilustres substituídos por um bando de forasteiros, que tomou de assalto as posições. O movimento atual não é, portanto, um ataque, mas uma defesa, uma atitude de quem tem vergonha, um gesto de dignidade, inspirado nos mais puros sentimentos patrióticos. S. Paulo não só se está defendendo, como está defendendo o país inteiro. Ele é, no momento, o Estado mais brasileiro do Brasil: ele está refletindo, com o seu

sacrifício heroico, o verdadeiro sentir da nacionalidade. Essa história de separatismo e comunismo, que o governo anda apregoando, é uma balela que não pega mais. Colegas meus, amigos da Ditadura, já se riem quando ouvem falar disso, porque sabem que o ideal por que se bate S. Paulo é um ideal integralmente nacionalista. Uma demonstração de que não há separatismo: o movimento era para rebentar com a colaboração do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e com a neutralidade de Minas. Até agora, se isso não se verificou, – ou porque não foi possível aos outros cumprirem a sua palavra ou porque os outros faltaram aos seus compromissos de honra, – S. Paulo não é o culpado. Uma demonstração de que não há comunismo: o movimento é apoiado e auxiliado pelas próprias classes conservadoras.

Olho, admirado, esse homem simples, que fala tão francamente a um jornalista seu conhecido apenas de poucos dias. Ele sobe no meio-fio que separa a ruazinha do parque de árvores e prossegue:

– Não, meu amigo, sou por S. Paulo e não faço segredo disso. Todos sabem aí das minhas convicções. Aqui estou, como vários colegas, apenas por amizade ao general Góis Monteiro, a quem serei incapaz de trair, e porque confio ainda na sua inteligência e no seu coração para achar uma solução digna, que atenda aos anseios do povo paulista, justamente revoltado contra uma Ditadura falida. Ele é amigo de S. Paulo e eu tenho certeza de que tudo envidará para resolver a situação como deve ser resolvida. Mas, por meu lado, não darei um só passo em favor do Governo. Ao contrário, tudo quanto, não ferindo os meus sentimentos de lealdade para com o general Góis Monteiro, puder fazer em benefício de S. Paulo, farei. Tenho mesmo um filho mobilizado que deve estar combatendo no setor de Minas pela causa paulista, ou, melhor, pela causa nacional.

Terça-feira, 19 de julho

Hoje, pela manhã, estive em Barra Mansa o major Juarez Távora, que se encontra agindo no setor de Minas. Tendo ido ao Rio, ele regressava a Itajubá e, passando por aqui, saltou do trem para conversar com o general Góis Monteiro. Essa conversa se realizou na cabine do general, durante cerca de uma hora.

A presença do ex-chefe militar do Norte provocou curiosidade. De modo que, quando ele deixou o carro do E-M era crescido o número

de pessoas que se agrupavam na estação para vê-lo. O major Juarez seguiu diretamente para o especial em que viajou até aqui, sem se deter um segundo. E a um colega, que lhe pediu uma pose para o fotógrafo, respondeu secamente:

– Mas até aqui os senhores vivem a importunar-me!

Pouco tempo depois de haver o major Juarez partido para Itajubá, o general Góis Monteiro deixava a sua cabine e se dirigia para o almoço, no Hotel Careca. O general faz as suas refeições quase sempre com o coronel Pantaleão Pessoa, o major Paquet, o tenente Faria Lemos ou o tenente Alberto Bittencourt. Às vezes, ainda se sentam à sua mesa o coronel Ávila Lins, o capitão Frederico Buys, o capitão Otelo Franco. E eu hoje também estive presente.

O assunto de que se tratou foi a tomada de Itararé, esta madrugada. A notícia veio até aqui pelo telefone. Eu estava com o capitão Cícero Góis Monteiro, quando um tenente lhe falou: o telefone do Guanabara chamava o general Góis, mas este se achava, no momento, conferenciando com o major Juarez. Ele, o capitão Cícero, não poderia atender?

– Pois não.

E lá se dirigiu o capitão para o Centro Telefônico. Pouco depois, encontrávamo-nos novamente.

– Sabe? – diz-me ele. – Tomaram Itararé a cargas de baioneta. Morreu muita gente, mas a praça já é nossa.

Em seguida, já diante de outros oficiais, o capitão Cícero repete o que ouvira ao telefone. E surgem, então, as opiniões sobre as consequências dessa vitória das armas governistas. Uns creem que, caída a praça de Itararé, a entrada na capital de S. Paulo se torna fácil. Outros, porém, são menos otimistas, acreditam ainda muito na resistência dos paulistas naquele setor.

Agora, à mesa do general Góis Monteiro, comenta-se também o fato. O general acha que essa vitória terá grande repercussão e grande efeito moral.

Neste momento, chega o capitão Afonso Miranda Correia, do E-M, trazendo o boletim que o general mandou distribuir, comunicando às suas tropas a queda de Itararé, e trazendo ainda a seguinte informação:

– Sabe, general, quem foi encontrado nas trincheiras de Itararé? Os filhos do Dr. Valdemar Ferreira e muitos rapazes da elite de S. Paulo.

O general ouve calado o que diz o oficial e acentua, em seguida:
– Foi o erro deles: não esperavam o ataque do Sul e puseram em Itararé tropas irregulares, deixando o grosso das forças regulares para a frente do vale do Paraíba.

E agora, falando sobre a situação de S. Paulo, que o capitão Otelo Franco elogia entusiasticamente:

– Sou o primeiro a reconhecer os graves erros políticos cometidos pelo Governo Provisório em S. Paulo. Mas, se isso se deu no terreno político, já não se pode dizer o mesmo no terreno econômico. O Governo Provisório dispensou a S. Paulo, neste particular, benefícios excepcionais.

O capitão Buys, aludindo, depois, à luta a que o país atualmente assiste, refere-se à guerra entre Roma e Cartago. E o general diz:

– Desde esse tempo, dois espíritos dominam os povos: o espírito romano e o espírito cartaginês.

– E com qual espírito está, no momento, a Ditadura? – indaga, com um sorriso, o capitão Otelo Franco.

– Com o espírito romano – afirma o general.

E, depois de uma pausa:

– Todas as lutas têm esse mesmo sentido. Ou é o espírito cartaginês contra o espírito romano, ou é o Oriente contra o Ocidente.

Vêm à conversa outros assuntos. Discute-se a possibilidade de ainda fazer-se um acordo, para a terminação da luta, e volta-se a falar da História. Citam-se grandes homens, entre os quais Napoleão. E o general, respondendo a uma observação, declara:

– Dizem que tenho propósitos bonapartistas. Pois bem, se me fosse dado imitar alguma figura histórica, era Hoche que eu escolheria.

Quarta-feira, 20 de julho

Nunca se falou tanto em entendimento como agora. A viagem ao Rio do Sr. Maurício Cardoso, que hoje ali chegou de avião, é tida, nas rodas militares, como um prenúncio de paz. Alguns acham que o Sr. Flores da Cunha, reconsiderando a sua atitude de apoio à Ditadura, resolveu fazer cessar a luta. Mas há outros que julgam precisamente o contrário: a viagem do ex-ministro da Justiça foi mais um golpe de habilidade do interventor gaúcho para ganhar tempo, assegurando melhor a sua posição no Sul.

Hoje, encontrei o capitão Otelo Franco e conversamos sobre isso.

– Não penso – declara-me ele – que, no pé em que já estão as coisas, o Rio Grande ainda seja capaz de influir decisivamente numa solução pacífica. Primeiro, porque S. Paulo só aceitaria uma solução que implicasse, pelo menos, a renúncia do Sr. Getúlio Vargas. Segundo, porque não confio, para isso, no Sr. Flores da Cunha. Quem poderia ter tentado uma solução dessa natureza, logo depois do interventor do Rio Grande haver renegado os compromissos de honra do seu Estado para com os paulistas, era Minas Gerais. Mas se o Rio Grande, bem armado e comprometido a tomar parte no movimento, faltou, que iria fazer Minas, quase sem armas e com o compromisso apenas de manter uma neutralidade simpática à Revolução?

Em seguida, o capitão Otelo me confirma a notícia, segundo a qual ele e o capitão Buys teriam ido à frente de operações levar ao coronel José Joaquim de Andrade, comandante da vanguarda paulista, uma carta do general Góis Monteiro, em que eram estipuladas as condições para um acordo. O capitão Otelo cita-me algumas dessas condições, mas não se lembra de todas.

À tarde, então, procuro o general Góis Monteiro e lhe falo sobre o assunto. Ele não tem à mão a proposta que fez ao coronel Andrade, mas reconstitui para mim, com o próprio punho, os seus itens, que são os seguintes:

1º) – Submissão integral e deposição de armas. Anistia consecutiva para os principais responsáveis pelo movimento, mas só depois que um Tribunal de Honra os julgue capazes de receberem-na. Esse tribunal será constituído por magistrados e decidirá em relação aos militares com audiência da opinião das classes armadas.

2º) – Ministério de Concentração Nacional.

3º) – Constituição Provisória, elaborada por uma comissão técnica e promulgada pelo Governo, ficando em vigor *ad referendum* da Assembleia Constituinte.

4º) – Novo governo em S. Paulo, de conciliação, constituído pelas principais correntes de opinião.

5º) – Comissões de Arbitramento para os casos controversos.

6º) – Lei orgânica para as forças militares do país.

7º) – Lei complementar, precisando a competência da União e dos Estados.

8º) – Lei de disponibilidade para as classes armadas, a qual será aplicada aos militares que não sirvam à sua profissão.

9º) – Medidas complementares para regular a situação resultante do movimento de julho, propostas por comissões idôneas nomeadas pelo Governo.

Depois de me dar a ler esta proposta de terminação de luta, o general Góis esclarece:

– A origem dessa proposta foi a seguinte: o coronel Andrade mandou o capitão Caiado de Castro falar comigo sobre as possibilidades da terminação da luta, mostrando-se mesmo partidário de um acordo que a fizesse cessar. Fiz, então, a minha proposta, que foi levada, em carta, pelo capitão Frederico Buys. A primeira condição estipulada era a preliminar, prometendo eu empenhar-me pessoalmente pelas outras junto ao Governo Provisório. O coronel Andrade respondeu-me que estava animado dos melhores intuitos pacifistas, mas lembrava um entendimento fora das nossas linhas¹. Respondi-lhe que assim não era possível, porque eu já perdera muito tempo em entendimentos pessoais. E ficou nisso, até agora.

Quinta-feira, 21 de julho

Há aqui ordens especiais para nós, jornalistas. Não temos direito de ir além de Barra Mansa. Parece que, mais adiante, há coisas que não podem ser vistas pelo olhar curioso da gente de imprensa. Já falei mesmo ao coronel Ávila Lins sobre essas medidas, achando-as desnecessárias e até inconvenientes, porque podiam dar margem a notícias falsas.

– Mas vocês não viram – diz-me o chefe de Polícia Militar – que o Rio nem queria deixá-los aqui? Ordens são ordens e eu o que tenho a fazer é cumpri-las.

1 É o seguinte o rádio do coronel Joaquim de Andrade: “Lorena (S. Paulo) às 9:30 de 15-7-932 – Oficial – Urgente – General Góis Monteiro – Barra Mansa – Recebi sua carta. Estou cheio da melhor boa vontade para a solução do caso. Precisamos ter entendimento fora das nossas linhas, mas é preciso que sejam convidados os nossos camaradas Euclides Figueiredo e Palimércio. (a.) Coronel Andrade, comandante da vanguarda das forças paulistas.”

Cansado de tentar ir até Resende legalmente, isto é, com salvo-conduto, deliberei hoje ir mesmo ilegalmente, sem qualquer permissão da polícia de campanha. E, de fato, vou depois do almoço, de automóvel.

– Para onde vai? – pergunta-me, ao ver-me partir, o capitão Edgard Amaral, encarregado de fiscalizar os correspondentes de guerra.

– Para o Rio – respondo, tranquilizando-o.

A viagem de Barra Mansa para Resende é pitoresca e interessante. Até Floriano, pequena localidade onde o marechal Floriano terminou os seus dias, sou permanentemente acompanhado. De um lado, o rio Paraíba, a estrada de ferro e o fio telefônico. Do outro, o fio telegráfico e o fio da luz elétrica. Esses amáveis companheiros de viagem agarram-se a nós – a mim, ao fotógrafo, ao *chauffeur* e ao automóvel – desde Barra Mansa. Se o nosso carro dá uma volta, eles também dão. Se seguimos uma reta, eles também seguem. Se fazemos uma curva, eles também fazem. Enfim, só nos deixam em Floriano, a vigiar sempre, cautelosamente, os nossos passos, a observar-nos, a espiar-nos, a ver o que estamos fazendo...

Mas tinha graça que, depois de hora e tanto de absoluta lealdade da nossa parte, não merecêssemos confiança. Realmente, merecemos, porque, daí em diante, somos apenas acompanhados pelo fio telefônico – último soldado de uma escolta que perdeu a finalidade. O rio Paraíba, cujo vale o general Góis Monteiro acha tão indispensável às suas forças, ficou atrás ou se distanciou de nós, com a beleza das suas águas, a grandeza do seu volume e a tristeza dos seus lamentos, testemunha muda que vai ser de um dos dramas naturalmente mais sangrentos da nossa história. A estrada de ferro, linguaruda como não sei quem, com um palmo de língua negra que se estende até não sei onde, afastou-se também, como os fios do telégrafo e da luz elétrica, numa demonstração de solidariedade ao rio e de consideração para conosco. Só ficou mesmo o fio telefônico, que nos acompanha até Resende, sempre persistente na sua desconfiança. Mas os joões-de-barro nos vingam brilhantemente, servindo-se de quase todos os seus postes para construir as suas casinhas barrentas e sem estética.

Mais adiante, espera-nos uma surpresa: um grande caminhão, de pneus dobrados, destruíra, com o seu peso enorme, um pontilhão da estrada que dá passagem aos veículos. Imaginem só! O sol está a pino, é quase de queimar. De um lado e do outro, um canavial deselegante esparsu

e tristemente seco, empobrecendo ainda mais o ambiente. Saltamos. O *chauffeur* do caminhão nos diz que viera de Barra Mansa com um sargento e um cabo. O cabo estava ali e o sargento fora a uma fazenda próxima buscar uma junta de bois para retirar o veículo do valado. Não demora muito e chega a tal junta. Esta, porém, não consegue retirar o caminhão, o que leva o sargento a vir a mim e se propor a fazer uma passagem para o nosso automóvel, com a condição de o conduzirmos a Resende, onde tem necessidade de estar o mais breve possível. Aceita, de bom grado, a proposta, dentro em pouco transpomos o valado e atingimos, ao cair da noite, o ponto terminal da viagem.

No automóvel, também tomou lugar o outro passageiro do caminhão, o cabo, que se chama Manuel Tavares, é nortista de nascimento e pertence ao 19 B. C. da Bahia. O sargento me diz que ele se perdera da sua tropa e eu lhe pergunto como se deu o fato.

– Foi assim – responde-me, com a sua fala de nordestino. – Como o senhor deve saber, o meu batalhão embarcou para o Rio e do Rio seguiu logo para a frente. Os meus camaradas vinham alegres, mas vinham também com muito sono. Deste modo, em breve, todos estavam dormindo. Eu também, vencido pelo cansaço, ferrei no sono. Ferrei no sono e quando dei cabo de mim, acordado por um apito mais forte da máquina, já estava de volta, em Barra Mansa, sozinho. Safadeza dos colegas! Fiquei por aqui [aponta-me a garganta]! E imediatamente saltei do trem, indo apresentar-me ao general Góis Monteiro para que meu comandante não me considerasse desertor. O general disse-me que eu não tivesse cuidado, pois ele iria mandar um memorandum ao comandante, avisando-o do que se passara comigo. E foi por isso que só agora sigo para o *front*.

*

Chegado a Resende, hospedo-me no Hotel dos Viajantes, onde se acham vários oficiais, inclusive o coronel Moreira Lima, comandante da praça. O quarto que o empregado, delicadamente, me destina, depois de eu lhe haver presenteado com uma carteira de cigarros, é horrível: a luz fraquíssima, a cama mole demais, quase beijando o chão; o soalho cheio de poeira, horrível! Acomodo-me satisfeito (como não, pois se a cidade está superlotada?) e, depois de um banho frio num chuveiro esplêndido,

dirijo-me à sala de refeições, sem dizer quem sou a pessoa alguma. As mesas estão repletas de oficiais. Sento-me à mesa grande que fica ao centro do salão. E (a coincidência é mesmo para desconfiar), não passa muito tempo, começo a ouvir comentários sobre o papel da imprensa, provocados pela ação dos jornalistas que aqui se encontram.

– Abomino jornalistas – diz um capitão baixinho [“homem pequeno não presta” – sentença, em livro, um amigo meu]. Se eu fosse o general, uma vez que eles querem permanecer aqui, mandava-os todos para a primeira linha de frente, fora das trincheiras, alvo das balas e das granadas. Queria ver o que eles faziam.

– Jornais engraçados! – acentua um outro oficial, este magro, e esguio. – Fazem a Revolução e depois ainda desejam espiar de perto o morticínio, sem correr, está visto, o perigo dos pobres soldados. Só mesmo mandando queimá-los!

E é assim que ouço, repetidas, todas as acusações que frequentemente se fazem à imprensa: que a imprensa é que é a culpada de tudo; que foi ela que armou a história; que foi ela que excitou o povo contra o Governo.

Como se a imprensa tivesse culpa das traquinadas praticadas pelos travessos macacos da Ditadura! Como se fosse a imprensa que houvesse empastelado o *Diário Carioca*! Como se a imprensa não refletisse, nas suas críticas e nos seus aplausos, o pensamento e o sentimento do povo.

Mas é melhor sorrir. Para que falar? Tomo sempre, na devida consideração, as palavras que, nestes dias tenho ouvido, constantemente, da boca de militares:

- Na guerra, como na guerra!
- Manda fuzilar!
- Estamos em luta!
- Isto aqui é uma cidade ocupada!
- Quem manda atualmente são os militares.

E enquanto escuto aquelas acusações e penso nisso, observo também o movimento de oficiais que entram e saem da sala de refeições. Vejo entrarem o coronel Moreira Lima, o capitão Cavalcanti, o major Maurilo Alves, o capitão Ricardo Hall. Este último se senta a uma mesa pequena, chama o garçom e pede-lhe manteiga:

– Não se esqueça de que o meu médico me recomendou 250 gramas de manteiga por dia.

À exceção dos empregados do hotel, ainda não vi aqui nenhum paisano. Hóspede paisano parece que só há um: sou eu.

Sexta-feira, 22 de julho

De todas as cidades em que tenho andado nestes dias de Revolução, Resende é a que mais cheira a *front*. Nas outras, a não serem soldados, nada mais vi. Aqui, não. Há grande número de soldados e há também grande quantidade de armas de guerra. Quase que só se veem mesmo animais puxando baterias, padiolas carregadas por praças com a cruz vermelha no braço, caminhões cheios de gêneros alimentícios que se destinam às primeiras linhas, trens e mais trens militares, com pranchas cheias de canhões, oficiais dando ordens, o brim cáqui por todos os cantos. E quase que só se escuta a linguagem militar: uma infinidade de letras soltas, querendo dizer uma porção de coisas – PP. CC., QQ. GG., RR. II., GG. AA. PP., BB. CC., GG. PP. DD., BB. AA. MM...

Durante o dia, essa movimentação toda. À noite, silêncio. Depois do jantar, parece que os habitantes fugiram da cidade. Da janela do meu quarto, olho, hoje, a rua. Faz frio e há cerração. Alguns soldados que passam vestem grossos capotes de lã. Os focos de luz, que mal iluminam o passeio, vestem largos véus de neblina. São 11 horas. Só uma ou outra passada forte é que se faz ouvir, animando a rua triste e friorenta.

É assim Resende, nesta época de inverno e de calor guerreiro: de dia, um grande quartel, onde a atividade é intensa; de noite, um colégio grande que adormece cedo, quase com a noite.

– Isto – explica-me o dono do hotel, a quem pergunto se não há algum bar aberto – é devido às ordens do comandante da praça. Atualmente, as que vigoram são ainda do coronel Daltro Filho, e elas proíbem o trânsito nas ruas depois das 22 horas².

2 É a seguinte a proclamação do coronel Daltro Filho:
“Por uma medida lógica, imposta pelas operações militares, que se realizam com o fim de dominar o movimento sedicioso irrompido no vizinho Estado de São Paulo,

*

Em Resende, também teve grande repercussão a queda de Itararé. Hoje, à hora do almoço, comentava-se o fato com alegria. O nome do general Valdomiro Lima era citado com admiração. Até há pouco, podia-se dizer que a luta quase se reduzia a um páreo guerreiro entre os generais Góis e Klinger. Já agora, porém, o general Valdomiro aparece nas conversas, inspirando mais confiança e mais consideração.

Um detalhe curioso sobre a queda de Itararé, relatado, em meio à palestra, por um oficial, sob reserva: a tomada dessa praça fora ocasionada pela traição de um major amigo do general Miguel Costa, o qual havia sido fuzilado.

No mesmo grupo, aludiu-se, depois, ao deslocamento do Q. G. para aqui, anunciado para dentro de poucos dias. E falando-se do Q. G., falou-se também do general Góis Monteiro e da situação de S. Paulo. Um dos militares presentes recorda uma fase interessante do célebre caso paulista:

– O general Góis Monteiro não foi interventor em S. Paulo porque não quis. Quando o Sr. Laudo de Camargo foi deposto, o Dr. Getúlio chamou-o e disse-lhe:

fica esta cidade de Resende, a partir desta data, ocupada militarmente pela força do meu comando.

“A missão da nossa tropa é restabelecer a ordem aonde haja sido ela perturbada e, portanto, as determinações de caráter militar visam unicamente proporcionar à tropa os meios de cumprir o seu dever: restituir à população laboriosa a tranquilidade e as garantias necessárias ao seu pacífico labor. Assim sendo, deve a população se tranquilizar e confiar nos soldados que velam pelo seu bem-estar.

“Como medida de providência, determino que fique expressamente proibido: a divulgação de qualquer boato que se relacione com as operações militares; a saída da cidade de qualquer pessoa que não esteja munida de salvo-conduto passado pela Delegacia de Polícia e visado pela autoridade militar; a saída da cidade de qualquer veículo (automóvel, autocaminhão, carroça, etc.), sem prévia autorização escrita da autoridade militar; o trânsito nas ruas da cidade após as 22 (vinte e duas) horas; a recepção de quaisquer notícias transmitidas pelas estações transmissoras de rádio do Estado de S. Paulo; a venda de qualquer bebida alcoólica.”

– General, o senhor vai para o governo de S. Paulo e o coronel Manuel Rabelo fica provisoriamente no comando da 2ª Região.

O general, porém, declinou do convite, declarando ao ditador que preferia continuar no comando da Região, porque, assim, poderia assegurar melhor a ordem no Estado e sustentar o governo do coronel Rabelo.

Outro oficial acentua como o coronel Manuel Rabelo, tendo deixado a interventoria cercado de tantas simpatias e de tanto respeito, caíra em maio, tão repentinamente, no desagrado dos paulistas.

– Acho – diz um capitão – que ele tem grandes culpas nas desgraças a que estamos assistindo. Se não fossem os propósitos extremistas que levou para o comando da 2ª Região, chegando mesmo a humilhar seus companheiros do Exército com atos vexatórios, S. Paulo nada faria, pois facilmente se apagariam os ressentimentos e volveríamos a uma fase de mais tranquilidade política. Porque, não receando o povo paulista das intenções da Ditadura em relação ao Governo do Estado, o Secretariado se consolidaria num ambiente de mais cordialidade para com o Centro.

– Sim, está certo – fala outro. – Mas devemos convir que as culpas também cabem, em grande parte, a quem o nomeou. Se, em vez dele, fosse para S. Paulo um general de divisão digno, que inspirasse confiança aos paulistas, creio que nada mais haveria. Nestas condições, quem cometeu o maior erro foi mesmo o Governo Provisório.

Sábado, 23 de julho

Encontro-me novamente em Barra Mansa, depois de fazer uma viagem cheia de complicações. Cansado de Resende, eu quis ir mais para a frente. Ordens terminantes da Polícia, porém, proibiam essa satisfação a qualquer estranho. Até Resende, ainda se podia ir, com salvo-conduto (eu vim sem ele). Mas até as primeiras linhas, não havia passaporte senão para os soldados que iam jogar a vida ou para as pessoas do Governo, cujas visitas a este setor são muito continuadas. Diante disso, resolvi, à tarde, regressar de automóvel a Barra Mansa pela estrada Rio-S. Paulo. Essa caminhada não me levava, é verdade, às primeiras linhas. Mas, com ela, eu passaria por muito perto de Formoso e por Bananal. E isso seria sempre mais interessante do que estar parado.

Andei, assim, algumas horas por território paulista. A viagem, como já disse, foi complicada, cheia de paradas para mostrar o salvo-con-

duto às patrulhas que ia encontrando pela estrada (salvo-conduto incompleto, mas que satisfazia ao gentil analfabetismo dos soldados) e cheia de poeira levantada pelos caminhões que cruzam o caminho constantemente.

Passsei por muito perto de Formoso, onde já se lutou, e segui rumo a Bananal. (Bananal é um dos municípios paulistas fronteiro ao Estado do Rio, que, desde o início da Revolução, ficou em poder do Governo Provisório.) Quando chegamos à cidade, as luzes começavam a faiscar. Logo à entrada da rua mais importante, uma placa miúda, com este aviso ainda menor, feito apenas, naturalmente, para os *chauffeurs* que possuem boas vistas:

“Devagar. Não entre com a escapação aberta.”

O carro penetrou, deste modo, a passo de cágado no centro de Bananal: a estrada Rio-S. Paulo é uma larga espada que atravessa a cidade quase ao meio, constituindo também a sua artéria comercial mais movimentada. Casas de um lado e de outro. Perto das primeiras casas, uma ponte, cobrindo, com o seu cimento armado, a preguiça envolvente do rio Bananal. Mais à frente, uma pracinha elegante, onde passeiam algumas moças bonitas. A coisa muda, assim, um pouco de figura, lisonjeando os meus olhos que, já há algum tempo, não veem senão barro vermelho, pó, descampados, montes, curvas enormes feitas pela estrada voluntariosa na sua imponência de ligadora do maior Estado brasileiro à mais “linda capital do mundo”; e, além de caminhões mal educados, soldados suados e empoeirados, com fuzil às costas, a deterem-me constantemente a marcha:

– Passaporte, não é?

– É, sim senhor.

E lá havia eu de meter a mão no bolso para amassar e encardir ainda mais o já tão encardido e tão amassado passaporte que a polícia do capitão João Alberto amavelmente me fornecera.

Mas à alegria com que avistara a praça, junta-se o enfado de mais um pedido de salvo-conduto feito por um soldado tão preto quanto sisudo:

– Salvo-conduto, faz favor?

Arranco, sem muito boa vontade, o salvo-conduto e entrego-o ao soldado. Ele me olha, em seguida, com um olhar que é uma dúvida e uma interrogação. Compreendo: estou de óculos escuros e de capa. Talvez

por isso não esteja parecido com a fotografia que ali se acha. Tiro os óculos. O soldado me olha, agora, com um olhar de mais confiança e devolve-me o salvo-conduto.

Pensei que já podia seguir. Quando, porém, o carro faz menção de continuar a marcha, um cabo apressado, vindo da esquina ao lado, acena para esperá-lo. E, ao chegar perto, fala para mim:

– Faça o favor de mandar retroceder um pouco. O prefeito deseja falar-lhe.

O automóvel dá marcha ré e o cabo o acompanha.

– Quem é o prefeito? – pergunto-lhe.

– É aquele – responde-me.

O prefeito é o prefeito militar capitão Ariosto Daemon, há pouco nomeado pelo coronel Ávila Lins.

– Onde vem? – interroga-me.

Digo-lhe donde venho.

– O seu passaporte?

Dou-lhe o meu passaporte. Ele o examina detidamente e declara, depois:

– Tenho ordem para não deixar jornalista algum passar por aqui. Todos os que vêm de lá, para lá novamente; todos os que veem do Rio, novamente para o Rio – é essa a ordem. O senhor será, portanto, o último a infringi-la. Não sei mesmo como o seu carro não foi detido por alguma patrulha. Aviso, porém, que não é permitido voltar por este caminho.

E, gracejando:

– Nós até estávamos precisando aqui de um automóvel.

O gracejo do capitão Daemon dá margem a que eu lhe faça uma pergunta sobre a situação de Bananal. Segundo me haviam informado, irrompida a Revolução, as famílias residentes na cidade a abandonaram e o comércio fechara as suas portas. Como fora isso?

– Efetivamente – declara o prefeito – isso aconteceu. As famílias e o comércio talvez receassem alguma surpresa. Quando cheguei aqui, há alguns dias, ainda perdurava esse estado de coisas. Mas logo procurei modificá-lo e estou satisfeito com o resultado dos meus esforços.

Foi assim que deixei Bananal, cerca das 18 horas. As luzes das ruas e das casas já estavam todas acesas. Eu havia conversado uns quinze minutos com o capitão Daemon, à porta do Hotel Brasil. A cidade estava calma. E o *front*, mais adiante, como estaria?

Passava das 20 horas, quando entrei em Barra Mansa. O general Góis Monteiro não se encontrava no Q. G. Havia ido a Itatiaia conversar com o coronel Daltro Filho, comandante das forças ditatoriais do flanco direito, e deveria regressar tarde da noite.

Domingo, 24 de julho

O dia de hoje, em Barra Mansa, foi para mim bem proveitoso. Os oficiais mostravam-se alegres e bastante acessíveis. Alguma vitória? Não sei. Encontro o capitão Buys na estação da estrada de ferro. Peço-lhe notícias da situação militar e ele me responde:

– É boa. Estamos progredindo cada vez mais. O coronel Daltro já está além de Engenheiro Passos e o coronel Fontoura já está muito perto de S. José do Barreiro.

Vou à Chefatura de Polícia falar com o coronel Ávila Lins. Ele não sabe que eu estive em Resende, mas não se aborrece quando lhe digo isso. Ao contrário, pede-me o salvo-conduto para visar, dando-me livre trânsito até aquela cidade:

– Se você já foi, não faz mal que volte.

E, em seguida, enche-me de notícias:

– Ontem, os nossos aviões estiveram em S. Paulo e lançaram algumas bombas no Campo de Marte. Uma destas bombas, não tendo rebentado imediatamente, foi conduzida, segundo consta, para o Quartel da Polícia a fim de ser examinada. Quando, porém, estavam nesse trabalho, ela explodiu, resultando da explosão o incêndio do Quartel. Um rádio que captamos noticia ainda o falecimento do coronel Marcondes Salgado, vítima de uma experiência de morteiro. O general Klinger, que também estava presente à experiência, ficou levemente ferido, como ainda vários oficiais. Foi nomeado o coronel Herculano de Carvalho para assumir o comando da Força Pública, em substituição ao coronel Salgado.

O coronel Ávila Lins me conta ainda o caso da prisão do capitão da Força Pública Paulista Cícero Bueno Brandão, que, vindo do Sul de Minas, ontem passou por aqui:

– Conforme o próprio capitão me disse, ele se achava com trezentos homens nas proximidades de Itajubá, que deveria atacar e ocupar. Mas, quando se dispunha a isso, chegou-lhe a notícia de que a cidade havia aderido ao movimento iniciado por S. Paulo. Deixando, então, os trezentos homens que o acompanhavam, seguiu sozinho para Itajubá. Mais adiante, no entanto, era preso, porque, ao contrário do que lhe haviam dito, as forças incumbidas da defesa da cidade não tinham dado seu apoio aos paulistas.

*

Acham-se em Barra Mansa D. Alice Tibiriçá, ilustre dama paulista, e mais cinco senhoras e senhorinhas. Elas chegaram há poucos dias de S. Paulo, já tendo estado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. São mensageiras da paz: querem a cessação da luta. Depois de haverem falado com o chefe do Governo Provisório e com o presidente de Minas Gerais, vieram agora falar com o general Góis Monteiro, que as recebeu, à tarde, no Q.-G.

Cerca das 16 horas, encontro-as no Hotel Careca, fazendo um *lunch*. Apresentado a todas pelo tenente Celso Lobo, oficial que o coronel Pessoa pôs às suas ordens, interrogo a D. Alice Tibiriçá sobre os resultados da sua missão.

– Como deve saber – declara-me ela – vim de S. Paulo, enfrentando todas as dificuldades e peripécias, para dizer ao Rio do entusiasmo com que o meu Estado se bate pela santa causa da Constituição. E vim fazer ver ainda ao Governo Provisório a necessidade da paz. Os paulistas estão muito fortes, moral e militarmente. Se não houver um entendimento, a luta vai durar muito. Para que, portanto, continuá-la? Todos não somos brasileiros? E, por que, então, não se faz um acordo, acabando-se com caprichos e ressentimentos pessoais em benefício dos milhares de homens que morrem nas trincheiras?

D. Alice faz uma pausa e continua, com sua voz úmida de comoção:

– Não posso me acostumar com o espetáculo doloroso da guerra e, principalmente, da guerra entre irmãos. Foi por isso que resolvi fazer a viagem que fiz, sem temer perigos. Pedi uma audiência ao Sr. Getúlio Vargas e ele me recebeu no Palácio do Catete. Mas, ao que parece, não me

compreendeu, nem a mim nem às minhas intenções. Porque, quando eu terminei de falar-lhe, depois que acabei de dar-lhe, com a maior sinceridade, as minhas impressões sobre a situação, ele me aconselhou simplesmente a pregar a pacificação em S. Paulo.

Outra pausa. D. Alice toma um pouco de leite e fala, em seguida, da sua entrevista com o general Góis:

– Ainda agora, falei sobre o mesmo assunto com o general Góis Monteiro. Mas as suas palavras não diferem muito das do chefe do Governo. Depois de acentuar que os militares são os últimos a desejar a guerra, porque são eles que morrem, disse-me que eu devia dirigir-me aos políticos. Os militares, como soldados que são, não podiam fazer a paz, cumprindo-lhes apenas obedecer às ordens do Governo.

É visível o abatimento de D. Alice Tibiriçá. Ela se mostra muito triste com a luta atual e diz que, tomando a atitude que tomou, não fez mais do que cumprir o seu dever:

– Embora não tenha obtido os resultados que esperava, quando pensei nesta viagem ao Rio, volto para S. Paulo com a minha consciência tranquila e certa de haver cumprido o meu dever de mulher brasileira. Acho que, numa época em que os homens estão loucos, às mulheres compete trazê-los ao bom caminho. Foi o que tentei fazer, empregando, para isso, o máximo de meus esforços e de minhas energias. Mas, desde que eles não querem voltar à razão, deixemo-los mesmo como animais a se destruírem uns aos outros, a se despedaçarem com as terríveis armas de guerra, a se devorarem, revelando e desenvolvendo os instintos selvagens que todos possuímos e que a educação e a sociedade reprimem e fazem adormecer.

Quando D. Alice acaba de dizer isso, o tenente Raimundo Rego, que também está presente e a escuta com atenção, aparteia:

– Mas, minha senhora, permita que eu lhe diga: é na guerra que mais se revelam e se desenvolvem os sentimentos de coração, de bondade, de humanidade. Parece um paradoxo, mas é um fato. O sofrimento une a todos e, de tal maneira, que leva mesmo uns a sofrerem pelos outros.

– Sim – replica D. Alice. – Esses sentimentos se revelam lá. Mas, ao voltarem para casa, onde não existem os sofrimentos dos campos de batalha, os homens se mostram uns revoltados contra a ordem de coisas que encontram. E, daí, as torturas em que passam a viver, dando lugar a toda

uma série de desgraças que sempre presenciamos depois dos movimentos revolucionários. Porque, se há os que se conformam com a nova vida, há também os que não se habituarão mais nunca com as hipocrisias e os preconceitos sociais.

Uma das senhoras presentes, entrando na conversa, frisa que tudo se pode alcançar simplesmente pela convicção e que Gandhi, para conseguir o prestígio e o respeito em que é tido na própria Inglaterra, não teve necessidade de lançar mão de arma alguma para matar quem quer que fosse, pois fez, ao contrário, uma campanha puramente pacífica.

D. Alice concorda e, pouco depois, levanta-se da mesa, com as suas companheiras. Faça-lhe uma última pergunta: quando seguirá para S. Paulo?

– Ainda não sei – diz-me. – Pedi ao general Góis para dar-me passagem por aqui. Ele, porém, me declarou que não era possível, porque a luta estava bastante intensa lá na frente. Diante disso, penso em ir novamente a Belo Horizonte, de onde me transportarei facilmente para S. Paulo, porque o Dr. Olegário Maciel tem muito boa vontade para comigo.

*

Esteve aqui, esta tarde, o Sr. Osvaldo Aranha. Logo ao chegar à cidade, ele se dirigiu para o Q. G., onde se encontrou com o general Góis. A conversa entre o ministro da Fazenda e o comandante das forças ditatoriais durou até cerca de 20:30, quando os dois saíram juntos para o jantar no Hotel Careca, acompanhados do coronel Pessoa, do coronel Ávila Lins, do major Paquet e do Sr. Luís Aranha.

Pouco depois do jantar, o Sr. Osvaldo Aranha regressava ao Rio.

Segunda-feira, 25 de julho

A morte de Santos Dumont, ocorrida sábado, na praia de Guarujá, em Santos, e só hoje conhecida aqui em mais detalhes, graças a rádios captados, provocou a mais profunda consternação nos meios militares.

O general Góis Monteiro, homenageando a memória do grande patriótico, mandou lançar sobre a capital paulista, por intermédio de aviões do Exército, uma proclamação em que, depois de aludir ao “luto nacional pelo falecimento de Santos Dumont, cujo genial espírito de criação o Exército de Leste sente elevar nas asas dos aviões o nome do Brasil à imorredou-

ra veneração nacional”, acentua que, em sua honra, “as unidades aéreas do destacamento deixarão de bombardear hoje as posições militares inimigas”.

Um comentário que ouvi de um oficial moreno e grosso, sentado, com um outro, numa das mesas do Hotel Careca:

– Não me admiro se souber que Santos Dumont morreu em consequência principalmente deste movimento armado, em que a aviação tem tomado parte saliente. Se ele se martirizava com a ideia de que o seu invento era usado para extermínio dos homens, imagine como não ficou ao ter conhecimento de que os seus próprios patrícios estavam lançando mão dele para se matarem.

*

Uma figura pitoresca de Barra Mansa é o copeiro do Hotel Careca. Moreno e esguio, tendo nada menos de 30 anos e um bigodinho à Carlitos a sombrear-lhe a boca, sua fisionomia é uma porção de tiques nervosos e de mutações estranhas, que lhe dão um aspecto bem engraçado. Agora, fecha os olhos, compondo na face um gesto severo. Daqui a pouco, movimenta os lábios, como a querer assoviar. Em seguida, sorri, mesmo sem ter de que, para logo depois fechar os olhos e ficar sério de novo, contraindo todos os músculos do rosto. É um caleidoscópio de gestos fisionômicos e um magnífico divertimento para crianças.

Os próprios oficiais se distraem com os seus esgares. E cada um lhe bota um apelido. O capitão Edgard Amaral chama-o calmamente de “seu” Bochecha. Para o capitão Silva Barros, comandante da Companhia de Administração, ele é “seu” Bodinho. Já o dono do Hotel o conhece simplesmente como Benedito. E ainda ouço os empregados gritarem por ele com um modesto “Barnabé”.

Hoje, ao terminar o almoço, procurei falar com o curioso garçom. Pergunto-lhe, antes de tudo, qual o seu nome.

– Chamo-me Barnabé de Moraes – responde-me.

– E os outros nomes?

– São apelidos.

O fotógrafo, ao lado, está pronto para bater uma chapa de Barnabé. Peço-lhe uma pose.

– Mas o senhor depois me dá um retrato? – indaga-me.

Prometo. Barnabé, sempre de bom humor, agarra de uma travessa cheia de salada e faz a pose.

– Assim está bom?

O fotógrafo bate a chapa. O copeiro pergunta-me agora quando lhe darei o retrato. Digo-lhe que o *Diário da Noite* vai publicá-lo. Ele fica satisfeito e me assegura que, daqui por diante, vai comprar o *Diário da Noite*, todo o santo dia.

Faço-lhe ainda algumas perguntas, interrogando-o primeiro sobre a sua profissão:

– Eu não sou copeiro profissional, não, senhor – acentua ele, desde logo. – Sou pintor. Estou aqui a pedido do dono do Hotel. Com a vinda das forças para Barra Mansa, o Hotel encheu-se de movimento. O dono, então, convidou-me para ficar como copeiro por alguns dias, até que o pessoal vá embora.

– E você gosta de ser copeiro?

– Gosto e não gosto. Gosto porque a gente fica no convívio de pessoas boas, como no meu caso. E não gosto porque é uma coisa muito agitada e me faz recordar, não sem saudade, a minha tranquila profissão de pintor.

E, depois de fazer uma das suas caretas:

– Alegria muita, mas também muito trabalho, muito movimento. É preciso que a gente seja feita, como se diz, de eletricidade, tenha braços elétricos e pernas elétricas.

Falo depois a Barnabé sobre o movimento revolucionário e recolho as suas impressões:

– A Revolução não foi ruim, não, senhor. Eu pelo menos gostei dela, porque estou ganhando dinheiro no Hotel Careca e travando relações com personalidades ilustres. A minha terra, por outro lado, está ficando mais conhecida e hospeda homens eminentes. Pois não sabe que o presidente da República esteve aqui num destes domingos?

Barnabé alude, por fim, aos soldados que estão nas trincheiras e nas ruas de Barra Mansa e eu lhe pergunto se não queria sentar praça.

– Não, senhor. Aprecio a farda, mas nos outros. Não dou para brigar. Não gosto de ver sangue. Sou muito não sei como.

*

Depois do almoço, resolvo deixar Barra Mansa e voltar a Resende, de automóvel. A tarde está maravilhosa, com um sol que é uma boca de fogo, estendendo o seu raio de ação até não sei onde e esquentando esta região friorenta e encapotada. Chego à cidade, depois de duas horas de viagem, e torno a dar o meu nome ao insolente e indiscreto livro de hóspedes. Quando pego do telefone para pedir uma ligação para o Rio, o proprietário do Hotel, um amável filho de Portugal, que está sentado numa cadeira ao lado, pergunta-me, com uma voz macia, de quem quer ser atendido:

– O senhor é viajante ou jornalista?

Digo-lhe que sou jornalista e apalpo o meu salvo-conduto já visado pelo coronel Ávila Lins.

– Porque agora, – acrescenta o homem – com a revolução, quase que paisano não viaja. Em tempos normais, quando entra um hóspede novo, estou apostando como é viajante. No momento atual, porém, eu fico em dúvida: os jornalistas estão viajando mais do que os viajantes.

*

Encontrar-me com um oficial acessível em Resende, onde sou completamente desconhecido, eu chamo mesmo estar de sorte. O oficial a quem me refiro e com quem travei conhecimento na sala do hotel é um capitão médico, simpático e conversador, que está a par da situação das forças ditatoriais, já tendo passado alguns dias na frente de Itatiaia. Ele surpreende-me com a sua disposição para dar-me informações:

– Tem havido sucessivos combates em todos os destacamentos, quer no do coronel Daltro, cujas forças lutam atualmente pouco além de Engenheiro Passos; quer no do coronel Guedes da Fontoura, que tem suas tropas em contato com os paulistas pouco aquém de S. José do Barreiro. A nossa artilharia e a nossa aviação bombardeiam diariamente, com intensidade, as posições dos revolucionários. Estes, porém, resistem com uma bravura admirável. Têm pouca artilharia e nenhuma aviação, mas possuem muita metralhadora, mais mesmo que nós.

Um amigo indaga do meu caro informante qual a distância existente entre as linhas ditatoriais e as paulistas.

– Varia – declara ele. Às vezes, as tropas se aproximam muito e outras vezes se distanciam demais, perdendo até o contato. No combate de Engenheiro Passos, chegamos a estar a cem ou duzentos metros dos paulistas, segundo me informou um oficial vindo da primeira linha.

Diz-me, em seguida, porque, na sua opinião, rebentando o movimento a 9 de julho, ainda hoje o Governo não conseguiu atingir S. José do Barreiro:

– Em primeiro lugar, deve-se ter em conta a bravura dos paulistas, que querem realmente brigar e cujo moral é magnífico. Depois, vem a falta de aparelhamento com que lutam as nossas forças. E, por fim, há o terreno, que é terrível, todo cheio de altos e baixos que não terminam mais e dificultam extraordinariamente as operações.

Referindo-se, agora, à artilharia paulista, o capitão conta-me o seguinte:

– Eles possuem um canhão misterioso. Chamamo-lo de misterioso, porque não se sabe onde se encontra. A nossa aviação já fez prodígios para descobri-lo, mas não há jeito de situá-lo. E o canhão continua a bombardear impunemente a estação de Itatiaia.

Levanta-se, pede um fósforo a um empregado do Hotel e volta a falar, relatando agora um fato não menos interessante:

– Uma bateria de 75 do 2.º R. A. M. sofreu, há poucos dias, um ataque inesperado da artilharia paulista nas proximidades de Engenheiro Passos. Os nossos artilheiros já haviam escolhido o local para colocar os seus canhões. Quando, porém, se iniciava o trabalho de colocação, começaram a receber granadas do tal canhão misterioso. Foi uma coisa horrível. Morreram alguns dos nossos e vários cavalos tombaram, atingidos por estilhaços. O comandante da bateria determinou, então, que se retirasse uma mesma peça de todos os canhões, depois do que se recuasse. Era quase noite. A ordem foi cumprida, tendo-se destacado, na sua execução, um cabo quase menino, que só deixou o local batido pela artilharia paulista depois de todo o trabalho terminado.

Indago ainda desse amável boletim de informações, onde, ao seu ver, se ferirá o grande combate, o combate decisivo.

– Pelo que tenho ouvido – responde-me ele – o grande combate deverá realizar-se em Cachoeira, onde os paulistas estão concentrando as suas forças.

Terça-feira, 26 de julho

A manhã de hoje, em Resende, eu a passei quase toda escrevendo correspondências jornalísticas para o Rio. Só às 11 horas é que deixei, para o almoço, o meu quarto de hotel. Na sala, encontro o tenente-coronel Abreu Araújo, subcomandante do 2.º RAM, a quem ontem fui apresentado. Conversamos e, em meio à conversa, sei que ele espera uma condução para ir a Barra Mansa levar ao general Góis Monteiro um ofício do comandante da praça, coronel Moreira Lima. Ofereço-lhe meu automóvel (para o bom êxito da minha missão necessito muito de fazer amizades).

O coronel Abreu aceita o oferecimento e às 13 horas partimos, fazendo o percurso pela estrada velha, uma estrada que eu só não chamo de péssima porque não sou também tão mal agradecido. Pois ela não nos deixou chegar com vida a Barra Mansa?

Mas o coronel, que conhece quase todo o interior do Brasil, tendo servido mesmo no Estado-Maior do general João Gomes, durante a Revolução de 24, não se contém:

– Nunca andei por uma estrada tão ruim. Nem em Mato Grosso.

De fato, a estrada não era das melhores, vamos dizer assim. Ela teimava em fazer o nosso carro de cabrito ou de cavalo bravo, forçando-o, imprudentemente, a dar pulos e mais pulos, à maneira de cabrioladas ou coices. Foi mesmo uma prova de bom estômago esta a que pacientemente nos tivemos de submeter, logo depois do almoço.

Felizmente, porém, entramos sãos e salvos nas ruas de Barra Mansa, que continua na mesma posição de descansar em que ontem a deixei: o Hotel Careca, o Barnabé, “poucos soldados e muitos oficiais”, como diria Henrique Cavaleiro, o fino artista do lápis, que os Diários Associados também mandaram até aqui.

Demora pequena a nossa. O coronel Abreu se desincumbiu da sua missão em menos de uma hora e eu, em menos de uma hora, também já estava pronto para o regresso. Evitando a luta para que nos desafiava a estrada por onde viéramos, é o coronel quem propõe que voltemos pela Rio-S. Paulo.

A nossa viagem, iniciada às 17 horas, torna-se, assim, mais agradável. Menos solavancos. Mais beleza. Melhores vistas. E eu começo a observar a transformação experimentada, depois de 9 de julho, por esse fio

branco que se estende interminavelmente diante de mim, com poucas retas e com muitas curvas a gritarem insistentemente “cuidado” para os *chauffeurs* e a como que desejarem estrangular os montes com os seus violentos serpenteios. Ela era, a estrada Rio-S. Paulo, até há pouco, um grande campo para passeios, onde os ricos vinham gozar as delícias de uma vida farta e gastar a gasolina americana adquirida com o nosso mil réis desvalorizado. Ela era, então, realmente, um ponto bom para os privilegiados da sorte espaiecerem, recobrando, burguesmente, as energias despendidas em trabalhos amáveis.

Hoje, que diferença! O intenso movimento de automóveis caros e lustrosos foi substituído pelo de caminhões pesados e sujos, malcriados e chorões, pelo dos cascos ásperos dos cavalos de guerra, pelo das botinas duras dos soldados pobres. Anda-se nessa estrada luxuosa um tempo enorme para só se encontrar isso e, às vezes, por muito favor, lá um ou outro “fordzinho” pedindo officina.

O panorama sempre belo que o envolve delicia agora aos soldados e não aos milionários, aos humildes soldados que se acham nas suas margens, sempre a deter-nos os carros, com a ameaça dos seus fuzis luzidios e com a sua arrogância de guerreiros. Esses soldados, acantonados por ali, têm uma dupla incumbência: guardam a estrada e defendem a retaguarda das forças fiéis à Ditadura.

Os aspectos que vamos vendo já são meus conhecidos. Bananal. Cinco grupos de soldados a pedirem para parar o carro e a exigirem salvo-conduto, por ordem do prefeito Daemon, que não se encontra, felizmente, por ali. Alambari é mais adiante. Motociclistas no meio de uma curva a porem à prova a capacidade profissional do nosso *chauffeur*. Duas casinhas, demonstrando que a estrada ainda tem alguma assistência amiga, não está de todo desprezada pelas suas velhas amigas. Uma luz ao longe. Uma ponte quebrada.

“Devagar” – diz um letreiro que o crepúsculo quase não nos deixa ler.

Chegamos, enfim, a 5 quilômetros de Formoso. Aí temos de abandonar a Rio-S. Paulo e seguir para Resende. Trechos de estrada bem ruinzinhos. O carro vai, no entanto, desenvolvendo uma marcha regular, engolindo, tranquilamente, as distâncias e as horas. Já é noite. Estamos em

ponto perigoso e numa hora perigosa. É a hora em que as sentinelas são mais intransigentes. O 9.º R. I., de Pelotas, está acampado numa fazenda próxima e tem, certamente, patrulhas espalhadas pela zona.

– Ainda ontem à noite – diz Russo, o nosso motorista – atiraram num automóvel e a bala atravessou a capota.

É preciso, deste modo, ir com calma. Estamos fazendo 50 quilômetros. A noite está muito negra, sem luar. De um lado e do outro da estrada, um mato um tanto rasteiro, às vezes mais ralo e às vezes mais grosso. Vamos, assim, naturalmente, quando surge, destacado na escuridão pelos olhos elétricos do automóvel, um soldado de fuzil em punho, encaminhando-se para nós:

– Quem vem lá?

O nosso carro para instantaneamente.

– Quem vem lá? – grita, de novo, o soldado, ainda um pouco afastado do nosso auto, mas com a sua arma apontada em nossa direção.

– É de paz! – responde, em voz firme, o coronel Abreu.

O soldado se aproxima. Baixa o fuzil. Pergunta quem somos, sem poder fixar bem as nossas fisionomias. O coronel dá-lhe todas as informações e ele permite, finalmente, que continuemos a viagem.

– São recrutas – diz-me a seguir o coronel. Têm apenas três meses de instrução militar. E, de fuzil em punho, devem ser perigosos: desejam, certamente, experimentar a pontaria, sem risco de prisão...

Ainda passamos por várias sentinelas, menos nervosas, mas não menos curiosas em saber quem somos, donde vimos e para onde vamos. A última que embaraça a nossa marcha entra em maiores indagações. Depois de ouvir as informações dadas pelo coronel Abreu, ainda nos pergunta, com desconfiança e com ignorância:

– Vêm de Itatiaia?

Dissemos-lhe que não, que vínhamos de Barra Mansa, onde o coronel Abreu fora levar um ofício ao general Góis Monteiro.

O soldado não se satisfaz e pede licença para ir chamar um companheiro que está adiante, deitado ao relento. Este vem e torna a fazer-nos as mesmas perguntas. Repetimos, como discos de vitrola, o que já dissé-

ramos à sentinela. E ele, depois de uns segundos de hesitação, virando-se para o camarada, com a maior simplicidade deste mundo:

– É. Pode deixá-los seguir.

*

Nestes últimos dias, tenho ouvido falar muito da situação do general Valdomiro, que alguns dão como envolvido pelas forças paulistas.

Agora, com o conhecimento de um ofício que o general Bertoldo Klinger lhe enviara, convidando-o para um encontro com o Sr. João Neves, a fim de se inteirar do que ali se passava, argumentam os comentários sobre a posição das suas forças³. Um oficial do E.-M., no entanto, garantiu-me hoje que o general Valdomiro não está envolvido e que, se a situação das suas tropas não é das melhores, pelo avanço extraordinário que ele fez, também não é tão precária para dar margem às notícias correntes.

Quarta-feira, 27 de julho

Há quatorze dias neste setor, eu ainda não havia conseguido ir além de Resende, apesar das tentativas que fizera. Atendendo ao alvitre de um oficial amigo, quase ponho uma fita vermelha ao braço, com a farda que aqui uso, para poder atingir, como enfermeiro, as primeiras linhas. Cheguei também a encaminhar as causas a fim de viajar disfarçado de

3 O Ministério da Guerra forneceu aos jornais a cópia seguinte do ofício do general Bertoldo Klinger ao general Valdomiro Lima:

“S. Paulo, 25 de julho de 1932 – Do Sr. general Bertoldo Klinger ao Sr. general Valdomiro Castilhos de Lima, comandante das forças ditatoriais na frente do Paraná.

Sr. General: Tenho a honra de submeter oficial e formalmente à vossa consideração a proclamação anexa e propositura de cessação de hostilidades, que é o seu objeto. Se desejardes conversar para vosso melhor esclarecimento com o Dr. João Neves da Fontoura, podereis propor um ponto de encontro, caso aceiteis a honrosa e fraternal propositura de cessação da luta.

“Desejaria ainda que vós mesmo, como vosso chefe do S. E. M. e mais dois oficiais de vossa escolha, atravessásseis livremente o Estado de S. Paulo para melhor vos inteirardes do que aqui se passa e levardes esse esclarecimento aos outros elementos das forças ditatoriais que se acham no vale do Paraíba e em Minas. Saúde e fraternidade.

– a) **General Klinger.**”

ajudante de chofer até Formoso ou Itatiaia. E estava mesmo para fazer isso, quando surge uma oportunidade melhor: um oficial superior, que precisava ir, com um tenente, ao destacamento do coronel Fontoura. Sabendo disso, ofereci-lhe o meu automóvel e foi ainda o automóvel que facilitou a minha atividade, ajudando-me a romper, mais uma vez, as ordens severas da Polícia de campanha.

A viagem foi feita de manhã pelo mesmo caminho por que ontem andei. Pouco antes de Formoso, vários caminhões na estrada, com soldados do 1º G. A. P. Mais adiante, na Fazenda das Palmeiras, uma companhia do 2º R. A. M. Os meus companheiros descem e eu desço também. Não há aí nenhum oficial. Todos estão nas linhas de frente. São, assim, os sargentos que recebem os visitantes. E os recebem dando-lhes notícias sobre a situação militar. Citam-se nomes e fala-se da atuação dessa e daquela tropa.

– Há poucos dias – conta um dos sargentos – tivemos aqui uma surpresa bem desagradável. Estávamos todos muito tranquilos, sem de nada recear, quando os paulistas apareceram naquele morro, varrendo de metralhadora todo este trecho da estrada Rio-S. Paulo e tentando envolver-nos. Foi uma coisa séria, uma surpresa dos diabos a que nos pregaram. Felizmente, pouco depois chegava o 19º B. C. da Bahia com ordem de atacá-los com toda a violência. Diante da impetuosidade do ataque, eles não resistiram e tiveram de recuar. Que alívio, meu Deus, para nós!

Os oficiais despedem-se. Encaminhamo-nos para o automóvel. Em sentido contrário, vem um soldado com o braço numa tipoia.

– Que é isso? – interroga um oficial.

– Foi o recuo do canhão – responde o soldado.

Olho-o. É quase uma criança. Pergunto-lhe o nome.

– Chamo-me José Faria França.

– De onde é?

– De Alagoas.

Segundo ainda a nota fornecida aos jornais pelo Ministério da Guerra, esse ofício foi levado pelo Sr. Francisco Bernardes Júnior ao general Valdomiro, que respondeu dizendo só aceitar a “rendição incondicional”.

Os oficiais lamentam o fato. Tomamos o automóvel. Formoso, por onde passamos segundos depois, é uma cidadezinha criada pela estrada Rio-S. Paulo. Poucas casas, poucos habitantes e, atualmente, muitos soldados.

O Clube dos Duzentos, de tão saudosa memória, fica alguns metros adiante. Lá é que o coronel Guedes da Fontoura, comandante das forças ditatoriais do flanco esquerdo, tem instalado o seu P. C. Quando chegamos, ele acabava de almoçar e se encontrava no seu quarto, que é o mesmo quarto onde costumava hospedar-se o Sr. Washington Luís, nos tempos da República Velha. Recebe-nos muito bem, oferecendo-nos licor e doces. É um homem amável e sereno. A sua fisionomia denota, no entanto, certa preocupação. Fala da resistência dos paulistas que, até hoje, não deixaram S. José do Barreiro, apesar do ataque constante das suas forças e elogia a competência do coronel Joaquim de Andrade, comandante da vanguarda revolucionária.

A conversa gira agora sobre casos de família, aludindo-se aos sofrimentos destas com os seus chefes distantes e com a vida em risco.

– Sou casado e não tenho filhos – declara o coronel Fontoura. Estou longe de minha esposa desde o dia 10. E não se admire se eu lhe disser que ela me preocupa mais do que os próprios adversários. Porque sei do seu sofrimento. Sinto, quando lhe falo pelo telefone, a sua inquietação, sabendo-me perto do perigo.

Entra, neste instante, um oficial e o coronel pergunta-lhe:

– Então, o soldado morreu mesmo?

– Morreu, sim senhor.

– Estilhaço de granada, não foi?

E, depois de assinar um documento, virando-se para nós:

– É um soldado do 2º R. I. que ontem foi gravemente ferido em combate.

Um soldado aparece também à porta.

– Já fizeram a preparação? – indaga o coronel.

O soldado diz que já haviam sido dados vários tiros de canhão.

– Não, mas ainda não é a preparação. Esses tiros foram mandados dar por mim, antes dela, como resposta à artilharia inimiga.

Puxa, em seguida, do relógio. Faltam poucos minutos para as onze horas.

– É às onze que começa a ofensiva – acentua, olhando o soldado.

Peço ao coronel Fontoura para posar para o nosso fotógrafo. Ele acede gentilmente. E, depois disso; o relógio bate às onze horas. Ouvimos o troar surdo dos canhões, a pouca distância.

– Começou – diz-nos o coronel, de quem, a seguir, me despeço.

Quando vou saindo, vários soldados se aproximam de mim. Perguntam-me se me dirijo para o Rio e se posso levar cartas para suas famílias. É interessante! Estejam onde estiverem, os soldados nunca se esquecem de escrever à sua gente. O correio militar vive cheio de correspondência e um dos oficiais que encontro no Clube dos Duzentos diz-me que o que não falta ao soldado, na trincheira, é papel e lápis para mandar notícias suas aos parentes e aos amigos.

– Podem pensar que morri e eu não quero saber desses agouros, não – justifica um a quem falo a respeito.

*

As onze horas do coronel Fontoura marcaram o início de uma ofensiva geral das forças ditatoriais contra toda a frente norte paulista.

Quando chego a Resende, encontro o general Góis Monteiro, que já se achava na cidade desde a manhã, com alguns oficiais do seu estado-maior. Ele me diz que aqui veio para poder dar mais de perto as suas ordens. E não descansa. Anda de um lado para outro, olhando mapas, fazendo perguntas, pedindo notícias. Expede portadores para as linhas de frente, manda recados telefônicos aos comandantes de destacamento, quer saber a cada minuto dos resultados da ofensiva que se desencadeia. Mais tarde, redige e me entrega uma nova proclamação aos paulistas, nos seguintes termos:

“Aos meus soldados da 2ª Região Militar, ao povo paulista que tanto amo, dirijo mais um apelo, por intermédio dos Diários Associados, a fim de que deponham imediatamente as armas e tornem a entrar, sem paixões e sem ressentimentos, na grande comunhão nacional. P. C., 27-VII-32 (a.) *General P. Góis*, comandante do destacamento do Exército de Leste.”

A ofensiva teve o apoio da aviação e terminou à tarde, com a passagem do rio Paraíba pelo 1º R. I. e a captura de cerca de 200 homens. Esperava-se, porém, que os seus resultados fossem maiores, com a conquista, pelo menos, de S. José do Barreiro. Na ponte do Salto, que fica um pouco além de Engenheiro Passos e onde se luta há vários dias, os paulistas também resistiram com vigor aos ataques das forças governistas, em cuja vanguarda se tem destacado o capitão Zenóbio Costa e o tenente Sousa Aguiar.

Houve, segundo me informaram, muitas baixas de parte a parte. E um sargento inteligente do 3º R. I. explicava-me, mais tarde, o motivo por que, a seu ver, os paulistas têm perdido tanta gente:

– Que nós tenhamos baixas, está certo. Estamos na ofensiva e nos expomos sempre ao fogo inimigo. Mas que eles percam também muitos soldados é que admira. Creio que o motivo dessas baixas é o seguinte: na frente do Salto, há muito *patriota* [*patriota* na linguagem militar quer dizer voluntário]. Esses homens naturalmente não estão bem treinados na guerra. De maneira que, quando estoura alguma “mecha” [granada] ou quando entram em ação as “costureiras” [metralhadoras] e não os pegam dentro da trincheira, eles correm, ao invés de ficarem deitados no chão, bem quietos, para que os estilhaços e as balas não os atinjam. Daí, os vários cadáveres insepultos que encontramos sempre pelos morros, distantes um dos outros e mais distantes ainda da trincheira.

Quinta-feira, 28 de julho

Mais uma vez no Rio. Aqui cheguei ontem, à noite, viajando de Resende, pela estrada de rodagem. Até a Escola do Realengo, não tivemos grandes importunações. Daí em diante, porém, a marcha do nosso auto foi, várias vezes, interrompida por patrulhas de soldados armados, que pediam ao chofer para apagar os holofotes e ir mais devagar. Explicaram-me, depois; o motivo da medida:

– É que eles temem um ataque da aviação paulista.

Encontro o Rio cheio de curiosidade e já com mais esperanças no triunfo do movimento, graças ao rádio e aos boletins da M. M. D. C. que substituíram, por assim dizer, os órgãos de imprensa, cujas informações estão sendo severamente controladas pela 3ª Delegacia Auxiliar. Os

boletins contêm tudo quanto o rádio paulista espalha pelo país e ainda noticiam os acontecimentos aqui verificados e desconhecidos da população.

*

Um fato que causou a maior sensação no Rio foi a viagem do Sr. João Neves para S. Paulo. Surpreendido pela Revolução, não pôde o grande líder gaúcho sair em tempo desta capital, nem logo em seguida a 9 de julho, porque a Polícia, desde esse dia, fiscaliza, cuidadosamente, o trânsito para aquele estado. Mais tarde, apesar da imprensa haver noticiado o contrário, o governo veio a saber que ele aqui ainda se encontrava. E os agentes policiais iniciaram, então, uma caçada severíssima, numa atividade fantástica. Quem conseguisse agarrá-lo seria capaz de ser nomeado substituto do Sr. João Alberto.

Diante, embora, dessa situação, precisando estar muito bem oculto, para não ser descoberto, o Sr. João Neves fez várias tentativas no sentido de ir juntar-se aos seus companheiros de ideal constitucionalista. E a que obteve sucesso foi feita no dia 23 do corrente. Ele saiu do Rio com risco de vida, em um pequeno avião de propaganda, pilotado pelo aviador inglês Holland. A pequena “casca de noz”, como os paulistas depois apelidaram o aparelho, alçou-se do Campo de Manguinhos às duas horas da tarde, tendo obedecido ao itinerário traçado por um oficial da Armada e pelo qual não se encontraria com tropa alguma do Governo Provisório. O Sr. João Neves chegou a S. Paulo às 5 horas da tarde, e, no dia seguinte, à noite, fazia, pelo rádio, um dos seus maiores discursos, de ataque à Ditadura. A sua palavra, aqui ouvida, veio aumentar extraordinariamente a confiança que o Rio depositava na vitória revolucionária.

– Com a viagem do João Neves – dizia-me um gaúcho, ainda hoje, na Avenida – fico certo de que, pelo menos, a Frente Única não permanecerá inativa diante dos acontecimentos. O Rio Grande o estima e o admira bastante para não deixar de acompanhá-lo nessa emergência, em que, jogando a própria vida a fim de chegar a S. Paulo, deu uma grande prova de dignidade e de amor ao seu estado: ele foi cumprir a palavra empenhada e defender a honra de nossa terra, cuja atitude não poderia ser outra senão de apoio ao grande povo bandeirante, que se levanta em armas para bater-se pelas nossas próprias ideias.

Segundo fui informado, o capitão João Alberto não ficou satisfeito com a partida para S. Paulo do Sr. João Neves, a quem considera um “adversário bem temível”. Deixou mesmo o comando da sua coluna, na zona de Cunha, para vir reassumir o cargo de chefe de Polícia com o intuito de evitar que se repetissem fatos dessa natureza⁴.

*

Há aqui, ao que me disseram, uma possante estação clandestina de rádio que transmite para São Paulo tudo quanto acontece no Rio e recebe de lá todas as notícias referentes ao movimento revolucionário. A polícia tem-se desmanchado em atividade para situar essa estação, que ninguém, até agora, descobriu onde se acha instalada.

O capitão João Alberto já falou a vários entendidos no assunto. A um deles, antigo oficial do Exército, o chefe de Polícia não só pediu para consertar um aparelho, com o qual talvez fosse possível localizar a estação, como também lhe perguntou quanto queria a fim de conseguir um meio de inutilizar para o Rio todas as irradiações de São Paulo, sem, no entanto, prejudicar as da Argentina.

Mas a simpatia pelo movimento revolucionário é tão grande, ele empolgou de tal maneira os brasileiros, que a Polícia, apesar do dinheiro de que dispõe, ainda não encontrou um bom técnico que se propusesse a esse trabalho. E o rádio continua a prestar os melhores serviços à Revolução, como um dos seus maiores soldados, cuja ação se estende prodigiosamente.

Sexta-feira, 29 de julho

Já me acho de volta a Resende. Fiz a viagem de trem e aqui cheguei à noite. Ainda encontro, na sala do Hotel dos Viajantes, vários militares que, como sempre, esperam os jornais do Rio. (A hora dos jornais aqui é quase sagrada, porque eles são ainda, apesar da censura ou graças a ela, das mais caras distrações desta zona de guerra triste e fria.) A conversa gira em torno das operações militares, que se encaminham bem. A artilharia tem trabalhado muito e a infantaria se tem mostrado decidida.

⁴ Conforme me declarou, depois, o próprio general Góis Monteiro, o afastamento do capitão João Alberto do comando da coluna de Parati foi pedido por ele, general Góis, ao chefe do Governo.

Não custa muito a chegar os vespertinos cariocas e, com eles, mais alguns oficiais que não tiveram paciência de aguardá-los em casa e foram buscá-los na estação. Leem-se as notícias sobre o momento. E passa-se, depois disso, a falar de política:

– Quando terminar esta revolução – diz um dos militares – eu serei capaz de convidar o João Neves para um duelo, porque, a meu ver, ele é que é o principal culpado de tudo isso.

– Não, o João Neves, não – replica, com firmeza, outro oficial. – Ele até, pelo que sei, foi sempre contrário à solução, pelas armas, da presente crise política. O principal culpado do que está acontecendo é, ao que me parece, o Flores. Este, sim, é que deu margem a todas as agitações. Lembro-me bem de que, em dezembro de 1931, quando ainda nada havia e o Rio Grande estava na mais perfeita paz com o Governo Provisório, ele fez, em Porto Alegre, um discurso incendiário, dizendo que, se a Constituinte não viesse dentro de certo tempo, largaria o cargo de interventor e iria para o meio do povo exigir da Ditadura o cumprimento da sua palavra. Lembro-me também de que, em fevereiro ou março deste ano, ele, dando todo o seu apoio aos demissionários rio-grandenses, concordou com o plano de demitir-se da interventoria e ser aclamado governador pelo povo, tendo, para isso, criado até vários batalhões provisórios. Lembro-me ainda de que, em maio, ele tinha conhecimento prévio dos planos da Frente Única paulista e lhe deu todo o apoio para fazer o Secretariado mesmo à revelia do Governo Provisório, ficando o Rio Grande para sustentar a mão, em caso de não ser vitorioso o ponto de vista dos políticos daquele estado. Lembro-me, finalmente, de que, depois da imposição do Secretariado paulista, que eu considero o início do movimento armado, ele, agradecendo uma manifestação dos estudantes gaúchos, pronunciou, entre lágrimas, da sacada do Palácio do Governo, em Porto Alegre, um discurso, assegurando que, “se o Rio Grande, erradamente embora, caminhasse para o despenhadeiro, ele iria para o despenhadeiro com o Rio Grande”. Ora, tudo isso dava margem a agitações, ao mesmo tempo em que fazia crer estar o governo gaúcho intransigentemente a favor de S. Paulo e contra a Ditadura.

– Mas o Flores é muito impulsivo – frisa um dos presentes.

– Não, essa história de impulsivo não justifica os seus atos – torna o oficial que falava. – Impulsivo, mas antes de tudo político. E político tanto é o Morato, como ele. Todos são políticos, inclusive o Dr. Getúlio.

E, depois de um breve silêncio:

– Sabe o que um paisano outubrista [aqui, nenhum militar diz civil, é só “paisano”] me veio dizer? Que o Góis é que era o culpado de tudo, porque foi ele quem fez a Frente Única paulista. Ora, esta é boa! E os erros tremendos praticados pela Ditadura em São Paulo, deixando, por exemplo, no seu governo, durante tanto tempo, um tenente que se incompatibilizou desde logo com as maiores figuras do Estado? O Góis agiu muito bem, fazendo a Frente Única. Porque, se não tivesse procurado apaziguar São Paulo, aquilo teria virado anarquia, antes de se voltar contra o Governo Provisório. Vocês sabem em que estado de ânimo viviam os paulistas? Eles estavam exaltadíssimos, a ponto de gritar, em passeatas pelas ruas:

“Getúlio cai, cai, cai! S. Paulo não é Xangai!”

Depois; se não fosse a intervenção do Góis, prestigiando a união no estado, a Revolução teria saído a 21 de abril e com o apoio do Rio Grande, porque, nessa época, o Flores não teria coragem de trair os seus companheiros: as eleições ainda estavam por marcar e ele não poderia, assim, lançar mão do argumento a que depois sabidamente se apegou para justificar sua traição.”

Sábado, 30 de julho

S. José do Barreiro caiu hoje finalmente, depois de uma resistência de 20 dias. As informações de pessoas vindas da frente dizem que os paulistas lá estiveram até esta madrugada, deixando as suas posições cerca de 3 horas, em direção de Areias. Um batalhão da Brigada Militar gaúcha teve ordem de cortar, pela manhã, a sua retirada, mas, em virtude de um erro no caminho que deveria seguir, não pôde sequer entrar em contato com o adversário.

O sargento Demétrio Masson Jacques, que faz parte do Destacamento Fontoura, é uma inteligência viva e um temperamento boêmio. Filho do marechal Jacques, possuindo irmãos oficiais e tendo cursado até o 4º ano de Engenharia Civil, não quer ser mais do que sargento. É também um dos melhores atiradores do Exército. Foi ele quem, falando-me sobre a queda de S. José do Barreiro, contou-me este fato interessante, passado dois dias antes da tomada da cidade pelos governistas:

– A minha companhia formava a linha avançada do destacamento. Estávamos sem contato com o inimigo e era preciso restabelecê-lo. Fui, então, encarregado de fazer um reconhecimento. Andei cerca de 600 metros com as maiores cautelas. Nada encontrei até aí e só pouco mais adiante é que vi, no alto de um pequeno morro, uma linha de trincheira. Aproximei-me. Estava completamente vazia. No fundo, apenas, coisas miúdas: bornais, cinturões, baionetas, latas de conserva, doces, cigarros, jornais, papéis escritos. Olhei, mas não quis entrar lá dentro. Deixei tudo como estava e voltei imediatamente para comunicar o fato ao meu comandante. Disse-lhe que a trincheira ficava bem perto de São José do Barreiro, e que nós podíamos ocupá-la desde logo. O capitão olhou-me e acentuou:

– Mas Demétrio, você compreende. A ordem que tenho é de estacionar aqui, perto desses bambus. Se eu avançar demais, posso perder a ligação com os outros corpos e será pior. O mais aconselhável, portanto, é que eu comunique o fato ao comandante do Destacamento. Contudo, você volte à trincheira, procure arrecadar o que houver lá de melhor, e, se for possível, estenda mais um pouco o reconhecimento.

O sargento esboça um sorriso e distancia o olhar, como a recordar-se de alguma coisa.

– Atendi ao capitão – continua ele. – E lá segui, novamente, em demanda da trincheira abandonada pelos paulistas. Fui na maior calma, juntando tranquilamente o meu cigarro. Sem temer perigo, ia brincando com as folhas, admirando as árvores e pensando em coisas que nada tinham a ver com a minha missão. Andei assim, despreocupado, quase todo o caminho. Quando cheguei ao pé do morro; a uns cinquenta metros da trincheira, é que me lembrei de olhar para cima. E qual não foi o meu espanto ao dar de cara com oficiais e soldados que lá estavam olhando para mim? Fiquei petrificado! Era preciso, evidentemente, uma grande presença de espírito, era preciso dominar os nervos, custasse o que custasse. Fiquei parado, olhando também para eles. Ouvi, então, um oficial gritar:

– Sargento, suba! Venha cá! Nós queremos falar com você!

Que deveria dizer eu? Não podia tardar muito a minha resposta e logo respondi, gritando também:

– Não posso! Estou muito cansado. Mande uma pessoa falar aqui comigo!

E eu escuto, de novo, a voz do oficial:

– Está bem! Nós mandaremos.

Vejo que ele dá ordens a um soldado e que esse soldado, em seguida, se encaminha para mim. Enquanto isso, vou me afastando, andando, passo a passo, para trás. Verifico que já estou distante uns 100 metros da trincheira. Olho para os lados, examinando o terreno. A uns dez metros, uma elevação de terra. Apresso-me em alcançá-la. Já, então, mais fora das vistas dos oficiais, faço um lance de cinquenta metros e deito-me. Levanto-me para fazer outro lance e deitar-me novamente. Ponho o ouvido de prontidão e não ouço nada, senão o gorjear de uns passarinhos que, num galho de árvore, parecem rir da minha situação. Olho para trás. Lá vem, distante ainda, num passo de quem não quer andar, o soldado que eles mandaram para falar comigo. Espero-o, mas não deixo de ir ganhando distância da trincheira, regulando um passo meu por dois ou três do soldado. Este logo se declara um medroso de marca maior. Pelo caminho, vem gritando:

– Sargento, não atire em mim, não! Minha missão é de paz, sargento!

Respondo que não atirarei e, como ele continua a gritar, apavorado, coloco o meu fuzil de cano para baixo. Em breve, o soldado, que é do 4º R. I., está junto a mim. E, quando me olha, exclama, cheio de uma alegria infantil:

–Ah! É o sargento Demétrio! Eu o conheço, sargento! Eu fiz parte do contingente que o senhor levou o ano passado do Rio para Caçapava! E, diante do meu silêncio:

–Sargento, quero agora ficar servindo na sua companhia.

Eu não me lembro do soldado, mas me lembro do contingente. Digo, todavia, que o conheço e pergunto-lhe pelos outros seus camaradas. Ele responde-me que também estão ali, na frente.

– Está bem – proponho-lhe – como você diz que quer servir comigo, eu vou encarregá-lo agora mesmo de uma missão extremamente delicada. Você voltará para lá e vai prometer-me fazer o possível a fim de que todos os seus colegas de contingente passem aos poucos para o lado de cá. Diga-lhes que aqui serão muito bem recebidos e que nós não os consideramos criminosos. Quanto ao fato de terem aderido à Revolução, isso não quer dizer nada. Se eu estivesse em S. Paulo, ao rebentar o movi-

mento, não teria, decerto, tomado outra atitude, porque seria fatalmente envolvido pela onda.

Olho o soldado. Tem uma fisionomia de espanto:

– Qual, sargento! Faça isso o que! Se já estou aqui, fico aqui mesmo.

Respondo-lhe, concordando. E peço-lhe que me acompanhe e que me dê o fuzil. O soldado, porém, se dispõe a acompanhar-me, não está disposto a dar-me a sua arma:

– Não, sargento, o fuzil, não. Deixe, que eu mesmo o levarei.

Eu insisto e ele resiste:

– Não, sargento. Não tenha desconfiança. O fuzil está descarregado.

Pego, então, no braço do soldado para tomar-lhe o fuzil. E quando estou fazendo isso, ouço uma rajada de metralhadora. Deito-me. O soldado também se deita. Outra rajada de metralhadora. Vejo que não devo continuar aí e vou me arrastando para um lugar onde não possa ser atingido. O soldado também vem, já sem fuzil, porque eu estou com o dele. Numa curva, formada por uma ribanceira, levanto-me. Espero o soldado, que ainda está alguns metros atrás, e o conduzo para o P. C. do comandante da companhia. No caminho, ele me diz que quem o mandara falar comigo fora o tenente Valporto Sá. Eles pediam que eu fosse para lá que me tratariam muito bem.

Domingo, 31 de julho

O dia de hoje transcorreu sem novidades de ordem militar. As forças ditatoriais do flanco esquerdo lutam atualmente no morro Frio e as forças do flanco direito ainda lutam em Salto. A resistência dos paulistas aí tem sido tremenda.

Como já fez no penúltimo domingo, o Sr. Getúlio Vargas esteve, pela manhã, visitando o Q. G., em Barra Mansa, acompanhado de várias pessoas. De lá, depois de haver conversado com o general Góis Monteiro, seguiu o ditador para S. José do Barreiro, pela estrada Rio-S. Paulo, não tendo, assim, vindo a Resende. A Brigada Militar gaúcha ofereceu-lhe ali um churrasco.

*

Uma coisa que se nota logo em Resende é a presença de garotos espertos. Em todos os cantos onde haja movimento de soldados, lá estão

eles fazendo perguntas, indagando, querendo saber de tudo, todos curiosidade. O fato explica-se: Resende não tem imprensa diária e necessita desses porta-vozes de vistas inquietas e calças curtas. O campo de aviação é, porém, para onde mais se voltam as suas atenções. Não podem chegar perto dos aviões, não podem sequer entrar até lá dentro, porque há ordens neste sentido, mas ficam por fora, espiando, namorando os aparelhos, procurando ganhar as simpatias dos aviadores.

O tenente Melo é o mais querido da gurizada pelo seu gosto de fazer piruetas no ar. Quando um avião risca o espaço, caindo aqui em folha seca, realizando ali uma manobra difícil e espetaculosa, fazendo adiante um *looping the loop*, os garotos estão apostando como é ele quem o dirige. E ficam esperando no portão do campo para verem-no descer, para manifestar a ele a sua admiração por meio de olhares bisbilhoteiros e de fisionomias alegres, de quem está pronto mesmo para dar um “viva” bem alto.

A influência da aviação sobre o espírito dos garotos leva-os também a construir o seu “campo” e a fabricar os seus próprios “aparelhos”. Que magníficos solucionadores dos problemas graves do país! Dentro do seu mundo, o campo de aterrissagem é um palmo de terra em plena rua, e os aparelhos, que só se mantêm no ar pendurados por cordões – um taco de pão, um pedaço de lata velha e dois carretéis de linha! Hoje, domingo, eles andavam em bando pela cidade, mostrando os aviões que o seu gênio infantil construiu. Um capitão achou aquilo interessante e tirou, com a sua Kodak, uma curiosa fotografia dos jovens “ases”.

Mas a aviação não exerce influência apenas sobre as crianças. O capitão Carlos Brasil sabe muito bem, melhor do que eu, que, mesmo entre as garotas bonitas da praça da Matriz, um artilheiro ou um oficial de infantaria não pode correr com um aviador...

*

Hoje, à tarde, perto da Estação, conversei por algum tempo com um tenente comissionado. Falo pouco para deixá-lo falar mais. As suas opiniões são interessantes e o meu silêncio facilita que elas se multipliquem:

– S. Paulo não está tão fraco, como se diz, nem a luta é tão desigual, como se afirma. Repare que, combatendo-se desde o dia 9, só ontem é que as forças do governo chegaram a S. José do Barreiro. A resistência dos paulistas vai ser mesmo muito grande. As informações dos prisioneiros di-

zem que eles têm muita munição e um perfeito serviço de abastecimento. Não será, portanto, tão facilmente, que venceremos.

Diz-me isso e refere-se, depois, ao general Bertoldo Klinger, para quem chamei sua atenção:

– O general Klinger é um dos oficiais de mais valor do nosso Exército. O prolongamento da luta é, aliás, não só uma demonstração evidente da capacidade de resistência de S. Paulo, como também da capacidade do chefe supremo das suas forças. Se admiro o general Klinger como técnico militar, não menos o admiro como um homem justo e digno. Foi ele, antes mesmo do general Góis, quem reconheceu publicamente os direitos dos tenentes comissionados.

O tenente acende um cigarro e esboça um sorriso muito leve:

– Os tenentes comissionados... Não imagina a resistência que os oficiais de curso lhes fazem. Nota-se isso facilmente, mesmo na Escola Militar. O tenente comissionado, que vai estudar para ser efetivado no seu posto, luta com as maiores dificuldades. A repulsa é geral. Foi sargento? Então, não pode ser oficial. É esta a mentalidade. Por isso, nós ficamos cativos de homens que, como o general Klinger, têm a coragem de proclamar de público os nossos direitos.

Aproxima-se outro tenente comissionado (os tenentes comissionados sempre vivem juntos e raramente andam com oficiais de curso). O que conversa comigo apresenta-me o colega:

– Está aí um paulista.

O tenente sorri e depois, de aludirmos à situação:

– Sou paulista de nascimento e a minha família está mesmo, neste instante, em S. Paulo. Não deixo, porém, de reconhecer que, para a situação em que se encontrou depois de 1930, S. Paulo muito contribuiu. Pode-se dizer até que ele é um dos maiores, senão o maior responsável pela vitória da Revolução de Outubro. Segundo declarações do próprio chefe do governo, foi S. Paulo quem, com a manifestação extraordinária que lhe fez, o persuadiu a aceitar definitivamente a sua candidatura à presidência da República, a qual deveria ser vitoriosa, pela força. Depois, se não fosse ele, isto é, se o Estado todo acorresse às armas, como está fazendo agora, para defender o governo do Sr. Washington Luís, o movimento de 30 não teria vencido, pelo menos com a facilidade com que venceu. Imagine que

o voluntariado, aberto para dar-lhe combate, não chegou a 6.000 homens! Mas, apesar disso, vitoriosa a Revolução, vimos o que se verificou e que levou os paulistas ao desespero de, largando os instrumentos de trabalho, levantarem-se, unidos, contra a Ditadura.

*

Esteve hoje em Resende o Sr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro, auditor de Guerra, em função no Q. G. Ele fora a S. José do Barreiro e, regressando a Barra Mansa, quis passar por aqui.

Encontrei-o no Hotel dos Viajantes. Conversamos sobre o momento. Ele deu-me suas impressões. Acha que o governo vencerá.

– Todavia – diz-me – o que lhe posso assegurar é que o país não permanecerá, política e administrativamente, no estado em que se encontra ou se encontrava antes de 9 de julho. Teremos de assistir, fatalmente, a uma modificação geral. E essa modificação será, naturalmente, para melhor, indo o país gozar de mais ordem e de mais tranquilidade com o desaparecimento, de uma vez por todas, do predomínio tenentista ou outubrista.

.....

Agosto

Segunda-feira, 1 de agosto

A CHUVA FOI A ÚNICA NOVIDADE que marcou a entrada do mês de agosto. Até agora, não havia chovido por aqui. Dir-se-ia que Deus tomara essa providência de propósito, penalizado com a sorte dos pobres soldados que, nas linhas de fogo, ao relento, morrem sem saber o porquê. As noites são sempre frias, frias de regelar, nas trincheiras úmidas da serra de Itatiaia. Quem passa assim uma noite deve ter, naturalmente, direito a um dia mais ou menos agradável. E daí talvez o que até ontem se verificou.

Mas, hoje, houve uma mudança completa. Já pela madrugada o trovão ribombava pelas cercanias, confundindo os seus berros tremendos com os gritos roucos dos canhões terríveis. Depois dele, veio uma chuva forte que bateu de cheio as zonas de combate e fustigou sem dó e sem pena os soldados humildes do *front*. E tudo amanheceu triste, acompanhando na sua tristeza as famílias dos heróis que tombam pelo dia afora.

Um sargento nortista, todo molhado, que chegou a Resende como escolta, dizia-me muito sério:

– A chuva é para nós, que aqui estamos, importuna e má. Mas, por que ela não nos deixa em paz e não se dirige para o Norte, onde há calor e há sede?

É a chuva, afinal de contas, a novidade maior que há por aqui. O céu parece que deseja apagar o fogo das armas de guerra que devasta as ricas terras roxas dos cafezais.

*

O coronel Moreira Lima, comandante da praça de Resende, também é hóspede do Hotel dos Viajantes. Fui apresentado a ele por Vítor do Espírito Santo, meu companheiro do *O Jornal*, e desde esse dia vivemos quase sempre a conversar sobre coisas do momento.

Hoje, com a chuva, a nossa conversa foi mais longa. O coronel abordou vários assuntos, dando-me ainda sua impressão sobre as causas do movimento, tudo dentro do seu ponto de vista de defensor extremado da Ditadura. E depois, falando de um modo mais geral, sobre a nossa situação:

– Sabe qual a solução que eu apresentava para acabar com esses movimentos? Dividir os grandes estados em dois e três estados. Assim, cortar-se-ia o mal pela raiz. S. Paulo, por exemplo, ficaria constituindo três unidades federativas; Minas, três ou quatro; o Rio Grande do Sul, duas ou três, e assim por diante. Creia que, é a nossa defeituosa divisão territorial a causa de muita desgraça a que temos assistido e ainda iremos assistir.

A conversa gira agora em torno das possibilidades do triunfo revolucionário:

– Havemos de ganhar – diz o coronel. – Eles pensavam que repetiriam a arrancada de 3 de outubro, que a Revolução seria uma caminhada triunfal para o Rio. Mas enganaram-se. 3 de outubro só há, de quarenta em quarenta anos.

*

Irrompida a Revolução, muitas famílias de Resende deixaram a cidade. Era natural. Falava-se que os paulistas desejavam ocupá-la e elas temiam algum ataque inesperado.

Mas não foram só as famílias que ficaram receosas. O medo também invadiu o meretrício, embora vários dias depois de haver rebentado o movimento. Quem me contou o fato foi o capitão Pulquério Serra, delegado de Polícia. A Revolução encontrou aqui umas cinco mulheres apenas. Para elas, é claro, logo tenderam as atenções. E, dentro em pouco, o telhado das suas casas estava sendo esburacado.

A Polícia recebia sempre queixas neste sentido e, um dia, duas apareceram na delegacia para falarem ao delegado:

– Soubemos que amanhã chegará aqui mais um Regimento. E como, sozinhas, não possamos impedir a visita dos soldados, desejaríamos que o senhor nos assegurasse alguns dias de licença.

O capitão deu ordem para assegurar a licença. Ordem difícil de ser cumprida, já se vê. O primeiro infrator foi um soldado do 9º R. I. de Pelotas. Queixa à Polícia. O delegado manda chamar o soldado e este justifica-se:

– Mas, seu capitão, o senhor compreende. Há vários dias que saímos da terra, sem, desde então, ter tido tempo para coisa alguma. Agora, estamos aqui e em breve iremos para a frente.

O fato é que, dentro de poucos dias, cresceu o número de mulheres em Resende. O incidente com as duas estimulou a chegada de outras. A procura aumentou a oferta.

– Até parece que elas nascem da terra. – De vez em quando, descobre-se uma nova – acentua o delegado⁵.

*

Chegou hoje aqui a notícia da queda de Capela da Ribeira. Uma alegria imensa para os governistas e uma tristeza enorme para os amigos de S. Paulo. Reconhece-se a importância daquela praça de guerra.

– Sem ela – diz-me um oficial – o general Valdomiro não poderia ficar tranquilo. E da sua resistência talvez dependesse muito a sorte de São Paulo.

Terça-feira, 2 de agosto

Continua chovendo. A manhã toda esteve pardacenta, o sol lutando desesperadamente com as nuvens a ver se conseguia pôr o seu grande olho amarelo para namorar e fecundar a terra. Somente quase ao meio-dia é que a temperatura se elevou e o sol venceu a partida que jogava com as nuvens.

Estou na sala de frente do hotel quando vejo parar um auto Ford, fantasiado de lama. Dele salta o general Góis Monteiro, acompa-

5 Poucos dias depois, o general Góis Monteiro ordenava a partida de todas para o Rio, como elemento de indisciplina.

nhado do major Paquet e do tenente Alberto Bittencourt. O general traja como habitualmente. Traz um cachecol ao pescoço e um chicote na mão. Vem do Clube dos Duzentos. Fora ontem visitar S. José do Barreiro e, como chovesse muito e as estradas estivessem péssimas, com uma noite tremendamente escura, anunciando prolongamento de tempestade, resolveu dormir no Clube e só regressar na manhã seguinte.

O general entra, descansa um pouco, almoça e, depois do almoço, fica na sala palestrando com os seus oficiais. Fala-se da questão do Chaco, comentando-se a situação em que ficaríamos atualmente no caso de uma luta entre a Bolívia e o Paraguai.

– Havendo guerra – frisa o general – o nosso território será naturalmente atingido. E o que será, então, de nós, empenhados, como estamos, numa luta entre irmãos?

A conversa encaminha-se, depois, para as causas e os efeitos do movimento paulista. Comunista, separatista, reacionário, guerra de plutocratas – são os epítetos mais doces que lhe dão.

– E quem paga as despesas da guerra? – indaga um.

– Todos os capitalistas que a têm auxiliado – alvitra outro.

– Pois não – concordam todos.

O general levanta-se pouco depois. Vai a Itatiaia conversar com o coronel Daltro Filho. Peça-lhe, então, para escrever alguma coisa para sua família, por intermédio do *Diário da Noite*. Ele pega dum pedaço de papel e faz o seguinte bilhete:

“Conceição Góis Monteiro – Hotel América. – Nada de novo na frente ‘oriental’. P. Góis.”

O capitão Agenor Leite Aguiar, oficial de ligação do Q. G., comunica-lhe, em seguida, que um aviador governista, que fora ao Campo de Marte, em S. Paulo, lhe dissera ter, com as bombas que ali jogara, atingido três aviões constitucionistas, inutilizando-os.

– Como? – interroga, com ares de descrença, o general.

O capitão Agenor responde que o aviador não lhe explicara.

E o general, risonho:

– Nunca acredite em coisas dessa natureza, sem antes saber-lhes o “como”.

Agora, dirige-se para a Estação, onde toma uma automotriz que o leva a Itatiaia. Lá, ao que me informaram, foi ele recebido com vários tiros de *shrapnel*, lançados pelo canhão misterioso dos paulistas. Teve de esperar que esses tiros cessassem para poder aproximar-se da Estação. E, nesta noite mesmo, regressou a Barra Mansa.

*

O caso passou-se no Hotel dos Viajantes. Depois do jantar, como de costume, o coronel Moreira Lima, comandante da praça, conversava com alguns oficiais. Em dado momento, entra na sala o capitão Calimede, encarregado do serviço do tráfego. Entra, faz a continência do estilo, entrega ao coronel um telegrama e, depois de lido este:

– Aqui tem um homem que mandaram das linhas avançadas.

O homem a que se referia o capitão Calimede dá dois passos à frente, acompanhado por um soldado do 3º R. I. Olho-o. A aparência denuncia-lhe a idade: não possui menos de sessenta anos. Apesar disso, tem uma fisionomia cheia de vivacidade, com uns cabelos um punhado de neve, e uma cor esplêndida. Meia estatura. Claro. Mais gordo do que magro: No braço direito, traz carinhosamente guardado um embrulho de papel de jornal. Não usa colarinho. Calça uns chinelos já batidos e veste uma roupa já surrada.

O coronel Moreira Lima levanta-se, fixa o homem e inicia o interrogatório:

– Onde vem?

– Da S. Paulo – responde o preso, ao mesmo tempo em que afirma a sua nacionalidade italiana.

– Quando saiu de lá?

– Da 12 giorni.

– E o que havia por lá?

– Molte agitazione.

O coronel Moreira Lima prossegue nas suas perguntas. O homem, por seu lado, responde rapidamente a todas elas, falando italiano, mesclado de português.

– Para onde vai?

– Sem destino.

- Onde mora?
- Non ho residenza fissa.
- Então, não tem lugar certo de morada? – insiste o coronel.
- No, signore.
- E onde dorme?
- Onde a noite me encontra.
- Mas não trabalha?
- Trabalho; quando há trabalho.
- E como vive?
- Quando não há trabalho, da bondade dos outros.
- Os presentes já começam a rir.
- Por que saiu de São Paulo?
- À procura de outras terras.
- E como veio?
- A pé.
- A pé?
- Sim. Nunca andei de outra maneira.
- Nunca?
- Giammai! – assegura o homem.
- Mas, também veio a pé da Europa?
- Não. Vim de navio. E foi a primeira e última vez que não viajei a pé.

O interrogatório torna-se cada vez mais pitoresco. O próprio coronel Moreira Lima já não se contém e sorri, como os outros oficiais. O homem, porém, continua sério, a responder calmamente a todas as perguntas.

- Há quantos anos está no Brasil?
- Há 30 anos.
- Tem andado muito pelos nossos estados?
- Conheço todos.
- Mas nunca se fixou em nenhum?
- Não.
- Por quê?
- Porque sempre gostei de andar.

– E, em S. Paulo, a coisa como vai?

– Muito soldado nas ruas e muito povo.

– E o senhor como atravessou as linhas de fogo?

– Atravessando.

– Ouvia tiros?

– Ouvia.

– E não teve medo?

– Não.

– Encontrou patrulhas de soldados?

– Encontrei.

– O que lhe diziam os soldados?

– Faziam-me perguntas.

– E o senhor como respondia a eles?

– Eu dizia que queria andar.

– Mas se eles lhe dessem um tiro?

– Che far? – diz o andarilho com a sua serenidade imperturbável. – Quer ir para o Rio? – indaga, por fim, coronel Moreira Lima.

O homem aceita o oferecimento com um aceno de cabeça. O comandante da praça fala, então, ao capitão Calimede:

– Pode mandá-lo amanhã, pelo trem das 3 horas, para o Rio.

– De trem?

Percebo, pela primeira vez, na fisionomia calma do italiano, cujos pés não querem se distanciar do chão duro, traços acentuados de acabrunhamento.

– De trem...

O capitão sai com o homem; e o coronel Moreira Lima, virando-se para os oficiais:

– Maluco, coitado! Lá na Paraíba (o coronel é paraibano); também havia um mais ou menos assim. Todos os dias, a uma hora rigorosamente exata, dava uma volta completa pela cidade. Isso representava para ele uma obrigação. Servia mesmo de relógio para muita gente. Quando passava, já se dizia: – “Fulano vai ali; são tantas horas”. E era mesmo.

O capitão Agenor Leite Aguiar, porém, prefere dar o velho italiano como um boêmio inveterado.

Isto se passou ontem. Hoje, à noite, precisamente à hora do jantar, apareceu por aqui um homem, moreno, alto e forte. Procurava o coronel Moreira Lima, comandante da praça. E logo entrou pela sala de jantar do Hotel dos Viajantes adentro:

– Coronel! Venho reclamar contra um soldado, que me deu um murro na cara.

E mostrava o rosto vermelho.

– O senhor matou o soldado? – pergunta-lhe o coronel.

– Não – responde ele.

Junto ao coronel, está o major Maurilo Alves. O homem, ainda com a mão na face, aponta para o major:

– Foi o senhor que me deu este murro?

O major Maurilo se surpreende e diz que não. E o comandante da praça volta logo a falar ao reclamante:

– Procure o capitão Pulquério, na Estação, que ele tomará as devidas providências, como delegado de polícia. E, depois, risonho:

– Este é um complemento do de ontem.

Quarta-feira, 3 de agosto

O Quartel-General deslocou-se hoje de Barra Mansa para Resende. Às nove horas, uma longa fileira de carros, abrigando todos os serviços de Estado-Maior, dava entrada na estação. A cidade toda se movimentou. Os hotéis encheram-se. Resende fora elevada de condição: era agora a sede do comando de todo o Exército Leste, que compreende também as forças de Minas.

À tarde, converso com o general Góis Monteiro e vou com ele ao campo de aviação. Acompanha-o ainda o tenente Faria Lemos. Não é grande a distância que separa o hotel dos Viajantes do campo. Quando atravessamos a linha férrea, um avião alça voo. O general olha-o.

– Leva bombas – diz.

E, em seguida:

– É preciso muito jeito para jogar-se aquilo. Tenho aqui um aviador que ficou doente porque deixou cair uma bomba e procurou ver os efeitos por ela produzidos.

O tenente Melo, ao chegarmos ao centro do campo, preparava-se para voar. Vai substituir o tenente Murici no bombardeio das posições

paulistas. O general cumprimenta-o e pergunta-lhe o que há de novo. Ele declara que, pela manhã, observou um grande movimento de caminhões em Areias. Tem, assim, a impressão de que os revolucionários estão deixando essa cidade.

O general demora pouco. Uma grande chuva já se denuncia pelas trovoadas que parecem abalar o céu. Grandes relâmpagos cortam repetidamente o espaço, quase todo coberto pela densa fumaça das nuvens. Não se veem mais os pontos altos que circundam a cidade. O aviador, que antes levantara voo, regressa agora, sem se aventurar a ir mais para a frente.

Vamos caminhando a passo descansado, o general no seu andar característico, olhando para o chão e batendo com o chicote na ponta das botinas. Falamos sobre a situação. Relembro-lhe a correspondência por ele trocada com o general Bertoldo Klinger nas vésperas de rebentar o movimento.

– Eu fiz tudo para o Klinger não se revoltar – acentua. – Quis mesmo evitar que o seu ofício fosse entregue ao ministro da Guerra. Mas não pude contê-lo. Ele estava muito irritado com a nomeação do general Espírito Santo. E disse-me que a nova, a verdadeira Revolução seria muito maior do que eu pensava. S. Paulo e o Rio Grande estavam prontos para, a qualquer hora, levantar-se contra a Ditadura. Respondi-lhe que não era bem exato. O Flores não viria contra o Dr. Getúlio. Ele, porém, não se quis convencer.

A correspondência a que aludimos e as palavras do general Góis dão margem a este raciocínio, que eu não tenho dúvidas em externar-lhe:

– Se o general Klinger se revoltou principalmente pela nomeação do general Espírito Santo Cardoso e se indicava para o Ministério da Guerra, em vez deste, os generais Góis Monteiro, Tasso Fragoso ou Mena Barreto, assistimos, no momento, a este fato curioso: o general Klinger lutando para colocar, na chefia do Exército, o general Góis, que, no entanto, o combate.

O comandante das tropas ditatoriais torna, então, a falar com a sua voz mansa e pausada:

– Eu compreendo tudo isso. Mas preferia uma solução pacífica, como alvitrei ao general Klinger. Achava que não se devia lançar o país numa luta como esta. Assistimos, evidentemente, à guerra civil, que pode-

rá levar-nos à secessão ou conduzir-nos ao estado em que se encontram o Chile e a China.

Um assunto puxa outro e agora já aludimos à atitude digna do Sr. João Neves, arriscando a vida para ir juntar-se aos paulistas.

– É, realmente, uma altitude merecedora de admiração – diz-me o general. – Aliás, eu sempre admirei muito o Sr. João Neves, a quem a Revolução de 30 deve grande parte do seu sucesso.

Faço agora uma pergunta indiscreta. Era verdade que o Sr. Osvaldo Aranha, por ocasião da sua visita a Barra Mansa, lhe teria dito que estava causando má impressão a morosidade com que as forças governistas iam marchando no setor de Leste?

– É certo, sim – confirma o general.

E depois, calmamente:

– Esta guerra é a pior das guerras. Guerra de trincheira, guerra de montanha, de montes, guerra rude, em terreno acidentado, que dificulta extraordinariamente as operações militares. Qualquer avanço precipitado representará a perda de inúmeras vidas, grande desperdício de munição e grande abatimento moral, sem que os efeitos materiais sejam, muitas vezes, compensadores. Como, pois, jogar os meus soldados, os meus amigos, à fome das balas adversárias? Não. Sou o chefe das forças e sou, portanto, o responsável por tudo quanto lhes acontecer.

– Mas qual foi a sua resposta ao ministro Aranha?

– Eu lhe disse que, se o governo estivesse achando ruim, procurasse outro para me substituir. Eu estava agindo de acordo com a minha consciência e com os elementos de que dispunha e não admitia que se desconfiasse da minha lealdade.

Mais tarde, encontro um oficial vindo da frente, com uma farda pouco limpa e um rosto cheio de barba. (A barba, aqui, é um atestado de que se esteve mesmo na trincheira. E talvez seja por isso que eu tenho visto uma porção de Carlos Prestes que nunca arredaram pé de Resende...)

O oficial dá-me as suas impressões do *front*:

– Lá, a vida se distingue muito da que se vive por aqui. É um ambiente muito mais seco, onde o coração nem parece palpitar no peito dos homens. Tudo é rigidez, energia, decisão. Não há margem para

sentimentalismo, nem vacilações. O soldado obedece, como boneco de mola, às ordens vindas de trás.

– Avançar!

Ordem de comando. A ideia e a ação. O soldado avança automaticamente. Os mais tímidos, os próprios poltrões dão, nesses momentos, provas magníficas de coragem. É bem dura a realidade. Mas a luta termina colocando vidros cor de rosa nos nossos olhos. E de tal forma nos habituamos a ver essas cousas com serenidade e com frieza, que, no fim, até se estranha a mudança de ambiente, até se fica aborrecendo a paz...

Quinta-feira, 4 de agosto

Salto caiu. O fato desta queda só hoje se verificar; depois de tantos dias de violentos ataques das forças ditatoriais, dá uma ideia do que foi a brava resistência dos paulistas para manter a ponte, em torno da qual se desenrolaram cenas de verdadeiro heroísmo, que ainda mais exaltam as qualidades do soldado brasileiro.

– Derrota dos constitucionalistas? Não. Vitória. A derrota é do Governo – observa-me um capitão.

E, diante das notícias de que Areias está sendo evacuada:

– Se Areias cair, Queluz terá fatalmente de cair também. As duas cidades se ligam por uma estrada de rodagem. E, nestas condições, para defender Queluz, os paulistas terão de lutar em duas frentes, o que não é negócio.

*

Pelo que tenho observado, concludo, sinceramente, que o Governo Provisório não conta com a simpatia geral das tropas deste setor. Há aqui os que lutam forçados pelo dever, há os que lutam por lealdade e amizade ao general Góis Monteiro, há os que não lutam e estão em Resende porque a sua ação é tecida no Rio, e há, finalmente, em menor número, os que desejam ver S. Paulo esmagado debaixo dos seus tacões, S. Paulo humilhado, fulminado, destruído.

O fato abaixo, que me foi narrado por um sargento do 2º R. I., é, a esse respeito, bastante expressivo:

– Ainda não havíamos tomado S. José do Barreiro. Eu me encontrava com uma metralhadora pesada, bem colocada numa elevação de

terreno, pouco distante da cidade. Fora incumbido de guardar uma determinada zona das incursões do adversário. Logo que percebesse qualquer movimento, deveria descarregar a minha arma. Estava, deste modo, bem atento, de binóculo em punho, com os olhos fixos no objetivo designado. De repente, percebo que alguma cousa se movimenta lá adiante, perto do mato: Tomo do binóculo e observo: cerca de quinhentos metros, estão dois oficiais, que procuram, ao meu ver, colocar ali uma metralhadora. Apesar de afeito à guerra, chego a ficar nervoso. Pego da minha arma, ponho o dedo no gatilho e faço a pontaria. Levanto-me, porém, para olhar de novo o meu alvo. Os oficiais se encontram ainda no mesmo lugar, longe de pensarem que ali me acho eu, podendo dispor à vontade das suas vidas. Baixo-me e pego, novamente, no gatilho. A mão treme-me. Fico indeciso. E tomo logo uma resolução definitiva. Raciocino. Estamos numa guerra de irmãos. Aqueles oficiais são homens valorosos, que ainda podem prestar bons serviços à pátria. Depois, devem ser também meus amigos. Por que, então, matamo-nos assim, tão friamente? Se eles lutam é porque têm um ideal. São dignos, portanto, do nosso respeito e da nossa admiração. E não serei eu quem os assassinará. Firmando-me neste ponto de vista, retiro o dedo do gatilho e nem olho mais para a frente.

– E você tinha mesmo certeza de que os mataria? – indago.

– Ora, se tinha. Com uma rajada apenas, garanto como derrubava todos.

E, em seguida, voltando ao seu tom habitual de voz, ligeiramente modificado com a minha pergunta que ele talvez houvesse tomado como desconfiança da sua pontaria:

– Mas eu não tenho coração para isso. Na trincheira, ainda, ainda. Quando vemos um camarada cair ferido, gemendo, gritando, temos acessos de raiva e de ódio tamanhos que, se pudéssemos, torceríamos, sem vacilar, o pescoço de todos os adversários. Mas isso passa e logo nos volta a razão para dizer-nos que todos somos irmãos e, além de irmãos, humanos. Por outro lado, na trincheira, a gente atira para a frente, sem saber se o nosso tiro matou ou não matou. Assim é melhor, está claro.

O sargento manifesta-se, depois, sobre os paulistas:

– São aguerridos que não é brincadeira. Lutam muito e com vontade de vencer. Arriscam-se de todas as formas. Admiráveis. Também

possuem uma organização extraordinária. O serviço de abastecimento é o que há de melhor, de mais perfeito. Eu sei disso desde a tomada de S. José do Barreiro. Fui o primeiro soldado governista a entrar na cidade. Quando cheguei na ponte, percebi que um homem corria, assustado, em minha direção. Parei para esperá-lo. O homem estacou em minha frente e, pedindo licença para dizer-me que era barbeiro, acrescentou:

– Na minha barbearia, que os paulistas ocuparam para posto de abastecimento, encontram-se várias caixas de alimentação. Nada é daqui. Tudo veio de S. Paulo. E eu desejo que o senhor mande retirar aquilo da minha casa.

“Fui até a barbearia. Vi as caixas e abri todas. Era feijoadada, era linguiça, salsicha, doce, pão, uma porção de cousas boas. Mas não me aventurei a comer nada, receando que tudo estivesse envenenado. Chamei primeiro uns cachorros e dei-lhes um pedaço de cada petisco. Os cachorros ficaram muito satisfeitos e comeram tudo. Dentro de uma hora, continuavam satisfeitos e alegres, pedindo mais. Compreendi, então, que nada estava envenenado. E só lastimei ter dado aos cachorros tão grande quantidade de alimentos caros.

Pergunto, em seguida, ao sargento se os paulistas têm muita munição.

– Parece que têm – responde-me ele. – É frequente encontrarmos pela estrada punhados e mais punhados de cartuchos e balas. Naturalmente, os soldados, sabendo que possuem muita munição, vão abandonando essas cousas para aliviar o peso que carregam.

Sexta-feira, 5 de agosto

Aproxima-se o dia 9, quando completará um mês que a Revolução explodia. É natural, portanto, que aqui se converse muito sobre a possibilidade da beligerância. E hoje foi um dia em que o assunto esteve mais em foco. Na sala de frente do hotel, comentava-se a situação. Uns achavam que os países estrangeiros não reconheceriam S. Paulo como beligerante porque não iam romper com o governo federal. Outros admitiam esta hipótese, mas julgavam que de nada servia aos paulistas a beligerância.

– Pois o porto de Santos não está fechado e bloqueado? – argumentavam os últimos. Como, então, S. Paulo poderá comprar armas?

Deixo o hotel. Um oficial, meu conhecido, que havia assistido à conversa, também o deixa. Saímos juntos. E ele me diz, agora, referindo-se às hipóteses ali debatidas:

– Eles estão enganados. S. Paulo pode prescindir do porto de Santos para fazer entrar armas e munições no seu território, desde quando possui as fronteiras de Mato Grosso.

*

Com o coronel Moreira Lima, como já disse, converso quase todos os dias, ambos expondo, com sinceridade, nossas opiniões sobre o momento. Ele, defensor extremado da Ditadura. Eu, defensor da ordem constitucional. Hoje, digo-lhe mais demoradamente, porque estou com S. Paulo. E os meus principais argumentos são os erros terríveis do Governo Provisório.

Ele me escuta, atento. Não abandona o seu ponto de vista, mas já me faz alguma concessão:

– De fato, não foram devidamente aproveitadas as conquistas da Revolução, nem foi cumprido, integralmente, o seu programa, a fim de consolidar a confiança que o povo nela depositava.

Vem à palestra a situação militar. O coronel Moreira Lima acredita na vitória das armas do governo. Fala nas cidades já ocupadas. E, quando alude a S. José do Barreiro, como que se lembra de alguma cousa. Vira-se para o major Maurilo Alves e exclama:

– Imagine! O Paquet me disse que S. José do Barreiro havia sido abandonada duas vezes, antes das nossas tropas chegarem lá. Como, porém, ninguém se aproximasse, os paulistas voltavam. E deixavam definitivamente a cidade pela terceira vez, quando resolvemos, enfim, avançar. Estupendo! Pois as nossas forças passaram dois dias sem ter contato com o inimigo! Dois dias!

*

O major Estillac Leal, que faz parte do Q.G., contava hoje, à tarde, num grupo, perto da Estação, a conversa que tivera com os estudantes paulistas, presos no combate de Pouso Alegre:

– Perguntei-lhes primeiro por que se haviam deixado prender. E um deles respondeu-me:

“Um tormento horrível para nós, desacostumados da guerra. Não esperávamos pelo ataque. Alguns colegas foram logo feridos e gemiam muito. E, como nos faltasse serviço de saúde e não quiséssemos prolongar-lhes os sofrimentos, resolvemos entregar-nos.”

Indaguei, em seguida, qual a sua atitude, ao serem surpreendidos pelo ataque. Foi o mesmo estudante que me respondeu à primeira pergunta, quem me falou novamente: “Quando começamos a ouvir os primeiros tiros, procuramos abrigar-nos da melhor maneira possível. Alguns se esconderam pelo mato e outros subiram em árvores.”

Sábado, 6 de agosto

Há, na Chefatura de Polícia Militar, um rádio que dá de comer à minha curiosidade gulosa, trazendo até aqui as notícias de S. Paulo. Todo dia, depois do jantar, lá estou eu, apurando o ouvido para saber o que há de novo na frente paulista. Também são fregueses assíduos das irradiações o major Estillac Leal, o capitão Otelo Franco, o capitão Pulquério Serra e outros oficiais. O rádio fica no primeiro andar da Chefatura, onde reside o coronel Ávila Lins. Fica mesmo bem defronte ao seu quarto de dormir. A estação que pegamos é a Rádio Educadora Paulista, porque as outras são inutilizadas pelas irradiações de Buenos Aires, Montevideu e Rio.

O major Estillac Leal ouve tudo com muita atenção e gosta sempre de dar apartes mordazes nos discursos ou nas notas lidas pelo *speaker*. O capitão Otelo Franco ainda é mais atenção. Pouco fala e não admite barulho. Aborrece as músicas com que as sociedades de rádio entremeiam a palavra dos oradores e o noticiário. E quando, às vezes, a onda foge, a estática ocasiona descargas ou o Arpoador e o telégrafo estão muito intolerantes na sua missão pouco louvável de proibir que o país conheça o que vai por S. Paulo, ele se irrita, inquieta-se, fica nervoso, denotando a angústia e a tortura que lhe atravessam a alma de partidário decidido da causa paulista. Então, descompõe o rádio e chega a ameaçar, com os punhos fechados, de reduzi-lo a pedaços. Ou porque o tema, ou por outra cousa qualquer, o fato é que o rádio logo melhora, a onda volta ao seu lugar e a satisfação ao rosto do capitão Otelo.

Hoje, que o tempo não estava bom e o aparelho estava pior, o major Estillac procurou acalmar o capitão:

– Isso é cousa que acontece sempre, Otelo. Nos Estados Unidos, promete-se um prêmio de não sei quantos mil dólares a quem descobrir um meio de evitar essas fugas da onda.

Também apareceu, à noite, na sala do rádio, o capitão aviador Carlos Brasil. O capitão Otelo dá pela sua presença, faz uma fisionomia mais alegre e chama-o mais para perto:

– Venha, Brasil. Eu quero que você, sereno como é nos seus julgamentos, ouça também isto aqui.

O capitão Brasil acede ao convite, porém, frisa, sorrindo:

– É, Otelo. Mas não vá pensar que eu me passe.

Noto, entretanto, que o capitão Brasil se demora pouco na sala.

– Talvez tenha razão – observa um amigo. – O rádio é, como já se disse, a sexta arma, e a aviação, dando independência ao aviador, não o livra das tentações...

O general Góis Monteiro está sempre ao par de tudo quanto se irradia. É o capitão Otelo Franco quem lhe leva as notícias.

*

Já se tem como certo que Areias não resistirá mais. Os paulistas se retiram daquela cidade e, segundo parece às forças do governo, vão fazer uma linha forte de resistência em Silveiras. A defesa deles na estrada de rodagem está entregue ao 4º R. I. e na estrada de ferro a voluntários e à Força Pública.

O capitão Frederico Buys, com quem conversei à tarde, fala-me da situação sobre a não ofensiva dos revolucionários:

– Os paulistas cometeram um grave erro não tendo avançado até Barra do Piraí. Além dos fatores morais desse avanço, nós teríamos mais dificuldades em combater. As comunicações com Minas ficariam cortadas e eles estariam lutando ainda hoje dentro do território fluminense. Seria, assim, bom para eles e ruim para nós. A sua falta de ofensiva tem-nos sido igualmente muito benéfica. Vamo-nos armando melhor e fazendo maior concentração.

Deixo o capitão Buys e aproximo-me do Hotel Aliança, em cuja porta estão palestrando um aviador, um capitão, um tenente e um paisano. Fala-se do tenente Agildo Barata. O tenente Agildo foi, como se sabe, uma das figuras mais salientes da Revolução de 30, no Norte.

– Fez mais pela Revolução do que o Juarez, que fugiu, com medo, de Recite – frisa alguém.

Vitoriosa a Revolução, e diante dos processos adotados pelo novo Governo, logo manifestou o seu desencanto, passando, então, a bater-se por que fossem modificados os seus rumos.

Com isso, ganhou simpatias públicas, mas ganhou também a inimizade dos homens do poder. E é assim que, antes de rebentar o movimento de 9 de julho, já se encontrava preso. Protestou, não se conformou com a violência e atacou, sem meias palavras, o capitão João Alberto.

– Chamou-o até de ladrão – fala um do grupo

– Ah! Mas vocês não sabem do caso do Juarez? – indaga outro.

– O Juarez surgiu certo dia pela prisão. Ia, parece que a pedido de João Alberto, acalmar o Agildo. Encaminhou-se para ele e, com aquelas suas maneiras místicas, tratando sempre os outros como uma pessoa superior:

– Que é isto, menino? Deixe de tolices.

O Agildo irritou-se e só faltou chamar ao Juarez de bonito. Disse-lhe o diabo.

Domingo, 7 de agosto

Dia calmo, o de hoje. Os domingos, aliás, são sempre calmos, mesmo quando se está em pé de guerra, como agora. Só não é calmo, principalmente no interior, para as roupas dorminhocas que passam a semana inteira dentro das malas e têm, no dia em que Deus descansou, de sair à rua, de movimentar-se, de mostrar-se em público, cumprindo o seu destino.

Depois do almoço, o general Góis Monteiro apareceu pelo Hotel dos Viajantes. Ali já estavam o major Estillac Leal e outros oficiais. A conversa se entabula. Alude-se ao avanço que as forças governistas têm realizado. Um oficial acentua que o governo está ficando cada vez mais forte. E o major Estillac Leal declara:

– Muita gente julgava que o Governo Provisório fosse castelo de cartas: qualquer movimento o derrubaria. Alguns voluntários paulistas, segundo me disseram, chegaram mesmo a trazer seu *smoking* para o baile da vitória no Rio. Eu, porém, nunca alimentei ilusões. Sempre acreditei que o governo teria muito quem o defendesse.

Entram na sala mais dois oficiais, talvez para tomar o lugar dos que se retiram a serviço. Fala-se acolá da atitude do Rio Grande do Sul e de Minas. Se os dois tivessem apoiado S. Paulo, como era de esperar, não seria mesmo uma marcha sobre o Rio a que empreenderiam os paulistas a 9 de julho?

– Mas o Rio Grande – diz o general Góis – não podia ficar com S. Paulo nessa emergência. Havia mesmo motivos políticos para que ele não o acompanhasse. Sendo S. Paulo o iniciador do movimento armado, o apoio do Rio Grande iria reconhecer a hegemonia paulista sobre o Brasil.

– E Minas?

– Minas não ficou com S. Paulo para não apanhar... – acentua um major, com mordacidade. – Ela não iria, sem o Rio Grande, contra a Ditadura.

Alguém elogia, depois, a atitude serena do general em relação aos paulistas. E ele justifica:

– Mas para que violências? Todos somos irmãos e não devemos lutar com excessos e com ódios, como se estivéssemos combatendo inimigos da pátria. Eu disse mesmo ao Juarez, quando ele, numa visita que me fez em Barra Mansa, desaconselhou esta minha atitude: Vocês, do Clube 3 de Outubro, estão enganados. Eu não me acho aqui para fazer o que vocês querem, para cometer selvagerias com os nossos irmãos. Bato-me pelo governo provisório com a maior sinceridade, mas isto não quer dizer que me esqueça de que os do lado de lá também são brasileiros. Agindo desta maneira, eu talvez até esteja prestando melhores serviços ao governo e ao país.

*

Quantos soldados tem São Paulo? Esta pergunta parece que se vê na boca de todo mundo. Todos aqui desejam saber as possibilidades militares dos paulistas. Mas o fato é que até agora ninguém sabe.

Hoje, encontrei perto da Estação um tenente do Q. G. À sombra amiga de um vagão, palestramos cerca de meia hora e ele me informou, pedindo discrição:

– Os prisioneiros que têm sido ouvidos declaram que S. Paulo possui noventa e sete mil homens em armas!

– Mas não é possível – observo, calculadamente, a ver se lhe arranço mais alguma coisa. – Pois se eu vejo o general Góis tão calmo, tão crente no triunfo do Governo!

– Sim – torna o tenente. Ele tem de manter essa atitude. Um chefe militar deve ser calmo como um médico. Se se fosse mostrar preocupado, nervoso, agitado, seria pior, porque lançaria o desânimo em todos. Mas, creia que a luta não está tão “sopa” como se diz.

– Então, de que maneira os paulistas poderiam armar tanta gente?

– Ora, de que maneira! Além de possuírem, antes da revolução, muito armamento, eles têm meios de importar armas. Há ainda, em seu território, várias fábricas, que já se acham a serviço da guerra. Sabemos que Matarazzo está fazendo 80 mil tiros por dia. Isso é o que sabemos. E o que não sabemos?

O amável tenente despede-se agora e se dirige ao Q. G. Não teria ele me transmitido, com as suas palavras, o estado de espírito do governo?

Segunda-feira, 8 de agosto

Deixo Resende com destino ao Rio às 3h 40min, num trem vagaroso, que não tem fôlego sequer para atravessar duas estações sem parar. A brisa fria da madrugada acaricia-me sem-cerimoniosamente, como se tratasse de um velho conhecido (não acordo aqui antes das 7 horas). Ela deve também acariciar o comboio, que anda molemente, friorento, todo se espreguiçando pelas linhas intermináveis que o sustentam, todo se retorcendo, cheio de cócegas. Ou isto ou a locomotiva está com medo da madrugada revolucionária, temendo a escuridão da noite, que o seu olhar direto e brilhante penetra como um punhal, receando alguma sentinela nervosa, ou sentindo talvez remorsos e saudades dos soldados e mais soldados que já carregou para o purgatório do *front*, para o inferno das trincheiras. Não será este último o motivo dos gemidos longos e constantes que ela vai soltando pelo caminho?

Mas o homem que me pede o bilhete para picotar, um homem sisudo, com um nariz adunco e uns óculos fortes que repousam por algum tempo, metuculosos, sobre, minha passagem, defende a locomotiva, acusando o movimento armado:

– Nestes tempos de revolução, é o diabo para a Central. As linhas vivem apinhadas de carros militares e nós temos sempre de esperar que eles a desocupem. Se eu fosse diretor, suprimia até, por enquanto, os itens de passageiros.

Um senhor idoso ouve-o dizer isso e não concorda:

– Nesse caso, o melhor seria suprimir as revoluções!

A manhã nos surpreende em Barra do Piraí, licenciando a madrugada e as luzes elétricas e preparando o terreno para mestre Sol expandir-se com o seu entusiasmo incandescente.

O trem também é licenciado. Não nos leva um passo mais adiante.

Temos, portanto, todos os passageiros, de descer para esperar outro comboio que vem de Entre-Rios disposto a conduzir-nos à capital federal. Enquanto ele não chega, vou ao Hotel da Estação, à procura de um café, pois não fiz nenhuma promessa de ficar em jejum. Lá já encontro vários companheiros de viagem, está visto que mais sabidos do que eu e mais amáveis para com o estômago. Sento-me a uma mesa, onde se acham duas pessoas ainda não servidas: um velho, devendo já ao mundo uns sessenta para setenta anos de existência (reconheço-o: foi o mesmo que ainda há pouco sugeriu ao homem do trem acabar com as revoluções); e um moço, mais velho do que eu. Sento-me e espero o café. O velho olha para mim, aponta uma pia d'água que está ao canto da sala e pergunta-me:

– Pode-se lavar o rosto ali?

Creio que se pede. Mas como não tenho certeza, respondo simplesmente com um “não sei”. O velho faz, então, a mesma pergunta ao outro companheiro de mesa. Este tem uma cara de poucas conversas, de quem possui sogra ruim em casa:

– Pode-se sim. E pode-se também tirar o chapéu.

Olho a cabeça do velho. Está de chapéu claro, que lhe cobre as cãs não muito abundantes. A fisionomia estampa um leve sorriso, animando as rugas, que são muitas. Fixa o moço com um olhar de indulgência. Tira o chapéu, deixando aparecer o luzidio da sua careca, e diz, com o mesmo riso suave:

– Desculpe, moço. São cousas de mineiro.

E vai lavar o rosto na pia do restaurante, enxugando-o mesmo com o lenço.

No novo trem que tomamos para o Rio, a coincidência coloca-nos a mim e o velho juntos, sentados em duas cadeiras pegadas. Conversamos muito pouco sobre um assunto realmente inevitável: a morosidade do trem. Em Paulo de Frontin, compro os jornais cariocas. O velho compra o *Jornal do Comércio*. Abre-o na página que traz a parte comercial. Aproxima-

ma-lhe bem os olhos, levantando os óculos para ler melhor, naturalmente. O tipo é miúdo e lhe foge das vistas. Ele pergunta-me, então:

– Que numero é este?

Trata-se de cotação de mercadorias. Digo-lhe e ele, num desabafo, com as rugas do rosto multiplicadas:

– Tomara que essa tal revolução já se acabe. São tantos os males e os prejuízos que isso causa à gente!

– O senhor o que é?

– Sou agricultor.

– E acha que o governo deve ganhar?

– Homem, eu não sei. Para mim, tanto faz o governo ganhar, como perder. O que desejo é ordem e paz a fim de que os negócios corram com mais regularidade e o país possa progredir. Quem der isso ao Brasil, conta inteiramente com a minha simpatia.

Espírito prático de mineiro sabido.

Terça-feira, 9 de agosto

O dia de hoje, em que se comemora o primeiro mês de Revolução, eu o passei: a manhã, no Rio; um pedaço da tarde, viajando; e a noite, em Resende, onde acabo de chegar.

O Rio continua com a mesma confiança em São Paulo. Todos acreditam que o Governo Provisório está liquidado e que o movimento não custará muito a tornar-se vitorioso.

– Se a Ditadura até agora não dominou os revolucionários, como poderá ainda dominá-los? – argumentam os cariocas.

Enquanto isso, cresce a discórdia entre o povo e o governo. Os estudantes têm promovido conflitos na Avenida, em que até senhoras tomam parte. Ainda hoje, estava anunciado um *meeting* comemorativo dos trinta dias de luta. O convite para ele terminava dizendo que todos se preparassem, porque a polícia, como sempre, havia de comparecer. A cidade é, realmente, toda entusiasmo pela revolução. E quem, como eu, chega da zona de operações, onde só o capitão Otelo Franco fala alto contra a Ditadura, há de forçosamente estranhar, pela mudança brusca de ambiente, este espetáculo tão expressivo, esta unanimidade de aplausos aos bandeirantes.

Um amigo observa-me:

– É uma cousa admirável e avassalante. Chego mesmo a acreditar que, na capital paulista, não reina mais entusiasmo do que aqui. Deem armas ao povo e vejam se o governo não estará no chão. Pois o carioca não vai, desarmado, para a Avenida promover manifestações contra a Ditadura, expondo-se às patas dos cavalos da polícia, aos seus chicotes infames e às suas balas assassinas?

Fala-se muito, no Rio, num movimento das classes conservadoras e dos intelectuais em favor da revolução. O Sr. Maurício Cardoso, que foi a S. Paulo, como enviado do Sr. Flores da Cunha, para propor um acordo, não teve coragem, diante da animação que lá encontrou, de apresentar a fórmula levada. E voltou confiante na vitória do movimento e até, ao que se diz, batendo-se por ele.

Em meio a esse entusiasmo e a essa fé, é natural que os boatos otimistas pululem por todos os cantos, embora nem sempre espalhados pelos partidários da Revolução (o governo tem também interesse em passá-los). Ainda hoje, por exemplo, alguém me perguntou se era exato que os paulistas já se encontravam perto de Cascadura, depois de desenvolverem uma formidável ofensiva com o intuito de comemorar o primeiro mês do movimento no Rio. Tivera essa notícia de um outubrista, que até lhe assegurara ter ouvido por ali o ribombar do canhão...

Mas, além dos boatos, há as piadas, em que o gênio do carioca se expande com a maior fertilidade. Uma interessante que me foi contada ontem:

“Quando estive em Belo Horizonte, o Dr. Fernando Costa fez ver ao Sr. Olegário Maciel que Minas não devia nem tinha interesse em lutar contra S. Paulo para defender a ditadura. Eram dois estados amigos, que, além do comércio que mantinham, se estimavam e se queriam. Os paulistas estranhavam, deste modo, a atitude do presidente mineiro, mandando atacá-los dentro do seu território.

“Ainda o Sr. Fernando Costa não havia terminado quando ouviu o Sr. Olegário Maciel falar, surpreendido com a sua reclamação:

“Ué! Mas nós não estamos em guerra não é com a Argentina? Foi isso o que me disse o Capanema.”

O cinema também forneceu matéria para que o carioca desabafasse o seu fino espírito de sátira contra os homens da situação. Várias figuras do Governo Provisório foram apelidadas com nomes bem expressivos de filmes de sucesso.

O ditador Getúlio Vargas, por exemplo, é “El último de los Vargas”; o interventor Flores da Cunha, “Alta Traição”; o ministro Osvaldo Aranha, “Loteria Maldita”; o ministro José Américo, “Ramona”; o interventor Pedro Ernesto, “Honrarás tua mãe”; o ministro Salgado Filho, “Uma hora contigo”; o capitão João Alberto, “Ruas de Nova York”; o major Juarez Távora, “O rei vagabundo”; o interventor Juraci Magalhães, “Tenente Sedutor”; o general Miguel Costa, “Testemunha oculta”.

A lista é grande e os apelidos se estendem ainda aos homens do regime passado e aos que estão, no momento, solidários com S. Paulo. Vemos, desta forma, o Sr. Washington Luís com a alcunha de “Vingança de Buda”; o Sr. Júlio Prestes, “Um sonho que viveu”; o general Bertoldo Klinger, “O homem do outro mundo”; os generais Pantaleão Teles e Firmino Borba, “Xadrez para dois”; o Sr. Francisco Morato, “O fantasma da Ópera”.

*

Na Avenida Rio Branco, em frente ao Palace Hotel, encontrei, pela manhã, o juiz Pontes de Miranda, que eu julgava na Europa, fazendo conferências. Quis perguntar-lhe a razão do seu regresso apressado para o Brasil. Mas não foi preciso. O ilustre jurista logo me explicava tudo, no seguinte recado que mandou por mim ao general Góis Monteiro:

– Diga ao Pedro que eu já voltei. E isto porque não poderia continuar na Alemanha com a minha pátria estraçalhando-se numa guerra civil.

*

Agora à noite, logo depois da minha chegada aqui, em Resende, um oficial conta-me que um caminhão, carregado de munição 105, ao invés de abastecer a artilharia do governo, foi abastecer a artilharia de S. Paulo.

A opinião dos oficiais diverge sobre as causas dessa mudança de rumo. O oficial que me fala acha que foi erro do *chauffeur*, mas acrescenta que vários colegas não concordam com ele, acreditando que o caminhão foi comprado por agentes de S. Paulo no Rio. O general Góis Monteiro é desta opinião.

Adianta ainda o meu informante que Areias fora, enfim, desocupada pelos revolucionários.

Quarta-feira, 10 de agosto

Foram feitos hoje vários prisioneiros na frente de Queluz. Tra-zidos para aqui, eles se dirigiram, sob escolta, para a Chefatura de Polícia Militar, onde passaram a ser interrogados. A maioria dos soldados pertence ao 1º B. E. da Força Pública Paulista. Um sargento apresentava um ferimento de bala no braço esquerdo e um preto fora atingido por um golpe de baioneta no olho direito.

– A tropa do coronel Daltro – diz-me um capitão – está afiada na faca. Depois da tomada de Itararé, as cargas de baioneta ficaram em moda.

Esses prisioneiros despertaram a curiosidade, porque há muitos dias que não passava por aqui soldado paulista. Cochichava-se mesmo que alguns batalhões nortistas e gaúchos eram intransigentes demais para com os revoltosos, de maneira a não deixá-los chegar até Resende.

Eu olhava para esses prisioneiros, quando um soldado chega junto a mim e me pergunta:

– O senhor é que é o Sr. Arnon de Mello? Pois o general deseja falar-lhe.

O convite do soldado não me surpreende. Lembra-me de que, pela manhã, eu dissera a um dos ajudantes de ordens do general, que possuía uma cópia do manifesto do Sr. Artur Bernardes, apoiando o movimento paulista.

– Mas não é possível – retrucou-me o oficial.

– É – garanti-lhe.

– Pois o general não sabe disso.

O caso fora levado, decerto, ao conhecimento do general e ele, naturalmente, desejava conhecer o manifesto.

Dentro em pouco, acho-me frente a frente com o comandante-geral das forças governistas, na sua própria cabine do carro do Q. G. Ele está terminando de abrir a correspondência chegada pelo trem da manhã. Rasga envelopes, lê o conteúdo e manda entregar tudo, depois, a um oficial do E. M.

Ao abrir uma das últimas cartas, porém, sorri levemente e passa-a às minhas mãos:

– São inúmeras as que recebo nesse sentido.

Leio a carta. Ela está assim redigida:

“Exmo. Sr. General Góis Monteiro – Respeitosas saudações – É pela terceira vez que me dirijo a V. Ex.^a E o farei tantas vezes quantas a minha consciência de brasileiro me ordenar intervir com o meu modestíssimo, mas sincero patriotismo. E, oxalá, Deus e Jesus o iluminem para que V. Ex.^a possa levar a termo a luta fratricida e, assim, evitar o derramamento de sangue dos brasileiros e estancar as lágrimas vertidas nos lares brasileiros! Nesta pugna inglória, na qual a cegueira completa dos homens deixou à margem o futuro do Brasil e o destino da nacionalidade, melhor general não será aquele que forrar o solo da pátria de cadáveres e julgar-se vencedor.

“General: bem compreendemos as suas grandes responsabilidades, bem compreendemos a luta tremenda da sua consciência entre os seus deveres de brasileiro e os pendores do seu nobre coração. Considere, entretanto, que responsabilidades e deveres têm os seus limites intransponíveis, enquanto as obras do coração não os têm, porque são ditadas por Deus, que é infinito. General: obedeça aos desígnios de Deus e de Jesus e imponha a paz e a união dos brasileiros.

“Ainda me permito, com a devida vênia de V. Ex.^a, fazer a seguinte sugestão:

“Pela imediata pacificação do Brasil:

“Dr. Borges de Medeiros, ditador.

“General Góis Monteiro, chefe do Exército.

“Ministério nacional.

“Interventores civis nos Estados.

“Constituinte até setembro de 1933.

“Ordem e trabalho em todo o Brasil.

“Esquecimento absoluto dos erros do passado.

“Vida Deus! Viva a Paz! Viva o Brasil unido e próspero!

“Seu admirador e humilde patrício 8-8-1932

“*J. CORDEIRO DE CAMPOS.*”

Quando acabo de ler a carta, o general fala:

– Todas as que recebo sobre o assunto pedem sempre a retirada do Dr. Getúlio. Mas substituí-lo por quem? Todos os homens que se apre-

sentam para chefiar o Governo não congregam as simpatias gerais nem contam com a força necessária para manter-se no poder. Na minha opinião, só há mesmo, atualmente, um homem que talvez pudesse suceder o Dr. Getúlio e assegurar a ordem e a tranquilidade no país, isto mesmo num regime constitucional. Este homem é o Sr. Maurício Cardoso, que, com a sua cultura jurídica e o seu espírito conciliador, deixou boa impressão na sua passagem pelo Ministério da Justiça. Fora disto, somente uma ditadura militar. E é bem provável que tomemos esse rumo.

O general pergunta-me, em seguida, pelo manifesto do Sr. Artur Bernardes. Ouvira dizer que o ex-presidente da República definira sua atitude contrária à ditadura e já lhe havia mesmo telegrafado, indagando se eram verdadeiras as notícias que corriam a respeito. Não conhecia ainda, porém, o documento que lhe atribuía.

Dou-lhe a cópia que possuo. E ele, começando a lê-la, não acredita que seja do chefe mineiro a primeira frase.

– A segunda, vá lá – declara.

Mas termina a leitura, achando que o manifesto é apócrifo. Logo ao rebenotar o movimento, escrevera uma carta ao Sr. Artur Bernardes sobre a situação e o ex-presidente respondera-lhe animado do maior sentimento de paz. Que eu esperasse, assim, a sua resposta ao telegrama que ainda há pouco lhe dirigira.

Concordo em esperar pela resposta, mas não deixo de comentar os ataques do manifesto à ditadura. O Sr. Bernardes declara ali que fica com S. Paulo “porque para S. Paulo se transportou a alma cívica do Brasil.”

– Mas eu penso – diz o general – que S. Paulo deveria ter esperado mais um pouco. Até maio, por exemplo. Se as eleições não se realizassem na data marcada, então, sim, fizesse a revolução, que contaria mesmo com o meu apoio, embora eu ache que o período ditatorial, dadas as nossas condições, deveria ser mais largo a fim de podermos levar a cabo as necessárias transformações e reformas na organização do país e na mentalidade nacional.

Chamo, porém, a atenção do general para o passo de cágado dos serviços eleitorais e para a fase que vivemos. O tempo de espera talvez fosse perdido.

– Não convém esquecer – observava-me, a propósito, um amigo – que temos no governo um técnico da solécia, do despistamento.

Ouçõ, novamente, a palavra do chefe do exército ditatorial:

– Tenho aqui oficiais que talvez queiram mais mal ao Dr. Getúlio do que qualquer pessoa. Mas nem por isso deixam de combater pela manutenção do seu governo. É porque acham que a vitória do movimento paulista poderia trazer consequências graves para o país.

Uma pausa. E o general, com amargura:

– Já fiz tudo para alcançar a paz, não tendo, infelizmente, os meus esforços surtido efeito. Continuarei, todavia, a trabalhar para que a luta dure o menos possível. Julga que gosto de ver morrerem os meus soldados? Acha que não me abato com a contemplação dos sofrimentos horríveis provocados pela guerra? Pensa que não me toca profundamente na alma o espetáculo doloroso dos hospitais de sangue, cheios de heróis feridos e às portas da morte, vítimas de uma luta fratricida? Isso tudo bem que me tortura e da maneira mais cruel.

Quinta-feira, 11 de agosto

Hoje, pela manhã, estive na Chefatura de Polícia Militar, para ver se obtinha um salvo-conduto a fim de visitar as forças ditatoriais do flanco direito, comandadas pelo coronel Daltro Filho. Não queria mais estar forçando a passagem: a vigilância, na linha férrea, era muito grande e não valia a pena gastar tempo sem resultado.

Encontrei o coronel Ávila Lins mais disposto a atender aos meus desejos, já manifestados em Barra Mansa. Disse-me, porém, que não se responsabilizaria pela minha vida, que não teria culpa alguma “se uma bala perdida me atravessasse o corpo”.

– Está bem – concordo.

– E ele, então, redige o seguinte, em papel timbrado da Chefatura:

“Forças em Operações – Chefatura de Polícia Militar – Salvo-conduto – Tem livre trânsito o Sr. Arnon de Mello, redator dos Diários Associados, até Itatiaia. Dali por diante, só o consentimento do comandante permitirá, ficando resalvada a sua responsabilidade, se qualquer acidente interromper a sua marcha para a frente. Este salvo-conduto só tem valor para uma visita.

*“Cel. Ávila Lins – Chefe de
Polícia Militar.”*

De posse deste salvo-conduto, estou pronto para viajar, só à espera de condução, quando, cerca de meio-dia, o coronel Abreu Araújo me chama na sala do Hotel dos Viajantes. Está com o coronel Daltro, que aqui chegou pela manhã. Depois da queda, ontem, de Queluz, a linha ditatorial teve de modificar-se e ele veio, naturalmente, falar sobre o assunto com o general Góis Monteiro.

O coronel Abreu apresenta-me ao comandante do 3º R. I. e eu logo sou convidado a fazer uma visita ao flanco direito governista. Coincidência. Precisamente hoje, quando o coronel Ávila Lins consente, enfim, que eu vá a Itatiaia, o coronel Daltro Filho aparece pela primeira vez na sede do Q. G. e me convida a ir muito além, a ir até Queluz. Eu seria, desta forma, o primeiro jornalista a visitar a cidade desocupada pelos constitucionistas.

Aceito, de bom grado, o convite, dentro em pouco tomamos, com os capitães Segadas e Correia Lima, do Estado-Maior do Destacamento, o trem especial, encarregado de conduzir-nos até Engenheiro Passos, onde o coronel Daltro tem atualmente o seu P. C.. Pelo caminho, conversamos muito. Conversamos primeiro sobre cousas internacionais. O capitão Segadas lê um telegrama a respeito da concentração das tropas de assalto dos “nazis” nos arredores de Berlim e comenta a política de Hitler. De Hitler, vamos a Mussolini, de Mussolini a Staline, Trotsky, Lenine e, por fim, a Getúlio Vargas. Entramos, então, pelo Brasil adentro. E o coronel Daltro relembra, em meio à palestra, esta contradição do regime capitalista, que aqui se verifica:

– Vivemos na miséria, dentro da riqueza. Há fome, ao mesmo tempo que há café demais para ser jogado ao mar.

Falamos, a seguir, das operações militares e eu pergunto ao coronel Daltro quantos homens, ao seu ver, têm os paulistas na frente de Queluz.

– Nunca lutei contra menos de mil homens – responde-me ele.

A conversa estava neste pé, quando chegamos a Engenheiro Passos. Ali, sabemos que, num trecho da estrada, mais adiante, os trilhos estão quase soltos e não aguentam o peso da nossa máquina. Temos, portanto, de esperar. Esperamos. E ainda estamos esperando quando para na estação o carro da Chefatura de Polícia Militar. Aqui, a chegada de qualquer pessoa

de fora é uma festa. Todos os olhos se voltam para ela a ver quem é e quem não é. Não quero fugir à regra e lá vou ver quem vem no carro, deixando, assim, o P. C. do coronel Daltro, instalado em dous vazões, na outra banda da estação. Olho e vejo: além do coronel Ávila Lins, o Sr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro, auditor de guerra; o capitão Daemon, novo prefeito militar de Queluz; o capitão Rodolfo, os Srs. Luís Aranha e Valdemar Correia, e um major e um tenente, de cujos nomes não me recordo.

Os viajantes são informados da situação da linha férrea.

– Mas o meu carro é leve e pode passar: – arrisca o coronel Ávila Lins.

– Pois, então, experimente – concorda o coronel Daltro Filho, que já está ao lado.

E o carrinho larga em demanda de Queluz, levando, além dos passageiros que já citei, mais um, que é quem está escrevendo estas linhas.

Engenheiro Passos. Salto. Ponte do Salto. Engenheiro Bianor. Queluz. Doze quilômetros de corrida, durante as quais vamos surpreendendo aspectos pitorescos e dolorosos da guerra atual. Vamos encontrando sempre pelo caminho soldados carregando fuzis e animais carregando metralhadoras. Encontramos até, no meio da linha, um trole preguiçoso, carregando, no seu andar de tartaruga, farinha para as tropas e alfafa para os cavalos. Este trole rouba-nos alguns minutos, porque temos de esperar que ele saia dos trilhos a fim de passarmos na frente, não sei se para mostrar-lhe como se anda ligeiro.

Pelos morros que sempre circundam a ferrovia, trincheiras e abrigos, onde o soldado se resguarda contra a intransigência dos estilhaços e das balas. De vez em quando, trazido pelo vento, um cheiro nauseabundo de carne humana em putrefação.

– São cadáveres insepultos – informam-me.

Na estação de Bianor, onde fazemos uma parada, um grupo de soldados deitados e sentados. Alguém lhes pergunta:

– Por que os senhores estão aí?

– A nossa companhia avançou muito – responde um deles – e nós, não podendo acompanhá-la, ficamos esperando condução.

Já passava das 17 horas quando chegamos a Queluz. Desci do carro, creio que antes de qualquer outro passageiro. Impressão desoladora.

Todas as casas fechadas, sem ninguém. A população em peso deixara a cidade, que é, de todas as que estiveram ocupadas pelos revolucionários, a mais adiantada, com prédios elegantes, luz elétrica, telefone, ruas alinhadas. Pelas paredes das casas, cartazes de propaganda:

“Mobilização civil. Alistai-vos nas forças constitucionalistas para que o Brasil entre no regime da lei.”

A um canto de rua, solta, misturada com a areia, uma fotografia de três praças com os seguintes dizeres a lápis: “Lembrança dos rebeldes”.

Fui caminhando e apanhando tudo quanto ia encontrando pelo chão. Li, talvez sem querer, várias cartas íntimas e uma que era um hino de exaltação, de uma senhora a dois filhos pertencentes ao Batalhão Piratininha, constituído de elementos da mais fina sociedade paulista. Junto de uma dessas cartas, achei um retrato de João Pessoa, recortado de uma revista carioca. Noutra, vi a citação destas palavras: “Mulher paulista não chora”.

De tudo quanto li, depreendo que as mulheres bandeirantes estão, realmente, integradas no movimento constitucionalista. Elas se tornaram mesmo as maiores animadoras dos soldados. É a mãe que manda sair o seu filho para trincheira. É a esposa que aconselha o marido a permanecer na linha de frente. É a noiva que pede ao noivo para tudo fazer pela vitória. É a irmã que exalta a coragem do irmão e o anima para novos rasgos de bravura. É a mulher, enfim, que quer, de qualquer forma, prestar serviços a S. Paulo, visando o bem do Brasil.

Eu estou assim, naturalmente, calmo, dentro dos meus pensamentos e da minha curiosidade, quando ouço estampidos e gritos de fogo! fogo! Que será? Ponho as minhas vistas na direção dos estampidos e dos gritos. E vejo uma casa que se está incendiando e ameaçando as outras. Aproximo-me. A casa violentada pelo fogo é a Casa Merino. Pergunto a um soldado o que havia dentro dela.

– Foguetes e bombas.

Um capitão assume o comando dos soldados presentes e transforma-os em bombeiros. Os soldados sobem aos telhados vizinhos, arrombam portas e tiram móveis e mercadorias dos prédios, procurando isolá-los da fúria das chamas, que continuam intensas e agressivas. E os estampidos prosseguem, como gritos de protesto contra a invasão de que a cidade está sendo vítima.

Já se tem certeza, no entanto, que o fogo não possui fôlego bastante para atingir os demais prédios. O soldado, a quem eu perguntei o que se encontrava na Casa Merino, está novamente perto de mim. Soldado raso, não; olho-lhe o braço esquerdo e vejo que ele é cabo. Fala-me de qualquer cousa e depois, com o olhos fitos no incêndio, lamenta a sua extinção:

– Nós aqui estamos sem luz elétrica. O incêndio veio naturalmente render ao sol e esquentar um pouco temperatura fria da noite. Para que acabar, assim, com um tão bom amigo nosso?

Deixo o incêndio e vou andar por outros lados. Entro em uma casa aberta. Uma mesa, um piano, cadeiras, vários colchões espalhados pelo chão, papéis rasgados, garrafas vazias, pratos, etc. À porta, alguns avisos, que eu só à saída leio:

“É proibida a entrada a pessoas estranhas ao serviço.”

– Parece que era aqui o Correio Militar – diz um sargento que me acompanha.

– Já alguém entrou nesta casa depois da retirada dos paulistas?

– Não, senhor. Houve ordem superior neste sentido.

Saindo da casa, dirijo-me a uma pracinha que fica à esquina da rua. Já é noite. Uns soldados se deitam pelo chão, outros estão de pé e outros se sentam nas calçadas.

Quando me aproximo, um deles vem ao meu encontro:

– O senhor chegou do Rio?

Respondo-lhe que sim, e não minto, porque, efetivamente, ainda há poucos dias lá estive.

– Então, o senhor podia dizer-me o resultado das Olimpíadas de Los Angeles. Que tal a ação dos brasileiros?

Informo-o de que perdemos.

– Até no water-polo? – indaga ansioso o soldado.

– Pois não.

– Mas não é possível! Não era no water-polo que estávamos mais fortes? Como, pois, os brasileiros perderam?

O Sr. Luís Aranha, que se achava perto, chega-se até nós e assegura ao soldado incrédulo que perdermos mesmo, tanto para os norte-americanos como para os alemães.

Olho a fisionomia do soldado. É de grande tristeza.

– Mas não é possível! Então os brasileiros perderam – fala ainda, ao deixar-nos.

Sexta-feira, 12 de agosto

Procurei, hoje, à tarde, no Q. G. o general Góis Monteiro. Ele me falara do telegrama que dirigira ao Sr. Artur Bernardes, interrogando-o sobre a autenticidade do manifesto que eu lhe trouxera. Desejava, pois, saber se o chefe mineiro já lhe havia respondido.

O general pede ao tenente Celso de Oliveira Lobo para ir buscar a resposta do Sr. Bernardes. O tenente sai e dentro em pouco, traz um telegrama. O general pega-o, coloca os óculos e lê para eu ouvir mais ou menos o seguinte:

“Viçosa, II – General Góis Monteiro. Resende – Manifesto autêntico. Retardei o mais possível a sua publicação a fim de nos entendermos. Certo este entendimento não poderia ser feito por carta nem telegrama, uma vez que, há censura para a correspondência do comandante das forças ditatoriais. Em vista disso e não devendo, nem podendo retardar mais o meu pronunciamento, resolvi divulgá-lo aqui, em Belo Horizonte e no Rio, dando, assim, uma satisfação moral à população mineira, que é quase toda constitucionalista. Movimento paulista não é nem reacionário nem separatista. Não visa, o que seria impossível, a volta do país ao regime derrubado pela Revolução de 1930, nem objetiva o desmembramento da pátria. O meu manifesto não anula a minha carta em resposta à que me dirigiu. Estou animado do mesmo espírito de pacificação, desde quando esta seja possível, mas não quero que se julgue a minha intervenção como oriunda de interesses subalternos ou pessoais. Não há mesmo nenhum brasileiro que não deseje para a sua pátria dias melhores do que ela tem vivido e está vivendo, mesmo com o regime instituído pelo movimento de outubro – *Artur Bernardes*”.

– Na carta que me dirigiu – esclarece, em seguida, o general – o Sr. Artur Bernardes diz, entre outras cousas, que acompanha com satisfação as demarches empreendidas pelo Dr. Venceslau Brás a fim de ver se encontra uma fórmula aceitável, que ponha tempo à luta.

E, depois de mandar guardar o telegrama do chefe do P. R. M.:

– Estamos jogando uma partida. Tanto o Governo pode ganhar, como perder. Empatar é que, já neste momento, não é mais possível. Toda paz que se fizer agora será ou a paz da vitória ou a paz da derrota. Daí, não há fugir.

Um soldado aproxima-se, com uma garrafa de água mineral. O general não tem passado bem do estômago. Diz-me isso e volta a falar sobre a pacificação:

– Observa-se, entre os meus oficiais, um fato interessante. A maioria já não quer a paz, por entendimento. Prefere consegui-la pela força das armas, achando talvez que ela será assim mais duradoura. O drama horrível que estamos vivendo, os brasileiros matando-se uns aos outros, o nosso sangue derramado lastimavelmente, o Brasil esgotando-se, é que dá margem a esse estado de ânimo. Também tenho a impressão de que os oficiais sejam, neste ponto, influenciados pelos soldados, nos quais deposito toda confiança. Chego a garantir que um oficial, que deseje fazer a paz à minha revelia, não contará com o meu apoio.

Pergunto agora ao general se é exata a notícia corrente do seu pedido de demissão do comando do Exército de Leste. Ele puxa uma bolsa de mão, que está ao lado, e tira de dentro um papel:

– Está aqui. É a cópia da carta que dirigi no dia 5 ao Dr. Getúlio, pedindo para dar-me um substituto. Ele, porém, não me quis atender.

– E quais os motivos da sua atitude?

– Divergências com o general Tasso Fragoso que, na chefia do Estado-Maior do Exército, está tolhendo a minha liberdade de ação.

*

Na visita que fiz ontem ao destacamento do flanco direito, soube da morte do bravo capitão Manuel de Freitas Novais. Ao chegarmos a Engenheiro Passos, já encontramos as três únicas pessoas que ficaram em Queluz, com a retirada dos paulistas: um português e sua senhora e um preto que servia na estação da Estrada de Ferro. Foi o preto quem contou o fato, na minha presença, ao coronel Daltro Filho.

– Era necessário virar uma agulha da linha férrea, entre Engenheiro Bianor e Queluz, parece que para dar passagem a um trem blindado. As forças ditatoriais já dominavam a região, de modo a varrer a metra-

lhadora um bom pedaço da estrada. Um tenente, indicado para a missão, mostrou-se receoso. Foi quando o capitão Novais falou, irritado:

– Vocês são uns covardes. Pois vou eu.

E lá foi, sozinho, virar a agulha. Alguns metros adiante, encontrou o capitão um sargento e um cabo que vinham em sentido contrário:

– Capitão – disse o sargento – não há nada em Engenheiro Bianor. Vim de lá agora mesmo.

– Eu não disse que não havia razão para medo? – frisou o oficial. Pois voltemos lá, sargento.

Os três foram, então, andando juntos. E mais adiante, o sargento, empunhando uma pistola, faz ver ao capitão:

– Capitão, eu não sou das suas forças. O senhor está preso!

O capitão Novais fica deveras surpreso e exalta-se, como se tivesse perdido a cabeça:

– Sargento canalha, você me enganou!

E avança para o sargento; que, em resposta, lhe dá três tiros. Dá o primeiro, dá o segundo e, ao dar o terceiro, ouve a sua voz:

– Não atire mais que eu já estou morto.

O sargento e o cabo correm, então. Com os tiros, uma patrulha paulista, que estava por perto, dirige-se ao local. Encontrando o capitão ainda com vida, arranja um trole e o leva para Queluz. Lá é o preto quem o recebe. E ao olhar para ele, sustentando-lhe a cabeça, grita, espantado:

– Chi! O home tá grelando os óio!

– Cale a boca, preto – diz, já agonizante, o capitão Novais. – Morro, mas morro satisfeito, porque – morro por S. Paulo.

Quando o preto terminou de contar a parte do fato que conhecia, o coronel Daltro fez-lhe algumas perguntas sobre a situação dos paulistas, seus efetivos, os rumos que tomaram, sua disposição de ânimo. O preto respondia a tudo como lhe era possível. E o coronel indaga, por fim, de que maneira ele conseguira ficar em Queluz.

– Foi simples. Na manhã do dia em que eles deixaram a cidade, um major veio a mim e disse que eu arrumasse as coisas, pois deveríamos partir à tarde. Sabedor disso e não querendo acompanhá-los, porque desejava ver minha mãe que ficou aqui, em Engenheiro Passos, eu me meti no mato. E, quando os tiros cessaram, apareci nas ruas, já ocupadas pelas forças do Governo.

O coronel Daltro olha-o e diz:

– Preto, toma cuidado! Se tu estiveres me vendendo, eu mando fuzilar-te!

A morte do capitão Manuel de Freitas Novais, cujo corpo transportaram para Cruzeiro, onde reside sua família, e aí o sepultaram, foi bastante sentida nos meios governistas. O capitão Daemon, seu colega de turma, lamentando a ocorrência, falava dele com a maior simpatia. As suas qualidades de bravura e de caráter não deixaram de ser exaltadas durante a nossa viagem.

O major Zenóbio, a cujo destacamento pertencia o sargento que atirou no capitão, foi quem nos deu em Queluz as informações que completam a narrativa do preto.

Sábado, 13 de agosto

Acordo com um barulho tremendo. Acendo a luz e olho o relógio. Uma e meia da madrugada. Um ruído de avião está furando os ares e a violência de uma explosão, faz tremer Resende inteira. A explosão se repete, distanciando. Que será? Abrindo a janela do meu quarto, que dá para a Rua Nilo Peçanha, vejo passarem, em direção ao Q. G., os capitães Frederico Buys e Pulquério Serra, além de outros oficiais que não reconheço. No corredor do hotel, também ouço passos apressados, de um para outro lado, e interrogações que não, variam:

Que teria acontecido?

Meto-me dentro de minha capa e deixo o quarto. Na sala, encontro, entre outras pessoas, o coronel Moreira Lima, o major Maurilo Alves e o capitão Ricardo Hall. Ninguém sabe ainda ao certo o que ocorre. Uns acham que houve explosão de algum depósito de munições. Outros acreditam que Resende foi bombardeada pela aviação paulista.

Saio à rua. Faz uma noite maravilhosa. O céu está limpo, sem nuvens. A lua mostra-se em toda a sua plenitude.

Na pracinha da Estação, aqui e ali, grupos de militares e paisanos. Chego-me a um deles. Um rapaz moreno é quem fala:

– Eu vi. O avião passou a uma altura de cerca de quatrocentos metros. Não chegou até à Estação. E deve ter deixado cair as bombas para o lado de lá.

– Bem – acentua um militar. Neste caso, ele não visava nem o Q.G., nem o campo de aviação.

– Talvez visasse a ponte – atalha outro.

O oficial chama, então, um soldado e manda-o verificar se a ponte que liga as duas partes da cidade não fora destruída.

O rapaz moreno continua com a palavra e frisa, quando não há mais militares na roda:

– Eu não lhe disse, João? Confirmou-se o que lhe disse. Quem me informou foi pessoa de confiança. Os paulistas têm muita aviação. Compraram até não sei quantos aparelhos à Argentina.

Aproximo-me de outro grupo, todo de oficiais. O capitão Afonso de Carvalho está indignado com a coragem dos aviadores paulistas:

– Também eles fazem isso porque nós não tomamos precauções. Parece que eu adivinhava. Há muito tempo que vinha falando de uma surpresa desse gênero, a que estaríamos sujeitos. Mas é isso. Não tomam providências!

A pracinha apresenta, assim, um aspecto animado. Grupos e mais grupos. Oficiais aborrecidos com o ataque que, de qualquer maneira, vem abater moralmente o Governo. Oficiais criticando a aviação ditatorial, que devia estar a postos numa hora destas. Oficiais indiferentes, que nem se zangam, nem criticam ninguém.

Um capitão que volta do Q. G. e a quem pergunto se não sabe nada sobre o verdadeiro local onde caíram as bombas, conta-me o seguinte:

– Alguns oficiais, logo que ouviram a explosão, foram ter ao Quartel-General para saber o que acontecera. Lá, no carro-salão, ficaram falando, comentando o fato. Esperava-se a volta do avião ou a chegada de outro e acreditava-se que os aviadores paulistas queriam visar o Q. G. O general Góis já estava recolhido a sua cabine. O coronel Pantaleão Pessoa foi, então, avisá-lo disso. E, ao voltar, transmitia-nos o seguinte recado do general:

– Diga a esses rapazes que não conversem muito alto. Estou bastante cansado e preciso dormir.

Às 2 horas, o movimento da praça já se acha muito diminuído. Teme-se um novo ataque, mas ninguém quer ficar acordado, ao ar livre, esperando por ele. As luzes da cidade, por medida de precaução, têm ordem para descansar, para dormir. Recolho-me também ao hotel. E, de manhã

procuro logo inteirar-me do ocorrido. Sei, então, da verdade: as bombas, em número de doze, foram jogadas em duas salvas e caíram na fazenda do Sr. Oliveira Botelho, ex-ministro da Fazenda do Sr. Washington Luís, a qual serviu por algum tempo de campo de aviação do Governo. Era intenção dos paulistas, portanto, destruir os aviões ditatoriais. Das doze bombas, onze explodiram. Uma somente deixou de rebentar por ter caído num pântano. O general Góis mandou retirá-la cuidadosamente daí e atirá-la no rio Paraíba. Quanto ao novo bombardeio, não houve.

Vou, às 9 horas, à fazenda do Sr. Oliveira Botelho, com o capitão Pulquério Serra, no auto da polícia militar. E verifico que não foram grandes os estragos causados, pelo ataque paulista. No terreno, apenas pequenos buracos que uma chusma de garotos cava mais e mais, à cata de estilhaços.

Ao voltar do campo encontro, no hotel, o tenente Alberto Bitencourt, ajudante de ordens do general Góis Monteiro.

– As bombas jogadas – informa-me ele – foram de quatorze quilos.

– E quem teria sido o aviador?

– Acho que foi o Orsini⁶. Ele é um dos nossos pilotos que melhor voam à noite. Aliás, nós já esperávamos essa proeza sua. Tanto que, ainda esta semana, o Melo, que é seu rival, dizia:

– O Orsini não deixará de fazer um voo noturno até Resende. Mas eu quero ver se, antes dele, irei, à noite, até Cachoeira.

*

De vez em quando, aparece por aqui uma figura graúda da ala extremista. Essas visitas causam aborrecimentos à maioria dos oficiais, que as interpretam como ato de desconfiança para com o general Góis.

Hoje, aqui estive, acompanhado do Sr. Virgílio de Melo Franco, o capitão João Alberto. Comentário de um oficial que o viu sair do Hotel Aliança, onde almoçou com o general:

– Esse João Alberto anda mais pelo nosso setor do que pelo dele, que é Parati.

6 O aviador que voou sobre Resende foi o tenente João Gomes Filho. O tenente Orsini Coriolando, ao chegar a S. Paulo, depois de iniciado o movimento, teve a incumbência de ir ao Chile comprar aviões para os revolucionários.

E, com um gesto de maior desprezo:

– Parece estar esquecido de que, ao falar-se no seu nome para comandar, com o general Góis, o Exército de Leste, vários oficiais se declararam dispostos a não combater sob a sua direção.

Domingo, 14 de agosto

Os paulistas estão desenvolvendo uma forte ofensiva, a primeira que realizam neste setor. O voo noturno a Resende foi o início. Durante o dia inteiro, apesar de ser domingo, dia consagrado ao descanso pela Igreja e pouco respeitado pela humanidade, os soldados, os fuzis, as metralhadoras e os canhões trabalharam incessantemente. Todos os destacamentos ditatoriais, o do coronel Colatino Marques, o do coronel Guedes Fontoura e o do coronel Daltro Filho, receberam fogo cerrado dos revolucionários, que tiveram a sua ação eficazmente apoiada pela aviação. As posições governistas foram, assim, bem castigadas, atingindo o bombardeio aéreo de ontem o P. C. do coronel Colatino e o 4º Batalhão da Brigada Militar Gaúcha, que perdeu dois homens e teve outros feridos.

Em consequência dessa ofensiva, os paulistas avançaram na região de Silveiras e chegaram até muito perto de Queluz, que, segundo um comunicado oficial lido pelo rádio, não ocuparam novamente por não lhes oferecer importância estratégica.

Esses sucessos tiveram aqui grande repercussão, provocando certas apreensões. Eles demonstraram, além de tudo, que S. Paulo possui aviação, fato este sempre negado pelo Governo.

À tarde, em conversa com o capitão Otelo Franco, falei-lhe sobre a aviação paulista, que a todos surpreendeu pelo seu arrojo, e ele me disse:

– O general Góis declarou-me ter informações de que os paulistas compraram vários aparelhos na Argentina.

A ofensiva de ontem dos revolucionários e a demonstração de força de sua aviação levaram as tropas do Governo a tomarem várias medidas de precaução. Uma delas foi a transferência do Q. G. do comboio em que se encontrava, na estação, para o prédio do Grupo Escolar da Cidade. Do Rio, vieram também alguns holofotes para o campo de aviação. Esses holofotes, julgados indispensáveis à defesa da sede do alto-comando do

Exército de Leste, foram hoje mesmo, à noite, experimentados, tendo um avião, para isso, voado sobre Resende, precisamente ao terminar a sessão do cinema. Eu vinha, a essa hora, pela ponte da cidade, com o major Maurilo Alves e o capitão Cavalcanti, quando um soldado, muito nervoso e agitado, passou por junto de nós e disse:

– Avião inimigo! Convém abrigarem-se!

Risos. E o soldado soube, então, da verdade, por um camarada que ia ao lado.

Há ainda ordem do Q. G. para que se apaguem as luzes à aproximação de qualquer ruído de avião. Ontem mesmo, à noite, cerca de 21 horas, Resende esteve às escuras durante 5 ou 10 minutos, em virtude de haver o E. M. recebido comunicação de que passara pelas linhas da frente um avião adversário. Esse avião, porém, não chegou até aqui.

Hoje, depois de ouvir o rádio, saí com o major Estillac Leal. Comentávamos as notícias que o “rádio jornal” havia transmitido, entre as quais a da prisão do tenente Sousa Aguiar. E o major me informa, aludindo à ofensiva desenvolvida pelos paulistas:

– Eles fortificaram as linha de frente neste setor com o regimento de Castro, que foi reconstituído.

*

Apareço diariamente na Chefatura da Polícia Militar. Quero saber novidades e o coronel Ávila Lins é um dos meus melhores informantes. Hoje, estive lá e ele contou-me este episódio, verificado em S. Paulo, quando a 2º Região Militar estava sob seu comando interino:

– O Dr. Pedro Toledo era quem governava S. Paulo. Eu substituí o general Góis Monteiro, que tinha ido ao Rio. A Frente Única não havia feito ainda acordo com o Interventor. Uma noite, passei mal, pensando em qualquer coisa que não sabia definir. Pela manhã, estou no quartel, quando entra um oficial meu amigo.

– Sabe, coronel, que o senhor quase era ontem Interventor?

E explica: alguns políticos haviam resolvido, numa reunião, realizada à noite, depois imediatamente o Sr. Pedro Toledo e convidar-me a assumir o Governo. Mas, depois, deliberaram adiar a realização da ideia, esperando que o Interventor fizesse o secretariado de conformidade com

os anseios do povo paulista. Como vê, desde aquele tempo, o ambiente em S. Paulo era fervente, agitado.”

Uma nova passagem, narrada pelo coronel Ávila Lins, que mostra o estado de ânimo em que se achava S. Paulo, sob o relho da Ditadura:

– O povo estava tão irritado, que os ocupantes dos Campos Elíseos não tinham sossego. Pregava-se abertamente a Revolução e se esperava a qualquer instante a explosão de um movimento. Ainda no comando interino da Região, recebi do Palácio do Governo, certa manhã, um telefonema. Era o interventor que falava. Queria saber a significação dos tiros sucessivos que ouvia naquele momento. Lembrei-lhe de que estávamos num sábado de Aleluia e tranquilizei-o, dando-lhe esse esclarecimento, que era, aliás, verdadeiro.

*

Tive oportunidade de conversar com um voluntário das forças constitucionistas, preso e ligeiramente ferido, na região de Queluz. Ele se mostrava confiante na vitória, mas me falava com moderação. Disse-me do entusiasmo reinante nas cidades paulistas e do ânimo combativo das tropas. E referindo-se, depois aos soldados das Polícias nortistas que os combatem, frisou:

– Esses homens são uns inconscientes ou inconscientes os que os comandam. Avançam para morrer de verdade. Avançam desprotegidos, perfeitamente ao alcance das nossas metralhadoras, como se as nossas balas nada representassem para eles. Avança uma linha e quase toda ela é abatida por consecutivas rajadas. O mesmo se dá com outra e mais outra e mais outra. Porque terminamos acabando a munição, tomam-nos as posições, mas à custa de muitas e muitas vidas. São homens desta forma que procuram a morte, que, por assim dizer, pedem, encarecidamente, que os matem. São carne fácil para as nossas armas. E que pena esse sangue-frio todo tão mal aproveitado!

Segunda-feira, 15 de agosto

O General Góis Monteiro, com o tenente-coronel Pantaleão Pessoa, o major Paquet e o tenente Celso Lobo, faz as suas refeições numa mesa reservada do Hotel Aliança, onde, desde alguns dias, estou hospedado.

Hoje, depois do almoço, encontrei-o sozinho, na porta. Saímos juntos. Ele se dirigia para o Q. G., mas antes passou pelo Hotel dos Viajantes. E ao chegar ao hotel, onde se achavam o coronel Moreira Lima e o major Estillac Leal, recomeçou as suas considerações sobre o assunto de que me falava – a incapacidade dos políticos para o Governo:

– Nós aqui estamos nos matando por causa dos políticos. Eles preparam a guerra, mas não morrem. Arranjam, quando muito plutocratas que a custeiam confiantes nas suas promessas sempre indecorosas. E ficam, finalmente, de fora, sem se importarem com a nossa sorte. Absurdo! É uma situação que vem se eternizando e que não deve durar muito.

O general está de pé, andando de um lado para outro. O major Estillac acha-se também de pé, junto à porta. O coronel Moreira Lima e eu estamos sentados. O comandante do Exército de Leste para agora, diante de nós dois, e declara, num gesto enérgico:

– A continuar assim, se os políticos se mostram incapazes de dirigir o país, como têm dado provas durante quarenta e tantos anos, levando-nos a perder o nosso sangue e sacrificando o país, só, ao meu ver, o remédio extremo da ditadura militar, talvez de caráter fascista, adaptada às condições do nosso meio, fará melhorar a nossa situação. Como aconteceu no Japão e em Portugal. Porque no Brasil o que precisa é de um governo forte, que imponha respeito e possa acabar com os políticos ambiciosos, os quais, para alcançar o poder, estão dispostos a fazer tudo, a lançar mão de todos os meios. Com uma ditadura militar forte, organizaríamos um grande Exército e instituiríamos de vez o verdadeiro nacionalismo. Daríamos fim também às grandes fortunas, aos plutocratas, que sempre ficam a serviço dos aventureiros. Já tivemos uma Revolução política e não é de admirar que tenhamos agora uma Revolução social. Creio que, desta maneira, asseguraríamos mais ordem e mais tranquilidade à nação, cuja vida e cujo progresso já não sofreriam esses abalos e sobressaltos funestos a que temos assistido.

O general, depois de dizer isso, numa voz firme e revoltada, continua a andar de um lado para outro, sem no entanto, deixar de falar:

– Isso seria muito melhor do que o que está acontecendo. Em vez de morrerem milhares de brasileiros, como se verifica atualmente, morreria apenas um punhado de maus brasileiros. E esta ideia é, no momento,

de fácil realização, porque estamos em pé de guerra e todos, portanto, de sangue quente.

– Realmente, o momento é propício – intervém o major Estillac.

– Mas para que mesmo continuarmos a lutar? – prossegue o comandante do Exército de Leste. – Se, tanto do lado de cá, como do lado de lá, somos brasileiros, se tanto do lado de cá como do lado de lá, somos Exército, para que sustentarmos, por mais tempo, esta luta inglória, em favor dos políticos e em prejuízo do país?

E, com um riso nos lábios, a espantar a severidade anterior de sua fisionomia:

– Eu estou doido para que haja uma “bagunça” no Rio, porque, assim, faremos isso com mais vigor.

– Mas era necessário, antes de tudo, que todos nos uníssemos, todos quantos tivéssemos armas e fossem capazes de brigar – aparteia, de novo, o major Estillac.

– Sim. Nós todos nos uniremos – redarguiu o general.

E, falando para mim:

– Vocês vão ver. Erraram o passo. O Exército não serve para alimentar ódios de quem quer que seja, nem pode estar sendo dividido de vez em quando, mercê do trabalho destruidor da politicagem. Hão de ver que não estamos mesmo mais dispostos a nos matarmos, servindo ao interesse dos políticos amantes do mando.

O coronel Moreira Lima apoia as ideias do general e acentua:

– Claro. Os políticos sempre são iguais. E carcomido tanto há do lado de lá, como do lado de cá.

– Pois não – concordam o general e o major.

O assunto morre com o “pois não”. E já agora se trata do avanço das forças ditatoriais. O coronel Moreira Lima manda buscar um mapa. O general olha-o:

– Dentro de pouco tempo, os nossos canhões estarão atingindo Cruzeiro.

Trata-se, a seguir, de munições. E o major Estillac, com o seu espírito *blagueur*:

– Está aí um dos benefícios desta revolução. Faz-nos gastar a munição velha que o Exército possui, o que quer dizer que vamos ter nova e melhor.

*

O capitão Correia Lima, do Estado-Maior do coronel Daltro Filho, contou-me, quando eu estive em Engenheiro Passos, vários fatos interessantes por ele presenciados no decorrer do atual movimento armado. Falou-me dum aspirante morto, em cujos bolsos haviam sido encontrados cartas da noiva bem comoventes. Aludiu ao capitão Caixeiro, que tentara um envolvimento das forças do coronel Daltro precisamente quando os de cá procuravam fazer o mesmo. E narrou-me, por fim, o seguinte:

– Um nosso oficial foi incumbido de um largo reconhecimento, acompanhado de alguns soldados. A sua missão era arriscada, porque sabia que os paulistas estavam por perto. E, de fato, ele não tardou em avistar, no caminho, uma trincheira. Corajoso e confiante, aproximou-se muito e verificou, então, com surpresa, que o número de soldados ali existentes era maior do que o seu. Vendo, porém, que não podia mais afastar-se sem correr perigo, apesar de ainda não ter sido visto, recobrou seu sangue-frio para, falando alto e com decisão, intimar o tenente que comandava os soldados adversários a render-se; era inútil qualquer resistência – acentuou – uma vez que dispunha, bem perto dali, de mais de cem homens, os quais avançariam imediatamente, dado um sinal combinado. O tenente, com uma fisionomia serena e grave, pensou, refletiu, e, por fim, resolveu entregar-se com os seus homens. Desarmado, o oficial trouxe-os todos para o P. C. do comandante do Destacamento, onde o tenente veio a perceber o truque. E quase enlouqueceu:

– Matem-me, por favor! – gritava ele, exaltadíssimo, uma pilha de nervos. – Matem-me que eu não sou digno de viver mais! Entreguei-me miseravelmente com quarenta soldados, sem quê nem pra quê! Matem-me!

Terça-feira, 16 de agosto

Mais uma vez infringi as ordens da Polícia de campanha, indo, sem salvo-conduto, até o Morro da Lapa, onde, no momento, se trava a luta entre as primeiras linhas do flanco esquerdo governista e as do flanco direito revolucionário.

A viagem foi feita de automóvel, com ligeiras paradas pelo caminho. Paramos no Clube dos Duzentos, que visitamos em alguns minutos. Paramos em S. José do Barreiro, muito manso, muito calmo, muito triste,

com o capitão Paraguaçu, poucos soldados, várias ruas e o seu cemitério impiedosamente rasgado pelas granadas ditatoriais. Paramos no rio Santana, cuja ponte, vítima da dinamite, está sendo medicada por quatro ou cinco técnicos da pá e do tijolo.

Mais adiante, numa elevação do terreno, o *chauffeur*, que conhece bem a zona, mostra-me uma *camouflage*⁷ feita pelos paulistas. Olho-a e ouço, quase ao mesmo tempo, um barulho de motor. Encaro o céu. São seis aviões que furam as nuvens, a uma altura imensa.

– Nossos! – grita, tranquilizando a todos, um soldado que está na estrada.

O automóvel vai agora vencendo as distâncias, numa impassibilidade revoltante, indiferente por completo às notas de beleza que, pelo caminho, frequentemente lisonjeiam e encantam as nossas vistas. E, até Areias, não se detém mais, como era de esperar, nem mesmo diante do Morro Frio, onde já se lutou muito e de onde se divisa um panorama simplesmente maravilhoso, em que a natureza parece ter empregado todo o poder do seu gênio artístico.

A Texaco, porém, está ali, mais à frente, anunciando as proximidades de Areias, que não nos deixará passar sem uma demora de continência à autoridade do capitão João Palmeira, prefeito militar. E, de fato, dentro de alguns minutos, estamos parados na cidade, defronte do edifício da Cadeia Pública, improvisado em Prefeitura. O capitão não está, mas chega logo depois, com dois oficiais. Apresentações. Troca de amabilidades. Pedidos de notícias. Ofereço-lhe um número do *Diário da Noite*, dos muitos que trago para distribuir aos soldados do *front*. O grupo já está, então, mais crescido. Noto, em meio aos militares, um tanto afastados, dois paisanos, que logo me despertam a curiosidade. Pergunto de quem se trata. E o tenente Flávio, delegado militar, informa-me:

– São antigos moradores daqui.

– O senhor esteve com os revolucionários? – indago de um, aproximando-me.

– Estive, sim senhor. Servi mesmo no Correio Militar. Passei aí três dias. Certa vez, porém, o capitão encarregado do serviço me disse que

7 Cobertura de mato para ocultar as peças de artilharia das vistas dos aviadores.

eu não dava para o trabalho, porque era muito vagaroso. Respondi-lhe que, na minha vida, só havia entrado em correio para botar cartas. E ele resolveu dispensar-me.

O outro paisano é farmacêutico. E, mais desembaraçado do que o seu companheiro, conta-me episódios da Revolução:

– Pouco depois de rebentado o movimento, aqui estiveram o Dr. Valdemar Ferreira e o coronel Marcondes Salgado. Visitaram a cidade e foram até à minha farmácia. Disseram-me aí da animação existente em S. Paulo, falando sempre com o maior entusiasmo. Pouco depois, tomaram o automóvel e se dirigiram para S. José do Barreiro. Quando voltaram já era noite.

– O senhor serviu às tropas?

– Sim, senhor. Prestei-lhe os meus serviços como farmacêutico.

– E quando elas se retiraram daqui?

– No dia 10, de madrugada, tarde da noite, o coronel Andrade mandou chamar vários moradores e disse-lhes: – “A cidade talvez seja bombardeada pela manhã. Nós vamos deixá-la. Quem quiser acompanhar-nos, tem condução”. Todos foram com eles, mas eu e dois outros ficamos por aqui mesmo.

Quando o homem acaba de falar, eu me disponho a deixar Areias. Não é necessário nem conveniente demorar mais: a exigência da Polícia Militar já está cumprida e o tempo não espera por ninguém. Faço, então, as despedidas. E, ao me dirigir a um oficial que está mais próximo do edifício da cadeia, vejo, sentada a um canto, ao lado de um tenente muito jovem, uma moça, cuja fisionomia é só tristeza e sofrimento.

– É esposa dele – diz-me o tenente Flávio.– Não há meio de deixá-lo.

E um do grupo frisa:

– Ela não quer talvez que o marido combata S. Paulo.

Ouçõ isso e, sem querer, vem-me à lembrança o entusiasmo da mulher bandeirante, que manda seus entes queridos para o fogo do *front*.

– Pois imagine que nem sequer botam luto pelos que morrem!

– Falava-me, outro dia um oficial do I° R. I.

Já estamos em marcha para a Fazenda S. Domingos, onde o coronel Guedes da Fontoura tem o seu P. C. A estrada está toda riscada

por soldados, caminhões e automóveis que passam, sucessivamente, de um lado para outro. E de vez em quando surgem às suas margens barracas pequenas e toscas, onde só se veem homens de farda. A Revolução deu a este quase deserto muita vida e movimento, que crescem à medida que nos aproximamos da frente. A Fazenda São Domingos apresenta um aspecto de campo de concentração. Caminhões e mais caminhões, cada um mais alto, cobertos por largos pedaços de lona. Soldados e mais soldados, uns animando o ambiente, com as suas pilhérias e o seu temperamento alegre, e outros cheios de preocupação, graves e esquivos. O nosso carro penetra na porteira da Fazenda com o salvo-conduto da audácia. Entramos. E eu me lembro de jogar alguns jornais para um grupo de soldados, creio que em agradecimento ao seu respeito pela nossa liberdade de locomoção. Mas para que fiz isso? Foi o bastante. O automóvel quase não pôde mais andar. O pessoal, que era muito, cercou-o logo e, faminto de notícias, estava disposto a matar-nos asfixiados em troca de um número do *Diário da Noite*.

– Me dá um!

– Me dá um!

Eram as únicas palavras que se ouviam daqueles homens que, com tanta violência e com tanta decisão, nos atacavam:

– Calma! – gritava o *chauffeur*, já impaciente.

Mas os soldados só deixaram o carro, quando viram desaparecer o último jornal.

– E jornais de S. Paulo, não têm aí? – pergunto depois, com interesse, como a querer oferta idêntica à que eles fiz.

– Não senhor – responde-me um rapazinho vivo. Um dia encontrei um numa trincheira, mas um oficial tomou-o.

Da Fazenda S. Domingos, sigo, com o tenente Appelt, para o morro da Lapa, poucos quilômetros antes de Silveiras e cerca de quatrocentos metros distante das primeiras linhas de fogo. Desde cedo que se luta nesta zona. E quando chego, o combate ainda vai bem rude e intenso.

É pela primeira vez que assisto tão de perto a este espetáculo impressionante. Está anoitecendo, o sol já se esconde e as sombras já se espargem, indefiníveis, sobre a terra. O ronco do 75 se faz ainda mais pavoroso dentro da noite. As metralhadoras, no seu cacarejar irritante, não têm licença para descanso. Os fuzis trabalham também incessantemente, mas a

sua palavra só se escuta melhor quando se calam por alguns momentos os seus companheiros de guerra.

Sou todo ouvidos para essa música selvagem – *jazz-band* bravo, junto ao qual a invenção norte-americana é criança de peito. Os sons são geralmente descontrolados e não conhecem as doçuras da harmonia. A voz soturna do canhão, austera e autoritária, abafa, de vez em quando, ostensivamente, a petulância das armas de menor calibre. Mas a falta de homogeneidade dos músicos e a indisciplina dos instrumentos terminam formando um conjunto pitoresco, que nos enche de impressões fortes. E, às vezes, mesmo um ou outro ensaia, na sua linguagem bárbara, uma cadência qualquer, que se ouve com a cumplicidade do silêncio de todos e que se assemelha a músicas nossas conhecidas.

– Venha ouvir o “zé-pereira” – diz-me, amável, o coronel Carneiro da Fontoura, comandante da Brigada Militar Gaúcha, em cujo P. C. de campanha me encontro.

O “zé-pereira” é feito pelo fuzil. E o coronel Fontoura explica-me como ele se faz. O soldado deixa sair o primeiro tiro e depois mais três, num sopetão, para, em seguida, apertar novamente o gatilho. Esses movimentos dão em resultado um ruído mais ou menos assim, que eu tento traduzir no alfabeto mas que não garanto pela sua fidelidade: tá-tátátá-tá.

Estamos, o coronel Fontoura, o capitão Saião, o tenente Appelt, o tenente Alcino Linhares, o tenente Alcides Pereira, eu e outros oficiais do Exército e da Brigada, numa elevaçõzinha de terreno, de onde ouço e vejo melhor.

O capitão Saião pede-me que escute o silvo da granada que a bateria comandada pelo capitão Alcides Etchegoyen atira para as linhas adversárias.

– É este o silvo – diz-me ele.

A granada passa, rápida, zunindo pelas nossas cabeças, em direção de Silveiras.

– Escute o estrondo.

E ouço perfeitamente a explosão do projétil, que atravessou as primeiras linhas paulistas, sem receio de ser incomodado. Mas que coragem! Hein, medrosos?

– E a artilharia deles? – indago. (Não sei se os leitores já notaram que os paulistas são aqui geralmente tratados por “eles”.)

– Esteve em atividade apenas hoje pela manhã – informa-me o coronel Fontoura. Lançou-nos 23 *shrapnells* que caíram bem por aqui. E calou-se até agora.

O tenente Pereira, então, nos adverte:

– É melhor que saíamos deste canto. O combate já está quase no fim e não vale a pena sermos alvo de alguma bala perdida.

– Bom, neste caso vamos churrasquear – convida a todos, muito bem humorado, o coronel Fontoura.

Quando desço da elevação do terreno em que me encontrava, escuto uns gritos fortes, partidos das trincheiras. Pergunto o que significam e o tenente Appelt me diz:

– Os gritos são comuns nas trincheiras. Uns soldados gritam para os outros, de parte a parte, muitas vezes descompondo-se. São as saudações de guerra...

Sigo, em companhia dos demais oficiais, para um ponto, onde uma barreira nos abriga de qualquer surpresa. E aí fico, em conversa, mais algum tempo, a ouvir a barulhada infernal dos canhões, das metralhadoras, dos fuzis, dos VB e dos soldados, ferindo, barbaramente, o silêncio da noite, perturbando a doce tranquilidade da região, espalhando terror, abalando tudo. Os ruídos, saindo das cristas dos montes, parecem até gritos enérgicos de protesto da natureza ferida, contra a loucura dos homens.

O coronel Fontoura fala-me, com animação, da sua tropa:

– Minha tropa, ou melhor, minha gente, parece que é batizada para não ser atingida pelo fogo. São mínimas as perdas que temos tido. E são muitos os casos de verdadeiro milagre que se têm verificado conosco. Imagine que, ontem, eu me dirigi, depois do meio-dia, para as bandas daquela bananeira. Achei um lugar magnífico e resolvi logo estabelecer ali o meu P. C. mandando dar conhecimento disso às linhas de frente. Pois bem. Tomava as últimas providências neste sentido, quando ouço uma voz do lado de cá. Venho ver de quem se trata e, ainda em caminho, recebo uma rajada de metralhadora. Deito-me e consigo escapar. Não é ser de sorte? De outro modo, ou eles me matariam ou me prenderiam. Quer ver novos casos? Este soldado aqui teve o seu capote furado a bala e não recebeu ferimento algum. Um oficial meu, muito cansado, de noite, deitou-se transversalmente, na tricheira. Veio uma rajada de metralhadora. Uma bala

entrou-lhe pela botina e feriu-lhe apenas o dedo grande do pé. Também Appelt, que não é da minha tropa, mas é lá da terra, recebeu não uma rajada de metralhadora, mas três. E nada lhe aconteceu de grave: apenas raspou a roupa e teve uns leves ferimentos.

– É que os gaúchos estão de sorte – diz alguém.

E o coronel Fontoura, risonho:

– E não é que não “peleamos”. “Peleamos” muito.

Peço, depois, impressões sobre os revolucionários. E quem me fala é o tenente Arlindo Pereira:

– Eles lutam muito. É verdade que estão bem entrincheirados e se acham na defensiva. Mas resistir como têm resistido, não é brincadeira. Olhe que a nossa artilharia e a nossa aviação batem por lá o dia inteiro. E nada! Eles não cedem. São, realmente, grandes lutadores e possuem um entusiasmo formidável.

Ninguém discorda das palavras do tenente. E o coronel Carneiro da Fontoura reclama, agora, contra o fato de não chegarem jornais até as linhas de frente.

– Os jornais que aqui vêm – frisa o comandante da Brigada Gaúcha – contam tantas mentiras que chegam a aborrecer-nos. Que eles contem mentiras no Rio, não digo nada. Mas que as tragam para cá, é que não aprovo.

– Isso até causa mau efeito – observa o tenente Appelt.

– Pois é – torna o coronel. – Imagine que já se publicou que nós havíamos tomado Silveiras, quando a verdade é que só agora nos estamos aproximando de lá.

– E ainda de um dos morros que circundam a cidade – aparteia o tenente Arlindo Pereira.

Quarta-feira, 17 de agosto

Voltei ontem mesmo do morro da Lapa. De lá saí ainda cedo, deixando os oficiais da Brigada Gaúcha a churrasquearem em plena escuridão, porque é perigoso acender luz nos acampamentos: a aviação inimiga pode localizá-los e bombardeá-los.

– Somos capazes, com isso, de errar a boca – pilheriava um tenente.

Embora não houvesse ainda jantado, recusei o convite que me fez o coronel Fontoura para participar do churrasco. Tinha, na Fazenda S. Domingos, uns amigos à minha espera e precisava chegar a Resende o mais cedo possível, a fim de pegar o trem das 3 horas, que me levaria uma correspondência para o Rio. Em Areias, porém, como a fome já estivesse muito crescida, maltratando-me, tenazmente, o estomago, resolvi fazer uma parada ligeira para um *lunch* ainda mais ligeiro na única “venda” da cidade, esta mesma aberta à tarde com mercadorias chegadas de Resende. O meu *lunch* foi linguíça assada, pão duro e café. Fiquei satisfeito, comi tudo de bom gosto e tornei, agradecido, ao meu Fordzino devorador de distâncias. À porta, encontrei o sargento Demétrio Masson Jacques, que desejava oferecer-me uma lembrança. Era um pedaço de hélice de bomba de avião, formando o perfil do Sr. Washington Luís. O sargento queria explicar-me como encontrou aquilo. Mas eu não podia demorar-me muito. Convidei-o, então, para ir comigo até S. José do Barreiro. Ele estava de folga e aceitou o convite, narrando-me em viagem, o seguinte:

– Quando os aviões paulistas estiveram, sábado último, nas linhas de frente, eu fui talvez o primeiro a distingui-los. Logo que os avistei no céu muito claro, tive um pressentimento e fui ao comandante da minha companhia:

– Capitão, aqueles aviões estão me parecendo que não são nossos: são paulistas.

– Que paulistas! – respondeu-me o comandante. – São nossos. Você já ouviu dizer que os paulistas tivessem aviões?

– Mas nem por isso eu deixei de tomar as minhas precauções. Procurei um abrigo e disse das minhas suspeitas a vários soldados gaúchos que se encontravam perto, lavando roupas num pequeno riacho. Poucos concordaram comigo. Continuei, porém, a observar os aparelhos. Eles deram várias voltas pelo nosso acampamento, na estrada de rodagem. Parecia que procuravam qualquer cousa. E, de repente, um virando a hélice para a terra, num movimento rápido, desceu até uma altura regular, de onde jogou um grosso volume, para subir novamente. Percebi que aquilo era bomba e tive, então a certeza de que se tratava mesmo de aviões paulistas. Corri imediatamente para o meu abrigo já escolhido e gritei para os soldados mais próximos a fim de que se abrigassem também. Cada qual procurou guardar-se melhor. Nisto, houve a explosão. A bomba caiu no leito

da Rio-S. Paulo, a 15 metros de onde eu me encontrava, atingindo logo um gaúcho, que se deitara na estrada. Ouvi, em seguida, outras explosões, depois das quais notei que o ruído dos aviões diminuía. Olhei para o céu. Os aparelhos se retiravam e lá longe, no horizonte, repontava a nossa esquadrilha. O soldado gaúcho, ferido, gemia alto, com um rombo horrível no corpo. Deixei o meu abrigo para socorrê-lo e levei-o para um carro de saúde. Depois, voltei ao local onde me achava para verificar os estragos provocados pelo bombardeio. E encontrei vários estilhaços, entre os quais este pedaço de hélice que lhe ofereço. Repare que é mesmo o Washington.

O sargento pede-me fósforos. Não tenho. Mas um companheiro de viagem tem e o atende. E ele fala agora do efeito causado pelas outras bombas paulistas:

– Foi medonho. O pessoal, como viu, não estava avisado de que os paulistas possuíam aviação. De maneira que, ao serem jogadas as bombas, muitos foram esperá-las, julgando que se tratasse de boletins do Governo, porque o general Góis manda, às vezes, distribuí-los nas linhas de frente.

Trago para Resende a lembrança do sargento e mostro-a na mesma noite ao capitão Agenor Leite Aguiar, ao major Estillac Leal e a outros oficiais, no Hotel dos Viajantes. Eles também acham aquele estilhaço parecido como o presidente deposto em 30. E um quer explicar, citando Freud, o motivo da semelhança:

– Naturalmente, o aviador, ao jogar a bomba, pensava no Sr. Washington Luís.

– E este aviador – intervém outro – não podia deixar de ser o Lísias.

*

O capitão Pulquério Serra, ex-delegado de Polícia Militar em Resende, estava em S. Paulo quando rebentou o movimento revolucionário. Isto, no dia 9. No dia 10, já o capitão estava de viagem para aqui.

Hoje, à tarde, conversando comigo a esse respeito, contou-me ele como conseguira sair de S. Paulo:

– Eu não sabia de nada. Amigo do general Góis Monteiro, a quem não podia faltar com a minha lealdade, os meus camaradas, que prepararam o movimento, não quiseram dizer-me cousa alguma. E é assim

que só na manhã de 10 tive conhecimento do fato. O entusiasmo da cidade era formidável. As ruas estavam cheias e o povo dava “vivas” delirantes aos chefes do movimento. Fui ao Quartel-General em busca de informações. E, quando lá cheguei e vi alguns políticos, com os quais não vou de maneira nenhuma, pensei imediatamente em deixar S. Paulo. Tendo, então, recebido ordens para ir comandar o 6° B. C., aceitei de bom grado a incumbência e, em vez de tomar o rumo de Goiás, tomei o rumo de Barra do Piraí. Podem, agora, explorar minha atitude, dizendo que eu vim para cá porque sabia que o Governo estava mais forte. Convém, no entanto, acentuar que, quando saí de S. Paulo, se contava como certo não só com o apoio do Rio Grande, mas também com o de outros Estados.

Depois disso, peço a sua opinião sobre a resistência dos paulistas.

– Ao meu ver – responde-me o capitão Pulquério – eles têm possibilidades para uma resistência bem prolongada, porque o Exército e a Força Pública estão, realmente, lutando a seu favor. Essa minha impressão é, aliás, antiga. Logo depois de eu haver chegado a Barra do Piraí, o Dr. Getúlio Vargas esteve no Q. G. e eu lhe fui apresentado. Ele me perguntou como ia S. Paulo. E a minha resposta foi que havia muito entusiasmo e que, mesmo S. Paulo combatendo sozinho, a luta ia ser árdua. O ministro da Guerra, que acompanhava o chefe do Governo, perguntou-me também porque eu entrei no movimento. Dei-lhe as mesmas razões que já lhe expus.

Quinta-feira, 18 de agosto

Resende recebeu, hoje cedo, uma visita amável: a da Aliança Nacional das Mulheres. Tendo adquirido, no Rio, donativos para os soldados do *front*, quiseram as senhoras que a compõem trazê-los até aqui para, pessoalmente, distribuí-los. Isto mesmo declararam, no Hotel Central, ao general Góis Monteiro, que, no entanto, só lhes deu salvo-conduto até Engenheiro Bianor. Daí em diante, a ordem era do coronel Daltro Filho.

As senhoras mostram-se confiantes na boa vontade do coronel Daltro e, depois de visitar a igreja, o campo de aviação e o hospital, se dirigem, cerca de 15 horas, para a estação, onde tomam o trem que deverá levá-las mais para a frente e no qual viajam, além de outras pessoas, o Dr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro, o capitão aviador Carlos Brasil, o capitão Braga, o tenente Faria Lemos e eu.

Um apito e a locomotiva desliza pela linha férrea, indo parar, um pouco tempo depois, em Itatiaia. Aí, todos descemos para ver mais de perto o efeito produzido pelo bombardeio dos paulistas. O aspecto da estaçãozinha é triste e desolador. Enquanto o coronel Daltro Filho teve, instalado dentro dela, o seu Posto de Comando, o canhão revolucionário a alvejou inflexivelmente, arrancando-lhe o telhado e esburacando as suas proximidades.

Um soldado do 3º R. I., vendo a curiosidade das senhoras por tudo aquilo, aproxima-se e relata, apontando para as telhas quebradas do pequeno edifício:

– No dia em que essa granada explodiu aí, quase que fui atingido também. Era cerca de meio-dia. Cuidávamos, então, da boia. Eu estava cortando a carne numa bacia de banho, quando um dos estilhaços bateu fortemente nesta e por um triz não me feriu.

Antes do soldado terminar a sua narrativa, já as senhoritas Ilka Labarthe e Marina Rodrigues chamavam a atenção dos presentes:

– Coitados! Imaginem só! A carne que eles comem é cortada em bacia de banho!

Tomamos novamente o trem, que novamente para mais adiante, em Engenheiro Passos. Salto e vou, com alguns companheiros de viagem, ao outro lado da estação, ocupado pelo armazém de cargas. A granada paulista também havia arrancado aí um pedaço de telhado. Alguém nos mostra isso e um oficial deixa escapar esta exclamação:

– Puxa! Que eles têm mesmo ótimos artilheiros!

O trem parte, em seguida. Pelo caminho, conversa-se, olha-se o terreno, chupam-se as laranjas magníficas com que Resende pretende fazer concorrência à Bahia. E algumas senhoras manifestam ainda sua tristeza diante do ambiente, daquelas regiões desabitadas, reavivando o espetáculo da guerra, com a visão de sangue, de morte, de luto. Afinal, chegamos a Engenheiro Bianor, até onde o general Góis Monteiro permitiu que se fosse.

Eu converso com o Dr. Silvestre Góis Monteiro, que se acha fardado de coronel, quando a senhorita Ilka Labarthe se aproxima:

– Coronel, nós já estamos na última estação antes de Queluz e queremos pedir-lhes a fineza de telefonar para o Daltro Filho, perguntan-

do se o nosso trem pode ir até lá. Desejamos distribuir pessoalmente os donativos aos soldados.

O Dr. Silvestre, atendendo o pedido, vai até a estação e volta, depois, com esta resposta:

– Podemos ir a Queluz, mas temos de esperar aqui duas horas porque as linhas estão, no momento, apinhadas de carros.

As senhoras concordam com a espera e algumas descem do trem para passar o tempo melhor, dando biscoitos e cigarros aos poucos soldados ali existentes, procurando curiosidades de guerra e fazendo perguntas. Um praça do 3º R. I. informa:

– Ali foi encontrado um soldado morto, com um tiro na testa. Achava-se de fuzil a mão e, se não fosse o fio de sangue que lhe escorria pela face, ninguém diria que estava sem vida, mas dormindo. A sua fisionomia era calma como a de um santo.

Um soldado oferece a uma senhorita uma caixa de alimentação de emergência, das que os paulistas distribuem aos homens que passam muito tempo na trincheira. Esta caixa é levada para o carro e mostrada às senhoras que aí ficaram em conversa com os oficiais. Uma delas admira-se da perfeição do serviço de abastecimento dos revolucionários e indaga:

– O Governo também mandou fazer destas caixas para os seus soldados?

– Não, minha senhora – responde um oficial. – Os nossos soldados não precisam. Eles passam sempre muito bem, recebendo a comida, na trincheira, em horas certas.

Outro oficial, ouvindo isso, deixa escapar um sorriso expressivo. E eu tenho agora minha atenção voltada para d. Ana Bastos, que entra no carro e se dirige ao coronel Silvestre e a mim:

– Tomem cuidado! Sabem o que ainda há pouco me disseram? Que os paulistas, ao pegarem os prisioneiros, os deixam vivos, mas arrançam-lhe os olhos, as orelhas, as unhas! Uma cousa séria!

As duas horas de espera se passam assim, entre conversa e *blagues*. E o trem já corre em demanda de Queluz, onde chega quase à noite. Um grupo enorme de soldados está na estação, aguardando a visita gentil da associação presidida pela doutora Natércia Silveira. E logo inúmeros braços se levantam para as janelinhas dos carros, de onde é feita a distribuição de donativos.

Um soldado, que recebera uma medalha de Nossa Senhora de Lourdes, uma carteira de cigarros, uma caixa de fósforos e um punhado de biscoitos, presenteia-me com alguns estilhaços de granada e declara, muito contente:

– Eu não me importava que a guerra demorasse mais de um ano, se tivéssemos sempre a visita de senhoras boas como estas.

O capitão Ariosto Daemon, prefeito militar, aproxima-se do trem. Os oficiais vindos de Resende apresentam-no às senhoras, que logo manifestam o desejo de dar uma volta pela cidade. Ele acede e as acompanha nesse passeio curto e sem graça, que só provoca melancolia. Queluz, violentamente afastada de seus filhos, está de luto e chora a fatalidade do destino que a faz abrigar os seus próprios inimigos... Ela sofre e, ainda neste anoitecer bem pardacento, a sua dor se reflete em tudo: na poeira que o vento levanta, como crepes; no aspecto compungido que as suas casas fechadas apresentam; na monotonia e na tristeza que as suas ruas sem movimento despertam. Balzac, para quem as ruas de Paris tinham expressões humanas, que não diria destas ruas graves de Queluz!

Um estampido forte. Interrogações.

– *Shrapnell* – informa-me, calmamente, um soldado. – Os canhões paulistas ainda nos alcançam por aqui.

Esse tiro é uma ordem de partida a que o trem obedece sem protestar. E logo estamos furando a noite para só chegar a Resende depois das 20 horas. O general Góis Monteiro determinara que a comissão da Aliança Nacional de Mulheres jantasse em Barra Mansa. Mas, com o atraso do trem, muitas senhoras não concordam:

– Se for assim, a que horas iremos jantar?

O tenente Faria Lemos vai falar sobre o assunto ao general Góis Monteiro. Outros oficiais prometem fazer o mesmo. E, depois de alguns minutos de incerteza, todos seguem para o Hotel dos Viajantes, onde se realizará sempre o jantar marcado para Barra Mansa. Um colega curioso pergunta a d. Maria Beltrão como haviam conseguido isso. E ela ironicamente, referindo-se à atitude conciliadora do almirante Protógenes:

– Ora, como! Com o ministro da Marinha.

Sento-me numa mesa onde também se sentam d. Maria Rosa Ribeiro, paulista de nascimento, d. Maria Beltrão, pernambucana, e o Dr. Silvestre Péricles.

O assunto da nossa conversa é o movimento armado. D. Maria faz perguntas constantes ao Dr. Silvestre:

- Quanto tempo durará a guerra?
- Acho que, se não houver algum inesperado, durará ainda muito.
- Quantas pessoas já morreram?
- É difícil saber-se.
- Quanto temos gasto por dia com a luta?
- Com as despesas de um lado e do outro e com o decréscimo das rendas, avalia-se em cerca de vinte mil contos.

– Que horror! – exclama d. Maria Rosa. – Olhe aqui: acho que o culpado de tudo foi o Sr. Flores da Cunha. S. Paulo, estimulado por ele para a guerra, foi por ele próprio traído. Não posso tolerar a sua atitude, que, se fosse outra, mesmo já depois de irrompido o movimento, teria evitado a luta e o derramamento de sangue.

Sexta-feira, 19 de agosto

Foi uma surpresa para mim. O oficial nunca deixara transparecer na minha presença sua simpatia por S. Paulo. Sem atacar o movimento revolucionário, também não defendia, mantendo-se numa atitude de discrição que era mais fácil levar em conta de bom senso e prudência do que admiração e aplauso ao gesto dos paulistas.

Hoje, à tarde, porém, na porta do Hotel Aliança, ele, depois de uma boa meia hora de conversa sobre a situação, declarou-me com uma segurança de admirar:

– S. Paulo venceu, indiscutivelmente. E para afirmar isto, basta recordar que, no mesmo dia em que rebentou o movimento armado, o Governo Provisório nomeou vários juristas para elaborarem o projeto constitucional, tratando, assim, de conceder ou de facilitar a maior aspiração dos revolucionários e confessando, desde logo, a sua derrota. Creio que, diante deste fato, os paulistas já podiam até largar as armas: a sua vitória é tão clara, tão flagrante, que só os cegos não a percebem.

O oficial dissera isso de tal maneira, tão inesperadamente, que eu cheguei a desconfiar da sua sinceridade. Mas logo verifico que ele me fala mesmo com a alma nos lábios, num destes desabafos que tanto aprazem a nós, jornalistas.

– Fique certo de que – continua, acentuando agora outros benefícios da atitude de S. Paulo – se não fosse a Revolução, a Constituinte não viria tão cedo. Era isso, pelo menos, o que tentava e queria o Clube 3 de Outubro. E a prova está na morosidade em que caminhavam os serviços eleitorais e nas dificuldades de toda a sorte que iam encontrando. Agora, porém, a coisa mudou. Os preparativos para as eleições se apressam: os jornais noticiam quase diariamente providências governamentais visando o estabelecimento do regime da lei. E eu aposto com quem quiser como não haverá, depois da Revolução, qualquer que seja o seu resultado, força capaz de impedir a eleição, em maio, da Constituinte. O sangue paulista não se está derramando inutilmente, pode crer. É um povo que combate e a um povo é impossível subjugar.

Agora, elogia o meu caro interlocutor o heroísmo de S. Paulo:

– S. Paulo, que luta com ardor e com fé, é o heroísmo em pessoa. Atente-se no seguinte: nós temos aqui, em cada destacamento, cerca de três mil homens; temos muita aviação e temos muita artilharia; eles não têm em cada destacamento nem 2.000 homens, não têm muita aviação nem têm muita artilharia. E, no entanto, é esta resistência formidável que estamos vendo, neste quase mês e meio de luta. É este entusiasmo extraordinário que faz dos seus prisioneiros autênticos triunfadores. Sabe o que disse um aspirante de artilharia, preso na zona da via férrea, em resposta a uma pergunta sobre quem dera os tiros na estação de Itatiaia? Disse isto, com uma altivez imperturbável:

– Fui eu. E o que desejava era que as granadas caíssem na cabeça do coronel Daltro Filho.

Aludo agora ao avanço das tropas ditatoriais e peço a impressão do oficial sobre a resistência paulista.

– S. Paulo ainda resistirá muito – diz-me ele. – Esses retraimentos que se têm verificado, aí na frente, são, ao que se acredita, calculados. São linhas avançadas que lutam para dar tempo a que se organize a verdadeira resistência. E essa resistência, segundo já assinalaram, mesmo, os nossos aviadores, terá lugar em Cachoeira. Ali estão sendo construídos abrigos de cimento armado, que suportarão, por muito tempo, o bombardeio da artilharia e da aviação.

E, despedindo-se:

– S. Paulo pode, materialmente, perder a luta, talvez por falta de armas. Mas não tenha dúvidas de que será a palmo e palmo e com muito esforço.

*

O capitão Otelo Franco seguiu para S. Paulo. Esta notícia, que ainda é quase desconhecida de Resende, não me surpreendeu. Ele aqui vivia torturado pela ideia de incorporar-se às forças constitucionalistas. Quando D. Alice Tibiriçá esteve em Barra Mansa, mandou mesmo dizer isso a sua família, ouvindo, dias depois, pelo rádio, a voz de seu filho de 8 anos de idade, que lhe pedia que fosse para lá o mais depressa possível.

No início desta semana, falou-me novamente o capitão Otelo da sua viagem, chegando a convidar-me para acompanhá-lo:

– Parto por estes dias. Sinto que o meu dever é bater-me ao lado de S. Paulo. Aqui estive até quando verifiquei que não era mais possível encontrar-se uma solução honrosa para a luta.

Todo mundo sabia das suas convicções. Porque ele tinha a coragem de externá-las abertamente, não apenas na vista de oficiais e até de soldados, mas na presença do próprio general Góis Monteiro. E que ninguém lhe falasse mal do movimento revolucionário. São Paulo era o santo da sua devoção que não podia ser atacado e para o qual todos os elogios eram poucos. Encontrava-se com qualquer pessoa conhecida, agarrava-lhe no braço e lá ia a defender a atitude dos paulistas, a deixar bem claras as razões que a originaram.

Uma tarde, eu estava no Hotel dos Viajantes com o coronel Moreira Lima e o coronel Ávila Lins, quando ele surgiu com o major Estillac Leal. O coronel Moreira Lima, aponta-os:

– Lá vem o Otelo convencendo.

O capitão Otelo aproxima-se. Mostra-se interessadíssimo por livros comunistas e pede-me para emprestar-lhe alguns. Convida-me, depois, a ir até uma casa de ferragens, onde também se vendem livros. Vamos os três. Ele entra lá e compra dois volumes.

No outro dia, encontro-o com uma série de artigos de Lenine que a Empresa Unitas, de S. Paulo, reuniu em livro, sob o título *No caminho da insurreição*. Estávamos na Estação, conversando num grupo de que fazia parte o capitão Buys. Dentro em pouco, chega o general Góis

Monteiro. E a um oficial que o acompanhava, apresenta assim, com um sorriso, o capitão Otelo:

– Aqui está um pacifista, que pretendo mandar, como aos demais, para a linha de frente.

Em seguida, despede-se. Mas, antes, vê o livro de Lenine e aposa-se dele:

– Está confiscado!

O capitão Otelo reclama, mas o general se dirige calmamente para o Q. G., sem se importar com a reclamação.

Sábado, 20 de agosto

Encontrei hoje, perto da Chefatura de Polícia, um soldado que me chamou a atenção. Vestia uma farda de casimira clara e tinha à cabeça um capacete de aço. A vestimenta era do soldado paulista. Mas não havia dúvida de que aquele era da Ditadura, tão serena estava a sua fisionomia e tão despercebida passava a sua pessoa. Aproximo-me dele e pergunto-lhe, sem maiores rodeios, se o capacete é mesmo de aço.

– É, sim senhor – responde-me.

E tira-o logo para mostrar-me esta inscrição, que se acha por dentro: “O povo paulista ao soldado da Constituição.”

Depois, satisfazendo a minha curiosidade, diz-me como o conseguiu:

– Eu fazia parte de um pelotão de reconhecimento. Já andáramos muito, sem nada haver encontrado. E a tarde estava desaparecendo, quando avistamos, afinal, uma trincheira. O nosso tenente pediu-nos o maior silêncio, a maior calma, as maiores precauções. Deveríamos tomar de surpresa aquela posição, aproximando-os pelos lados e colocando a nossa metralhadora de modo a varrê-la com segurança. Fizemos isso e depois assestamos todos os nossos fuzis.

– Rendam-se com todas as honras! – gritou o tenente.

Quem comandava os soldados da trincheira era um jovem aspirante. Ele olhou-nos com um olhar muito severo e, rápido, sacou do seu revolver.

– Morro, mas não me rendo! – exclamou, ao mesmo tempo que atirava contra nós.

Um dos nossos fez fogo e ele deu dois passos para cair morto, a mão no peito, num gesto de dor aguda. O corpo de um soldado também se estendeu por terra. Avançamos, então, para os outros e os prendemos. Tirei, em seguida, o capacete de aço do aspirante e fiquei com a roupa do soldado que tombou.

O homem narra o fato sem emoção, friamente. E depois acentua:

– Coitados! Morrem porque querem. Se se entregassem, não faríamos mais do que prendê-los. Mas não se entregam e ainda nos querem matar...

Agora, dá um novo depoimento sobre a disposição de ânimo dos adversários:

– Mas eu gosto dos paulistas, porque eles são mesmo valentes. Valentes e dispostos. Quando as nossas trincheiras estão mais ou menos perto, gritam de lá:

– Carioca! Bota a cabeça de fora que eu quero fazer o teu cabelo! Bota, carioca!

– Às vezes, pela manhã, ouvimos, igualmente, os seus gritos:

– Acorda, carioca! Lá vai a alvorada!

A alvorada deles é uma granada ou um *shrapnell* ou uma rajada de metralhadora.

– Carioca! – dizem também –. Ainda havemos de fazer a barba do Getúlio e do Aranha! Cadê o João Alberto, carioca? Manda o João Alberto pra cá!

Um dia, um sargento nosso se aborreceu com o desafio deles para botar a cabeça de fora e botou mesmo. O resultado foi perder parte do crânio e morrer instantaneamente.

– E vocês respondem a esses gritos? – indago.

– Nem sempre. A polícia sergipana é que gosta mais de responder.

O soldado cala-se e, esboçando agora um ligeiro sorriso:

– Estou me lembrando da polícia pernambucana. Ela chegou aqui bastante afoita. Um dia, há quatro dias, foi avançar muito e ficou quase toda prisioneira, perdendo ainda não sei quantos homens. Pelo mesmo motivo, também foi preso, há pouco, com o seu pelotão, o tenente Sousa Aguiar.

Depois disso, o soldado tira do bolso um cartão e me mostra. É do Correio Militar de S. Paulo, a cargo da M. M. D. C.. De um lado, um

soldado com a bandeira paulista e as seguintes palavras: “Tudo para um S. Paulo forte no Brasil unido.” Do outro lado: “O entusiasmo das tropas apressa a vitória. Pais, mães, irmãos, amigos, escrevi aos vossos soldados queridos, despertando-lhes o entusiasmo.” O cartão é dirigido ao Sr. Carlos A. Rodrigues de Moraes, do Batalhão Piratininga. É o seu pai quem lhe escreve, dizendo, entre outras cousas, aguardar sua “volta vitoriosa”.

Quando eu termino de lê-lo, o soldado informa-me:

– Temos encontrado inúmeras cartas pelo caminho. Numa, um pai dizia a um filho que preferia vê-lo morto na trincheira a vê-lo vivo com S. Paulo vencido. Uma cousa tremenda!

*

O coronel Ávila Lins, como sempre acontece, foi ontem visitar as linhas de gente. Ao chegar a Engenheiro Passos, um homem apresenta-se a ele para reclamar contra os soldados, que puseram a sua fazenda em cacarecos.

– Mas que hei de fazer? – diz o chefe de Polícia Militar. – Não podemos puni-los. Eles são revoltosos e estão do lado de lá.

– Não, senhor – retruca o homem. – Não foram os revoltosos, não. Foram soldados do 3º R. I.

Domingo, 21 de agosto

Estou, de novo, no Rio, depois de sete longas horas de sofrimento num trem da Central. O ambiente que aqui deixei não se modificou. Os aplausos ao movimento e a confiança na sua vitória têm o mesmo calor e a mesma intensidade.

Um amigo meu, alto funcionário público, dava-me hoje as suas impressões sobre a situação:

– Acho que este governo não se aguentará em pé por muito tempo. Ele caiu de tal maneira no conceito público que a sua manutenção representará mesmo uma grande afronta à vontade do povo. E, para se verificar este fato, basta considerar-se a atitude atual do Rio, do mesmo Rio que foi dos mais decididos partidários da candidatura Getúlio Vargas, em 30. Lembro-me bem do dia 27 de outubro, quando correu na Avenida a notícia de que um batalhão da Polícia Militar se havia revoltado contra

o triunfo do movimento revolucionário. Foi um caso sério. Quase todo mundo correu para o Quartel-General e para o 3º R. I., a fim de buscar armas e combater os rebeldes. Populares invadiram e arrombaram casas de armas, tomando, em seguida, automóveis que os conduziam ao local da luta. Outros atacavam, em plena rua, os soldados da Polícia, procurando vingar-se, assim, do gesto dos seus acamaradas insurgentes. É tudo isso para sustentar o Sr. Getúlio Vargas. Hoje, que diferença! O carioca faz conflito na Avenida, mas faz precisamente contra o atual chefe do Governo.

*

O general Góis Monteiro chegou hoje ao Rio às 2 horas da tarde. A sua viagem, inesperada como foi, constituiu uma surpresa e deu margem a que a imaginação do carioca trabalhasse incessantemente na descoberta dos motivos que a determinaram.

Dia de domingo, sem vespertinos, a notícia era, de início, apenas conhecida por um reduzido número de pessoas. À noite, porém, já se havia espalhado por todo o Café Belas-Artes ou, melhor, por quase todo o Rio. Muitos governistas, diante dela, amainaram um pouco o seu entusiasmo ditatorial, enquanto os partidários do movimento armado exultaram.

Palavras de um extremista:

– O Góis está dançando em corda bamba. Mas ele tome cuidado! O João Alberto está aí mesmo para matá-lo. No seu próprio Estado-Maior, há, aliás, gente incumbida de assassiná-lo à primeira manifestação positiva sua, contrária ao Governo.

Opinião de um confrade, exaltado amigo de S. Paulo:

– Acho que o Góis veio expor lealmente ao Getúlio a gravidade da situação. Ele deve estar certo de que a frente paulista não é tão fácil de romper-se e quer, assim, falar, pessoalmente, ao Governo sobre a conveniência de fazer quanto antes a paz.

Não digo nada. O meu confrade olha-me e parece que vê no meu silêncio uma divergência:

– Sim, porque cada dia que se vai é mais uma vitória para S. Paulo e mais um passo para a morte do Governo. Demonstra, pelo menos, a sua incapacidade para dominar um “movimentozinho” que, como diziam no começo os comunicados oficiais, se circunscrevia apenas à capital

paulista, porque Santos fora tomada pelo irmão do general Miguel Costa e as guarnições do interior haviam ficado com a Ditadura. Até hoje, no entanto, já se foram quarenta e três dias de guerra e o Governo não conseguiu sequer atingir Silveiras.

E, em seguida, referindo-se a um dos conflitos da Avenida:

– O João Alberto estava num automóvel, nas imediações do Jockey Club. Ali se achava também um tenente com metralhadoras. Vendo a agitação popular, o João Alberto impacientou-se e mandou avançar as metralhadoras. Sua ordem não foi executada. Ele, então, gritou:

– Avancem! É um coronel do Exército que está mandado; não é paisano, não!

Mas o tenente não obedeceu à ordem e disse:

– Coronel! Pense na sua responsabilidade!

*

Seguiu ontem para S. Paulo mais um aviador, o capitão Aderbal de Oliveira, levando o último *Newsport* do Campo dos Afonsos.

O fato causou grandes aborrecimentos nos arraiais governistas, tendo sido demitido o diretor da Aviação.

Segunda-feira, 22 de agosto

Hoje, pela manhã, vou ao Hotel América a fim de falar com o general Góis Monteiro. Ele está, no momento, conversando com o coronel Lúcio Esteves, comandante da Polícia Militar. A conversa dura ainda cerca de meia hora, depois do que o coronel se despede e sai. O general está também de saída e convida-me a sair com ele. Vamos a pé, pela Rua Carvalho Monteiro. Pergunto-lhe, primeiramente, o que há de novo.

– Conspirações, mas que não dão futuro – diz-me.

Conto-lhe, depois, o que ouvira ao rádio na noite anterior, a um rádio instalado na Gávea, porque os da cidade são inutilizados por ordem do capitão João Alberto. Segundo a *Plateia*, de S. Paulo, o capitão Otelo Franco, chegado a Cachoeira, declarou ao coronel Euclides de Figueiredo que ele, general Góis, não gozava da confiança da Ditadura, que tinha a sua correspondência violada e que estava sendo vigiadíssimo pelo Clube 3 de Outubro, cujo pessoal era, finalmente, quem dirigia a luta.

O general declara-me que já conhecia os termos da entrevista, porque a ouvira também, e acrescenta:

– Realmente, de vez em quando, vejo que alguma correspondência minha é violada. Atribuo essa medida policial ao fato de receber eu muitas cartas, solicitando a minha intervenção a fim de fazer a paz. Não me aborreço, entretanto: aceito-a até de bom humor, porque, assim, ficará demonstrada a minha lealdade, caso haja, a esse respeito, desconfiança de alguém. Sou incapaz de qualquer traição e, no cumprimento do meu dever, arriscarei a própria vida. Não sei, agora, se outros poderão dizer o mesmo.

O general faz-me estas declarações parado à esquina da Rua Carvalho Monteiro. Dobramos, em seguida, a rua Bento Lisboa, e ele prossegue:

– O Otelu falou em Clube 3 de Outubro... Para mim, o Clube 3 de Outubro está morto desde maio, quando dele me retirei com os meus amigos, por vermos desviadas as finalidades em nome das quais o fundamos. Não tomo conhecimento da sua existência. E vou mesmo contar-lhe o que disse ao Dr. Pedro Ernesto, na sua recente visita ao setor que dirijo. Ele foi primeiro à frente de Silveiras e depois passou em Resende. Tivemos, então, oportunidade de conversar.

– Peço ao senhor – declarei-lhe – para não me aparecer mais aqui na qualidade de presidente do 3 de Outubro. Isso causa, evidentemente, muito mau efeito na tropa. Também não me fale mais nesse clube. Ele está desaparecido quer o Governo vença, quer não.

– E que respondeu o Dr. Pedro Ernesto?

– Nada.

O general acende um cigarro e continua, incisivo:

– Também não precisa muita inteligência para verificar-se a origem dos atuais acontecimentos. Eles são fruto do extremismo outubrista, que, por muito tempo, pôs o país em sobressalto, com a propaganda das suas ideias exóticas e com a prática dos seus processos violentos. Está claro que não podemos viver mais nos extremos. O Brasil não comporta esta política, que é, além de tudo, contrária às próprias leis naturais. A violência, por outro lado, nada constrói. Violência talvez seja até sinônimo de fraqueza. Só a emprega, realmente, quem não possui a seu favor a razão e o bom senso, quem quer fazer tolices e loucuras. Ao Clube 3 de Outubro, cabem, sem dúvida, culpas enormes no transe horrível que atravessamos.

Estamos na esquina de Correia Dutra, falando agora da situação militar de S. Paulo. Pergunto ao general quantos homens, ao seu ver, tem, em armas, o Exército Constitucionalista.

– Uns cem mil, mais ou menos.

Aludo à confiança do Rio no triunfo militar do movimento.

– Não está fora das possibilidades – acentua.

Transmito-lhe, então, uma pergunta que um amigo me fez ainda hoje, depois de saber de sua chegada e diante das notícias desencontradas que corriam sobre os seus objetivos:

– Por que o general ainda continua defendendo o Governo?

– Mas que atitude deveria eu tomar? – indaga-me ele. – Entregar os pontos, sem mais nem menos? Passar-me para o lado de lá?

Dou ao general a mesma solução que já me dera aquele amigo:

– Demitir-se do comando das forças.

– Não! Isso nunca! – exclama. – E a tropa? E os meus oficiais? Que não diriam eles? Eu me tornaria, para toda a vida, um chefe desmoralizado. Não, prefiro ser vencido.

O assunto agora são as operações militares. O general declara que elas vão andando bem e, referindo-se o último combate de Cunha, em que as tropas do Governo foram derrotadas, diz que já estudou um novo plano de ataque àquela forte posição paulista.

Interrogo-o sobre a ofensiva revolucionária na região de Pedreiras.

– Sim – informa-me ele. – Os paulistas tomaram o morro das Pedreiras depois de três dias de ataque, mas nós estamos lutando para retomá-lo.

Agora, é a resposta do general Klinger a um radiograma seu que o comandante das tropas ditatoriais comenta:

– O Klinger só fala ali em cousas metafísicas, enquanto eu apresento casos concretos. Ele alude muito, por exemplo, à constitucionalização, regime da lei, etc... Pois bem: se se fizesse a paz neste momento, eu me comprometeria a bater-me perante o Governo por que a Constituinte fosse convocada dentro de três meses.

*

Encontro, mais tarde, na Livraria Garnier, os srs. Carlos Pontes e Flexa Ribeiro. Encontro-os otimistas e ansiosos por notícias. Dou-lhes as que tenho e ouço os seus comentários sobre a situação.

– Eu não sei porque – observa o Sr. Flexa Ribeiro – o Sr. Getúlio Vargas ainda não se dispôs a deixar o Governo. Além dos exemplos que lhe fornece a nossa história, como o de Pedro I e o de Deodoro da Fonseca, que abandonaram o poder ao verificarem a incompatibilidade existente entre eles e o povo, há o exemplo recentíssimo de Afonso XIII, que pertencendo a uma dinastia cheia de tradições, preferiu descer do trono a ver a Espanha lançada numa guerra civil. E a cousa toda, entre nós, quase que gira apenas em torno de Sr. Getúlio Vargas. A paz talvez só dependa dele.

*

Pela manhã, eu ouvira falar que a Marinha encabeçaria, às 14 horas, um movimento contra a Ditadura, aqui no Rio, e que o início desse movimento seriam duas fortes explosões.

À tarde, antes da hora marcada, fui à Avenida. As minhas vistas de conhecedor prévio de um fato tão grave e tão importante notaram logo, aí, um movimento, desusado. Para elas, todas as fisionomias denunciavam preocupação. Para elas, todos já sabiam do que ia, dentro em pouco, suceder. E tanto mais quanto os cafés estavam cheios de gente de gravata preta, que falava baixinho, olhando para os lados (a gravata preta é o distintivo dos partidários de S. Paulo e, segundo me informaram, quer dizer luto pelos que tombam em defesa da Constituição). Comecei, daí em diante, a desconfiar da atividade do meu relógio. Os seus ponteiros miúdos e dourados como que tinham preguiça, não andavam, não cumpriam o seu dever. E o próprio tempo parecia-me haver interrompido a sua marcha.

Mas, finalmente, chegaram, a muito custo, às duas horas da tarde. E, com elas, as duas explosões anunciadas, partidas da Espalanada do Castelo.

– O forte de Villegaignon içou bandeira vermelha e o Governo está deposto – era o que se dizia por todo o canto.

E não tardou muito a que surgisse pela Avenida, saindo não se sabe de onde, um grupo enorme de pessoas, com uma moça à frente, vivendo, entusiasticamente, S. Paulo e dando “morras” à Ditadura. A polícia logo apareceu para fazer debandar a multidão, para proibir que se ficasse parado pelos passeios e para ameaçar-nos com os seus revólveres selvagens. De repente, tiros, vindos das bandas da Galeria Cruzeiro. Gritos. Correias. Confusão. Nas linhas de combate, ao brado rouco das armas de guer-

ra, a defesa é deitar-se. Aqui, na Avenida, a defesa é correr. Uma senhora e um cavalheiro, que se achavam nas imediações do Café Belas-Artes, ao primeiro recuo da massa, recuaram também para a esquina do Clube Naval, onde eu me encontrava.

– Vamos para casa – dizia muito suado, o cavalheiro. – Esta inquietação é horrível! Vamos embora!

– Se você quiser ir, vá, que eu fico – falava a senhora. – Só saio daqui quando vir em que dá isso. E sou até capaz de, antes, quebrar a cara de um desses policiais miseráveis que estão matando o povo.

Pouco depois, cessava o tiroteio. Mas o sangue carioca já molhava a Avenida, num veemente protesto contra o prolongamento da Ditadura e numa vibrante afirmação de ideal constitucionalista.

À noite, o Governo fazia divulgar, alegremente, uma nota, explicando o que ocorrera: as explosões ouvidas haviam sido provocadas por duas bombas colocadas na Esplanada do Castelo e a bandeira vermelha içada pelo Forte de Villegaignon era sinal de visita médica.

Terça-feira, 23 de agosto

Estou de regresso a Resende, dentro do mesmo trem vagaroso e agora apinhado de passageiros que não acharam mais lugar e vão de pé. Novas paulificâncias, com muitas paradas e muitos solavancos. E Resende aparece-me às horas da noite, toda triste, toda embuçada em neblina.

Lembro-me do Rio. Deixei-o ansioso por uma atitude que a Marinha até agora não tomou. A voz das ruas afirma que ela está contra o Governo e adianta que um grupo de oficiais já foi mesmo ao gabinete do almirante Protógenes Guimarães para declarar que se achava de corpo e alma com o movimento paulista. Mas o que há até agora de mais verdadeiro é que o comandante Durval Guimarães se dirigiu, em longa carta, ao ministro da Marinha, convidando-o, em nome dos seus camaradas, a negar o seu apoio à Ditadura para ficar com a maioria de sua classe.

O carioca não perde, assim, as esperanças na Marinha, como ainda não perdeu em Minas e no Rio Grande. Ainda ontem, depois do conflito da Avenida, foram distribuídos boletins em que se aconselhava a todas as tropas obediência apenas às ordens emanadas do almirante Protógenes, cuja figura aparece, deste modo, capaz de conciliar as forças divergentes.

Na manhã de hoje, um recatado adepto da Revolução, de inteligência viva e de raciocínio claro, depois de me dar notícias sobre a disposição de ânimo da Marinha, a que falta apenas, ao seu ver, um grande chefe, à altura do momento, chamava-me a atenção para o espetáculo a que estamos assistindo:

– Quem não reconhece o triunfo de S. Paulo? O Código Eleitoral que, por assim dizer, havia sido posto de parte, já está sendo cumprido, de maneira a podermos ter eleições a 3 de maio. A maior unidade da Federação, a mais civilizada, a mais culta, a mais rica, encontra-se como um só homem, em pé de guerra. O Exército e a Marinha estão divididos. A maioria das populações e as políticas de Minas e do Rio Grande do Sul, que fizeram a Revolução de 30, e as de quase todos os Estados, estão ao lado de S. Paulo. As mais altas expressões da vida pública brasileira, como os Srs. Artur Bernardes, Venceslau Brás, Borges de Medeiros, Raul Pila e o próprio ex-presidente Epitácio Pessoa, sem falar nos paulistas e nos homens dignos que caíram em 1930, apoiam o movimento e são simpáticos a ele. O Rio que, como dizem, é o termômetro da opinião nacional, já excomungou os atuais senhores do poder. Atente você para este quadro e me responda como, com que cara, depois disso, este governo se apresentará ao povo. Pois se ninguém o quer? Aliás, ele já havia sido julgado pelo país, desde quando perdeu o crédito para as nossas mais ponderáveis forças políticas, que, apesar dos seus insistentes apelos, não lhe confiaram sequer um ministro para a pasta da Justiça, até agora vaga. Recorde a nossa história. Nunca houve o caso de um Estado recusar um ministério e um ministério tão importante como o da Justiça. Este fato é bastante, efetivamente, para definir um Governo.

*

Apesar de estar Resende militarmente ocupada, os seus hotéis não se fecham antes da chegada do trem. E há sempre, a essa hora, pelas suas salas, oficiais a palestrarem. Hoje, encontro dois no Hotel Aliança. Um deles, que me conhece, chama-me para perguntar como vai o Rio. Digo-lhe sinceramente do entusiasmo da Capital Federal pela causa tão bravamente defendida por S. Paulo. O oficial comenta as minhas palavras, fala da situação e, de assunto em assunto, já se refere à atitude do Sr. Artur Bernardes.

– Eu, se fosse o Governo – acentua – já teria mandado prender o Bernardes. Indiscutivelmente, ele tem prestígio em Minas. E, se quiser fazer uma bagunça, faz mesmo.

Agora, trata do discurso que o Sr. José Américo pronunciou no rádio:

– Sempre admirei o José Américo. Acho-o um homem honesto e digno. Mas não gostei, francamente, do seu último discurso. Para mim, antes de tudo, ele deveria tê-lo feito logo que chegasse ao Rio e não agora. Depois, ali se percebe uma certa indecisão, o desejo de acender uma vela a Deus e outra ao Diabo. Um discurso, enfim, um tanto oportunista, que o Sr. Antônio Carlos, com o seu malabarismo, poderia ter pronunciado.

Quarta-feira, 24 de agosto

O coronel Ávila Lins gosta sempre de conversar com os jornalistas. A gente chega à Chefatura de Polícia, ele recebe com amizade e dentro em pouco já o estamos ouvindo. Fala-nos sobre vários assuntos. Paraibano, refere-se à Paraíba e critica alguns dos seus homens públicos, entre os quais o ministro José Américo. Recorda a sua permanência na 2ª Região Militar e dá-nos o seu testemunho sobre a situação em S. Paulo. Trata dos combates do dia e mostra-se sempre otimista quanto à vitória do Governo.

Hoje, porém, ele não me falou de nada disso. Contou-me apenas o seguinte fato:

– Eu fora informado de que, na Fazenda Riachuelo, nas imediações de Formoso, havia uns barris de aguardente, com a qual vários soldados já se tinham embriagado. Diante da denúncia, tomei logo as providências necessárias, mandando para lá um sargento com a incumbência de destruir os barris. O sargento, que foi acompanhado de alguns soldados, entendeu-se com o dono da fazenda e, inteligente e palrador, logo desenvolvia considerações sobre os males provocados pelo álcool. Disse que, principalmente para os soldados, o álcool era uma infelicidade. O soldado vive da disciplina, que deve presidir-lhe todos os atos. Pois bem – frisou – a embriaguez é inimiga irreconciliável da disciplina. E o soldado que bebe torna-se, fatalmente, um indisciplinado. Nestas condições, os camaradas que ali estiveram, embebedando-se e cometendo tropelias, procederam muito mal, tanto mais quando a nação está em guerra e é terminantemente proibido o uso de álcool.

O coronel Ávila Lins narra este episódio entre risos, adiantando que ele é, realmente, pitoresco. Foi mais adiante, frisando que o mal advindo para o soldado do uso do álcool não consistia apenas na quebra da disciplina. Havia ainda outro lado da cousa a considerar. Podia ser também que a aguardente estivesse viciada ou, melhor, que na sua fabricação, houvessem posto ingredientes prejudiciais à saúde. Assim, não estando em condições de ser ingerida, ela deveria, mais tarde, fazer sofrer horrivelmente o organismo dos soldados e de todos quantos a bebessem.

Além do jornalista, havia na sala mais dois oficiais. Até aí, o fato era banal. Um sargento com ares de mestre-escola e nada mais. Onde, pois o pitoresco que o coronel Ávila Lins prometera? O chefe de Polícia Militar parece ter percebido a minha impaciência:

– Depois de dizer isso, o sargento quis ver desde logo se os seus camaradas que se embebedaram não iriam sofrer para o futuro.

– Vamos experimentar esta aguardente – falou. – Eu saberei, então, se ela é boa ou ruim e poderei dizer alguma cousa, com segurança, sobre o futuro que espera os meus camaradas!

Começou, assim, o sargento a beber a aguardente. Bebeu muito. Bebeu até não poder mais. Os donos da fazenda ficaram embasbacados. Nunca tinham visto beber tanto. E o doutrinador, continuando a ingerir o álcool:

– Era de tarde. O sargento ficou inteiramente embriagado. Não queria, no entanto, que se dissesse isso. E, para provar o contrário, para provar que estava com a sua “cabeça no lugar”, alinhou umas tantas garrafas, das quais tirou, um a um, com a sua magnífica pontaria, todos os gargalos. Mas, depois, desmanchou a figura que fizera: vendo umas vacas, achou de transformá-las em soldados, e haja de dar-lhes ordens de marchas, meia-volta, alto. A cousa chegou a tal ponto que foi preciso que eu, avisado, mandasse buscá-lo.

Quinta-feira, 25 de agosto

Os soldados gaúchos são aqui olhados com certa curiosidade, pelas suas maneiras e pelos seus hábitos bem diferentes dos de seus camaradas de outras regiões. E esses hábitos lhes permitem até, na frente, uma situação um tanto privilegiada. Mesmo debaixo de fogo, por exemplo,

eles não dispensam, ao que me informaram, um certo tempo para o seu churrasco.

– O coronel Guedes Fontoura – dizia, ainda outro dia, a esse respeito, o coronel Moreira Lima – anda muito aperreado com a brigada gaúcha. De manhã, ela só briga depois do churrasco. E desse costume não há quem a afaste.

Os gaúchos também não gostam da luta de trincheiras. Acostumados com a planície, com a pampa, onde os combates se fazem corpo a corpo, a golpes de baioneta, eles acham simplesmente detestável esta região, cheia de montes e de montanhas para transpor. Um soldado rio-grandense, com quem conversei numa das minhas viagens às linhas de frente, assim a definiu:

– Arre! Este terreno chega a dar corcovos!

– Eu preferia – acrescentou um cabo – estar no Exército Sul. Lá, pelo menos, há mais planura.

Outra coisa que tem igualmente atormentado muito aos gaúchos, como, aliás, a todos os soldados, são os carrapatos.

– Estes desgraçados – falava-me um oficial da Brigada – são os nossos piores inimigos. Parecem até contratados pelos adversários. Agarram-se com unhas e dentes aos soldados e os deixam quase em petição de miséria. Depois do seu ataque, o soldado está cheio de dores e pelo menos durante alguns dias fica inutilizado para o combate com os paulistas, porque vai combater os carrapatos. Oh! Bichinhos infames!

Apesar disso, porém, e ao contrário do que se deu no começo⁸, a brigada tem lutado muito, ultimamente.

O coronel Carneiro da Fontoura contou-me, mesmo, há alguns dias, que os paulistas, diante da ação dos seus soldados, não se cansam de gritar: – Oh! Gaúcho! Vocês não são mais gaúchos! Vocês já são jagunços!

8 O 4º Batalhão, por exemplo, com os seus oficiais muito amigos do dr. Borges de Medeiros, manteve-se, até pouco antes, numa atitude de resistência passiva, sem querer atacar os constitucionalistas.

*

Duas novidades apresentou aqui o Governo nesta última semana: os canhões 120 da Marinha e os novos aviões comprados na América do Norte.

Os canhões 120 têm passado quase o dia inteiro em atividade, mandando os seus tiros formidáveis para as linhas de Cruzeiro. Estão colocados em Engenheiro Bianor, sob a direção do capitão Ricardo Hall, e já foram localizados pela aviação paulista, que, ainda há poucos dias, lhes atirou algumas bombas.

Os aviões americanos, para quem os vê voando, pouco se distinguem dos outros que aqui já se encontravam. Apenas, alguns têm motores mais silenciosos.

*

O general Góis Monteiro não regressou diretamente do Rio para Resende. Esteve primeiro em Minas, visitando os destacamentos do coronel Cristóvão Barcelos, que opera no Túnel, e do general Jorge Pinheiro, que atuam na zona de Itajubá.

Só ontem, deste modo, chegou aqui e, segundo me dizem oficiais que já o ouviram, chegou muito bem impressionado e muito otimista.

Fala-se, com insistência, numa ofensiva que ele ordenara por Itapira, visando Campinas. O seu plano é apertar S. Paulo por Minas e pelo sul, aguentando a defensiva no vale do Paraíba. E a opinião geral é de que, bem sucedida a ofensiva por Minas, os paulistas não poderão mais sustentar a luta.

– A viagem do general ao Rio, como vê, não poderia proporcionar satisfação aos amigos de S. Paulo – observa-me um major, a quem conto as versões correntes sobre a atitude do comandante do Exército de Leste.

Sexta-feira, 26 de agosto

De vez em quando, eu descubro aqui um oficial franco, que me fala com toda a sinceridade – pontos claros na noite escura da discricção militar. Hoje, descobri mais um. Era cerca das 20 horas. Saímos juntos do Hotel dos Viajantes, atravessamos a linha férrea, passamos pela Chefatura

de Polícia Militar, entramos no beco que lhe desemboca bem em frente, dobramos três vezes à direita mais adiante, tornamos a passar pela Chefatura e ficamos, então, a andar ao longo da rua paralela à Estação.

Gorki conta que um siberiano, organizador de um destacamento de guerrilheiros para combater Koltchak, lhe declarara, certa vez, com tristeza:

Tínhamos derrotado um destacamento de Koltchak, tomando-lhe três metralhadoras e um canhão pequeno, depois de havermos abatido uns cinquenta homens. Quanto a nós, não ia além de setenta e um o número de baixas. Pois bem: mais tarde, estávamos descansando, quando os meus rapazes deram para indagar de mim: “Mas a verdade não estará com o Koltchak? Não estaremos marchando contra nós mesmos?”

Percebo no oficial com quem estou conversando agora esse mesmo estado de espírito, essa mesma dúvida que levou um destacamento de camponeses de Koustanai a passar mais de vinte vezes dos bolchevistas para Koltchak:

– No início – fala-me ele, com a sua voz calma – dizia-se que o movimento era reacionário e visava elevar os homens da República Velha. Achando um crime a volta ao regime antigo, não tive dúvidas, diante disso, em apoiar o Governo. Mas, agora, depois de passados tantos dias, é outra cousa o que se observa. Ninguém ouve mais sequer alusões a políticos. E o general Klinger, no seu discurso do dia 9, chegou a acentuar que os partidos que prepararam o movimento foram a isso forçados pelas circunstâncias, porque, ou o canalizariam, ou seriam por ele tragados. Dizia-se também que os oficiais que ficaram com S. Paulo, ficaram enganados. Mas, hoje, já não se pode dizer o mesmo. Do contrário, as proclamações do general Góis Monteiro e as notícias que o Governo espalha diariamente pelo rádio teriam surtido outro efeito.

E, no mesmo diapasão de voz:

– Isso tudo não nos deixa de abalar. Não terá um ideal nacionalista um movimento assim, recebido com tantas simpatias pelo país inteiro e tão difícil de ser dominado?

Paramos ligeiramente num poste, defronte da composição, onde, até há poucos dias, estavam instalados os serviços do Q. G. O oficial fala agora com mais firmeza:

– Segundo noto, a Ditadura não possui o apoio do povo e está vivendo até hoje por causa de alguns chefes militares que, contando com seguras amizades no Exército, se mantêm ao seu lado. O general Góis Monteiro, por exemplo, é um dos seus maiores esteios. Nós aqui estamos lutando, não pelos bonitos olhos do chefe do Governo Provisório, mas porque o general, em quem reconhecemos um chefe merecedor da nossa admiração e da nossa confiança, nos ordena que lute. Acredite, porém, que, no dia em que ele deixar o comando das forças, a cousa mudará de figura. Será um passe-passe dos diabos.

Retomamos o caminho, já agora para regressar ao hotel. E o oficial diz-me ainda:

– A grande maioria dos oficiais que aqui combatem, pode crer, estão com o seus corações em S. Paulo, que é, realmente, um motivo de orgulho para todos os brasileiros. Mesmo entre o pequeno número de apaixonados pela Ditadura, encontram-se admiradores da bravura, da resistência, da fé e do entusiasmo dos soldados paulistas. Também o fato de estarem lá nas trincheiras o que há de mais fino na sociedade bandeirante leva os defensores do Governo a considerarem melhor a causa que combatem e a respeitarem mais os adversários.

Sábado, 27 de agosto

Eu já disse que as notícias de S. Paulo são aqui procuradas com a maior sofreguidão, como mercadorias raras, como gêneros de primeira necessidade em casa de pobre. Todos desejam, efetivamente, conhecer o que se passa no grande Estado. E, agora, então, com a retirada, depois da partida do capitão Otelo Franco, do rádio da Chefatura de Polícia Militar, a ansiedade aumentou. Os jornais paulistas, encontrados nas trincheiras, mesmo aos pedaços, são lidos da primeira à última palavra por um sem número de pessoas e ainda enviados ao Q. G. E os revolucionários prisioneiros recebem aqui como que um vomitório: os oficiais incumbidos de interrogá-los só os deixam mesmo quando percebem que eles nada mais têm a dizer de novo sobre S. Paulo.

Foi um voluntário preso quem trouxe até Resende esta informação a respeito do alto comando das forças constitucionalistas, a qual um tenente me transmitiu:

– Há crise no alto-comando constitucionalista. O general Isidoro afastou-se desde o começo da chefia do movimento por não concordar com a orientação seguida pelo general Klinger. Ele queria que a luta se decidisse em Cachoeira, onde se deveria preparar uma tremenda resistência, diante da qual o Governo entregasse os pontos, certo da impossibilidade de transpô-la. O coronel Euclides de Figueiredo também não ficou satisfeito, pois o seu plano era avançar desde o início, mantendo-se em ofensiva permanente. O comandante-geral das forças revolucionárias, porém, não quis nem sequer nada disso: acha que os paulistas devem ficar sempre em defensiva, esperando o auxílio de outros Estados. Tomou esta deliberação e daí ninguém o tira. Quando foi da primeira visita do Dr. Getúlio Vargas à frente de operações em Formoso, o coronel José Joaquim de Andrade, avisado, desejou fazer uma manobra a fim de ver se prendia o chefe do Governo. Mas, consultado, o general Klinger discordou e a manobra não se fez. Partidário da defensiva, disse o prisioneiro, ele não admite nem contra-ataques. E, se algum tem sido feito, não foi, pode-se dizer, com o seu assentimento. A sua palavra de ordem é: “sustentar o fogo que a vitória é nossa”.

*

Como já assinalai, não há entusiasmo entre as forças governistas. Lutando mais por dever do que por gosto, muitos oficiais já agora se recusam a ir para a frente, dando parte de enfermos ou apresentando outros motivos.

Sentado comigo num dos bancos da praça da Matriz, um oficial, muito ligado ao general Góis Monteiro, falava-me hoje assim, a esse respeito:

– É claro que lutamos com muito mais boa vontade como revolucionários, porque estamos fazendo uma revolução para nós, além de não contarmos com os embaraços que contamos como governistas. Mas é preciso saber também que, se o Governo remunera os oficiais, é para que eles, nos momentos necessários, cumpram, de qualquer maneira, as ordens que recebem. A vida não lhes pertence. Pertence ao Governo, que a adquire com o soldo pago, religiosamente, durante toda a existência.

*

A ofensiva paulista, na região de Pedreiras, produziu os seus efeitos, tendo sido retomado o morro de que os ditatoriais se haviam apossado.

Um soldado espirituosamente, pertencente ao R. I. e chegado do *front*, dava-me, na porta do Correio Militar, notícias sobre a situação daquela zona:

– Aquilo lá é horripilante, tétrico mesmo. São inúmeros os cadáveres que se estendem pelo chão, desprendendo um cheiro excessivamente mau. Nós tomamos o morro e os paulistas o retomaram. Na luta, morreu muita gente. Conseguimos enterrar alguns soldados. Mas os que ficaram, entre as nossas linhas e as linhas adversárias, tiveram de permanecer à flor da terra, porque a região é denominada não só pelas nossas armas, como pelas dos revolucionários.

Um soldado aproxima-se e cumprimenta-o, com efusão. Ele pede-lhe que espere um pouco e, respondendo a uma pergunta minha, sobre os paulistas, declara com vivacidade:

– São muito corajosos. Também são bem alimentados, bem vestidos e possuem, além de tudo, capacetes de aço, que lhes aumentam bastante o moral. Eles podem, pelo menos, levantar a cabeça, na trincheira, mais do que nós.

– Para combater na maior guerra que já tivemos – intervém, gravemente, o outro soldado – o Governo dá-nos capacetes de papelão...

Domingo, 28 de agosto

Neste domingo calmo, apelo para os livros e para os jornais. Nos jornais, esta novidade: a próxima partida de uma comissão de intelectuais e de comerciantes, que vai a S. Paulo tratar da paz.

A notícia causa aqui muita sensação. E a atitude do Governo, consentindo na viagem dos pacifistas, provoca mais tarde, na sala do Hotel dos Viajantes, comentários desencontrados. Uns oficiais acham que, com isso, o Governo dá, indiretamente, o seu apoio aos propósitos da Comissão e dá, ao mesmo tempo, uma prova de fraqueza. Outros, porém, são de opinião que ele age muito bem, pois demonstra a sua boa vontade em solucionar dignamente a grave situação que se criou para nós.

Quanto aos resultados da missão pacificadora, há também divergências. Alguns julgam que a Comissão nada arranjará em S. Paulo, como nada arranjou o Sr. Maurício Cardoso. Outros acreditam que os paulistas concordarão em procurar em fórmula honrosa que ponha termo à guerra.

Quando terminará a luta? É isso que todo mundo deseja saber e ninguém sabe. Já interroguei, neste sentido, vários oficiais que me afirmaram, sinceramente, a sua ignorância. E um até me contou a história do *chauffeur* que, tendo sido encarregado de indagar a opinião de Joffre sobre o fim da Grande Guerra, foi, antes, surpreendido com a mesma pergunta partida do marechal:

– Então, *chauffeur*, quando acabará isso?

O que se pode assegurar, porém, é que todos desejam a terminação da luta. Hoje, em seguida ao jantar eu e um oficial conversamos sobre o assunto, depois de aludirmos à tentativa de pacificação dos comerciantes e intelectuais do Rio. A palestra começou na Estação e foi ter ao outro canto da cidade.

– Quase dois meses já bastam – afirma o oficial – para demonstrar a força do movimento armado que combatemos. Se até agora o Governo não conseguiu dominá-lo, para que continuar a luta, para que continuar sacrificando vidas e esgotando o país? Se se tratasse de comunismo ou de separatismo, está claro que deveríamos empenhar todas as nossas forças para vencê-lo. Mas não é isso que se dá. S. Paulo bate-se por uma Constituição para o Brasil: as declarações dos chefes revolucionários são muito positivas e esclarecem bem as finalidades do movimento, movimento nacional, porque os seus objetivos são, realmente, os do resto do país.

Estamos caminhando pela longa rua onde fica instalada a agência do Correio. É ainda o oficial quem fala, referindo-se agora à atuação do Governo Provisório:

– O Governo Provisório devia ter aproveitado melhor as simpatias públicas de que era senhor, em outubro de 1930. Mas o triunfo fácil como que o deslumbrou, levando-o a esquecer as promessas feitas à nação e a ficar à margem das esperanças do povo. Foi o motivo do seu descrédito, este de não haver pesado as graves responsabilidades que assumira, com a vitória da Revolução. Derrubara-se uma ordem de coisas, que já

não se podia conter de pé, e era preciso criar-se outra, de acordo com as aspirações nacionais. Não foi isso, porém, o que se viu. Pode-se dizer que quase não se fez construção nova sobre os escombros da República Velha. Numa arrogante demonstração de incapacidade, a Revolução continuou, depois de vencedora, a destruir, não já os homens e as coisas do regime deposto, mas os homens que a pregaram e as ideias graças às quais se tornou triunfante. Estabeleceu-se, então, um regime militarista, em que só mandavam as baionetas. E o programa da Aliança Liberal, que mereceu os aplausos do povo e que o levou a apoiar o movimento armado, foi logo posto de lado para dar lugar aos “princípios” revolucionários, que nada mais significam do que estrangulamento das liberdades públicas, despotismo, domínio completo da força material. Com esses “princípios”, nada de bom, evidentemente, se poderia fazer. E o fato é que a desordem começou a tomar conta do Brasil.

Voltamos, depois, para a praça da Matriz. O oficial deseja ir ao cinema, que é uma das únicas distrações de Resende. Acompanho-o, calado, a ouvir, com atenção, às suas palavras de crítica severa aos dominadores:

– Durante este ano e tanto de Ditadura, o Brasil, apesar de nominalmente governado pelo Sr. Getúlio Vargas, foi dirigido por vários inexperientes e exaltados, cuja ação se identifica perfeitamente nos acontecimentos que se desenrolaram durante esse tempo. Diz-se no Rio Grande que o atual ditador é um “magnífico segundo e um péssimo primeiro”. De fato, ele nunca dispensou, no Catete, um responsável mais direto pela ação governamental. O major Juarez Távora, puro, mas intolerante e intolerável, foi quem primeiramente manobrou os destinos do país. Em seguida, veio o Sr. Osvaldo Aranha, muito inteligente, mas muito arrebatado, cuja influência foi repartida com o Clube 3 de Outubro. Depois, o Sr. Maurício Cardoso, que não pôde demorar-se muito no Governo, ameaçado como estava de afogar-se na onda violenta do outubrismo. E, por fim, o capitão João Alberto, que continua firme com o seu prestígio. A direção do país tem, desta forma, passado, em dois anos, de mão em mão, levando-nos a viver num constante ziguezaguear, cujas consequências só poderão ser-nos malélicas. De todos esses homens a quem o Sr. Getúlio Vargas, ou por comodismo, ou por perfídia, ou por incapacidade, entregou o bastão

governamental, o que melhor serviu ao país foi, indiscutivelmente, o Sr. Maurício Cardoso. Figura respeitada, a quem ninguém negava “espírito revolucionário”, ele conseguiu, com a sua autoridade, soffrear por algum tempo a inquietação dos jovens outubristas. Mas estes não deixaram nunca de, às escondidas, à socapa, continuar a desferir os seus golpes contra a tranquilidade do país, até que, assinado o Código Eleitoral, se lançaram, em represália ao empastelamento do *Diário Carioca*, trincheira de combate de um jornalista que, há não sei quantos anos antes deles, se vinha batendo pela Revolução, e que não podia, evidentemente, aplaudir os seus desatinos.

Estamos à porta do Hotel Central, bem próximo do cinema.

– Não! – declara-me, por fim, o oficial, num gesto de revoltado. – A Revolução atual era inevitável, como um protesto violento contra o estado de coisas a que nos conduziram. Ou S. Paulo a faria ou outro Estado. E S. Paulo, fazendo-a, reafirmou, mais uma vez, as suas tradições: ele é o mais antimilitarista dos Estados do Brasil e, ante continuar assistindo o domínio do militarismo, não só no resto do país, como dentro de suas próprias fronteiras, preferiu o sacrifício, nesse gesto de heroísmo que a História há de fixar como uma das mais brilhantes afirmações de dignidade patriótica.

Segunda-feira, 29 de agosto

É a primeira vez que me dirijo ao Grupo Escolar de Resende, onde agora se acham instalados os serviços do Quartel-General. Ele fica escondido, ao lado da igreja da cidade, com uma porção de árvores a rodeá-lo. Um soldado, de fuzil em punho, guarda-lhe a porta e barra-me a entrada. Peço-lhe para chamar o tenente Faria Lemos, ajudante de ordens do general Góis Monteiro. E, enquanto ele vai chamá-lo, fico observando o movimento ali, a estas horas da noite, 20 horas. Vejo o comandante Ari Parreiras, interventor do Estado do Rio, que aqui veio conferenciar com o chefe das forças ditatoriais. Vejo o coronel Pantaleão Pessoa, que passa, com a sua cabeleira grisalha, de um lado para outro. Vejo o major Paquet. E vejo agora o tenente Faria Lemos que vem ao meu encontro. Digo-lhe o que desejo: falar ao general. Ele me adianta que o general tem andado doente, mas vai, contudo, saber se eu posso ser recebido. Nova espera, menor que a outra. E o tenente volta para mandar-me entrar.

O prédio do Grupo, é claro, nunca pensou em hospedar tantos oficiais. Fora feito para abrigar crianças, cuja inteligência deveria ali ser aberta com a machadinha da carta de ABC. O Exército de Leste não tinha, nestas condições, direito de exigir-lhe acomodações prontas e boas, de onde o seu E. M. pudesse, à vontade, expedir ordens aos soldados para matarem ou morrerem, a vários quilômetros adiante. Os oficiais naturalmente se conformaram. E as salas amplas do edifício, onde as professoras davam as suas aulas, estão hoje divididas em pequenas seções e cheias de homens fardados.

O gabinete do general Góis Monteiro tem três paredes de tijolo e uma de pano. Entra-se nele por esta última, levantando-se um grosso e largo cobertor. Dentro, o que há de mais simples: uma cama de casal, duas cadeiras, uma mesa e uma mala. Em cima da mesa, ao centro da qual se levanta, ostensivo, um espelho grande, que me olha fixamente, como a desconfiar das minhas intenções, vários papéis em desordem, exemplo de indisciplina que eu não acho muito conveniente. Entre os papéis, importantes e boêmios, alguns livros. Leio-lhes os títulos: *A vida misteriosa de Mata Hari*, *No caminho da insurreição*, de Lenine, *Technique du coup d'État*, de Malaparte, e outros.

Quando chego, o general está de pé, sozinho. Percebe a minha curiosidade, olhando os livros, e fala:

– É preciso ler de tudo.

Senta-se e indaga-me, com a fisionomia serena:

– E a ofensiva da paz? Ao meu ver, ela não surtirá os efeitos desejados. Já estou mesmo tomando as providências que, no caso, me competem. Acabo de enviar ao Dr. Getúlio as minhas memórias número 4, em que dou francamente meu ponto de vista sobre o assunto, e ainda hoje escrevi ao almirante Protógenes.

Manda chamar, então, por um soldado, o major Paquet, a quem pede a cópia da carta que enviou ao ministro da Marinha. E, depois, lê para mim trechos das suas memórias, ao chefe do Governo, em que declara que a paz não deve ser feita como querem os constitucionalistas.

A carta ao almirante Protógenes é logo trazida ao general e ele abandona as memórias para me mostrá-la. Começa dizendo, nesse documento, que já teve oportunidade de tratar de pacificação enviando mesmo

ao coronel José Joaquim de Andrade, em julho, uma proposta concreta para a terminação da luta. Agora, com a notícia da partida para S. Paulo, num vaso de guerra, de uma comissão destinada a tentar a paz, apressava-se em transmitir ao almirante, por escrito, o seu pensamento, já, aliás, externado no decorrer da conversa telefônica que tiveram pela manhã. Julga que se deve respeitar a memória dos que bravamente tombaram no campo da luta, em defesa do Governo, sendo, por isso, necessário pesar bem as condições em que se deve aceitar a paz, a fim de que esta não constitua uma derrota integral para a Ditadura. E formula, por fim, os itens que, na sua opinião, devem ser enviados aos paulistas, os quais são, com exceção de um ou outro, os mesmos que ele me dera a conhecer no dia 20 de julho.

Falo, em seguida, das propostas de paz que, segundo soube, foram mandadas do Rio para S. Paulo e pergunto se o general Klinger já respondera a elas.

– Ao que estou informado – diz-me o chefe ditatorial – já respondeu, mas com umas contrapropostas que absolutamente não podem ser aceitas. A primeira, por exemplo, impõe a entrega do Governo à Junta Militar de 24 de outubro. A segunda indica o almirante Protógenes para a chefia do novo Governo. E a terceira quer a constituição de uma junta governativa, composta de três membros, um civil e dois militares, sendo um da Marinha e outro do Exército. O Ministério seria, em qualquer caso, de concentração nacional, devendo o ministro da Guerra ser ele, Klinger, ou uma pessoa de sua escolha. Estabeleciam também, as contrapropostas, a deposição das armas por parte do Governo Provisório, mudança de interventores, Constituição imediata, etc. Como vê, isso é um absurdo e nós não devemos acabar a guerra por esta forma. É melhor que continuemos a lutar: pacificação dessa natureza não é pacificação, é anarquia. E eu lhe asseguro que terminaremos ganhando.

O general fala como quem está aborrecido. Tira os óculos, que pusera para ler a carta, e levanta-se. Pela primeira vez o vejo assim, irritado e muito otimista quanto aos resultados da luta. E a sua irritação provém, naturalmente, desse otimismo, dessa certeza na vitória das armas ditatoriais, que ele demonstra agora, depois da sua viagem a Minas, de onde passou vários telegramas a autoridades, exaltando o ânimo dos soldados que ali combatem. Aludo a essa viagem e ele me diz:

– A frente mineira, que faz parte do Exército de Leste, estava em pouca atividade. Fui lá para verificar o estado da tropa e as condições do terreno, a fim de dar, com mais segurança, as minhas ordens. A estas horas, já deve ter começado a ofensiva que ordenei por ali, visando o rompimento da linha paulista na direção de Campinas.

– Refiro-me à população mineira, que, conforme me dizem, se tem mostrado hostil às tropas federais.

– Não é tanto assim – frisa o general. Há algumas cidades que, de fato, fazem resistência passiva à ação das tropas ditatoriais, como Itajubá, por exemplo. Mas todas, não!

No sul de Minas, quem tem mais influência política é o Sr. Venceslau Brás, que, embora não tomando atitude muito saliente contra o Governo Provisório, apoia o movimento paulista. Aludo ao fato e trago, em seguida, à conversa, o nome do Sr. Artur Bernardes, de cujo prestígio, não só na zona da Mata, como em todo o Estado, dou o meu testemunho.

O general, que já se acha novamente sentado e que me ouvia com atenção, fala agora:

– Eu escrevi aquela carta ao Dr. Artur Bernardes porque sou seu amigo e queria salvá-lo.

Pergunto-lhes, depois, se são verdadeiras as notícias correntes à tarde, segundo as quais o Túnel havia sido abandonado pelos constitucionalistas.

– Se eles já o abandonaram, não sei – responde-me. – A informação que tive foi de que o Túnel está minado. E, nestas condições, já dei até ordens às forças que ali operam, sob o comando do coronel Barcelos, para que não avancem senão com muito cuidado.

A minha curiosidade não se satisfaz diante da acessibilidade do general. Deixo que o coronel Pantaleão Pessoa, que vem consultá-lo sobre qualquer coisa, se retire, e o interrogo, logo em seguida, sobre a situação do Rio Grande. Ao que eu soube, havia rebentado lá um movimento armado.

– Não foi bem um movimento armado – declara o general – porque o Flores conseguiu evitá-lo. O Collor, o Luzardo e o Pila tentaram, realmente, uma perturbação de ordem em Santana do Livramento, mas não obtiveram o êxito que desejavam. Eles estavam, ao que parece, em ligação com tropas gaúchas que aqui combatem, pois alguns oficiais da Bri-

gada procuraram também revoltar os seus camaradas. Já mandei até para o Rio vários desses oficiais. E, no Exército Sul, a mesma coisa tem sucedido, em maiores proporções.

Da situação do Rio Grande, passamos a falar do seu Governo e do Sr. Maurício Cardoso, que esteve no Rio, como enviado do general Flores da Cunha. E o comandante das forças ditatoriais relata-me o seguinte:

– Tive ocasião de conversar, no Rio, com o Sr. Maurício Cardoso e ouvir as suas impressões sobre S. Paulo. Ele me disse que o Estado em peso apoia o movimento. Agora, quanto ao desfecho que deve ter a luta, teme tanto a vitória do Governo como a vitória de S. Paulo. Teme a vitória do Governo por causa do Três de Outubro e teme a vitória de S. Paulo por causa dos políticos da República Velha.

Refiro-me, finalmente, à situação do Rio, cujo movimento, ao que se afirma, deveria ser dirigido pelo general João Gomes.

– Não acredito – atalha o general Góis Monteiro. O general João Gomes, depois de deixar o comando da I^a Região, declarou ao Dr. Getúlio que não queria comissão e que não temesse atitudes suas contrárias ao Governo, pois cumpriria apenas ordens do ministro da Guerra. O general é um homem de caráter e eu creio na sua palavra.

Terça-feira, 30 de agosto

O almirante Protógenes Guimarães chegou aqui hoje cedo, logo se dirigindo para o Q. G., onde esteve em conferência com o general Góis Monteiro. Só depois do almoço, cerca de duas horas da tarde, é que o ministro da Marinha deixou Resende com destino ao Rio.

Motivo da sua viagem: a ida a S. Paulo, para tratar da paz, da comissão de comerciantes do Rio. Veio saber o mínimo de condições que o general desejava para que se fizesse um entendimento.

Impressão de alguns oficiais com quem conversei: não se fará entendimento algum.

À tarde, comenta-se, no Hotel dos Viajantes, a situação do Rio Grande. Todos acham que, sem ele, o Governo estará liquidado. O general Góis já declarou que o Sr. Flores da Cunha é o fiel da balança. Os oficiais se referem a isso, mas não são unânimes em aplaudir a atitude do interventor.

Há quem o elogie e há quem o ataque também. E, a propósito, conta-se até este episódio, verificado em Porto Alegre:

– Antes da sua última viagem ao Rio, o Flores, falando ao Luzardo, em Palácio, sobre a revolução, pediu-lhe para entender-se com o general Andrade Neves, a fim de ver se este dava ao movimento a sua solidariedade. O Luzardo esteve com o comandante da Região e aludiu ao assunto. Mas o general Andrade Neves se recusou desde logo:

– Já assisti a duas Revoluções: uma em 89, quando ainda era cadete, e outra em 30, como general. Poupe-me, Dr. Luzardo, o desgosto de assistir a uma terceira.

*

A ofensiva de que o general Góis Monteiro me falava ontem à noite não se verificou somente em Minas, mas se estendeu por todas as frentes do Exército de Leste. O dia inteiro foi um gasto imenso de munições e de vidas. Os paulistas, porém, repeliram com vigor os ataques ditatoriais, não havendo sido rompida nenhuma das suas linhas mais importantes.

Nos combates de hoje, na região de Silveiras, tombou, atingido por um estilhaço de granada no coração, o capitão Cícero de Góis Monteiro, comandante de um batalhão do 9º R. I., de Pelotas, e irmão do chefe das forças do Exército de Leste. Era um homem digno e bom, esse, a quem a morte procurou precisamente pelo coração que, generoso, nunca deixou de acolher ninguém...

– Motivos de saúde trouxeram-me, neste dia, ao Rio. Não podendo regressar imediatamente a Resende, para lá seguiu, em meu lugar, um companheiro do *Diário da Noite*. A sua demora foi, porém, muito curta. E a explicação do fato está num bilhete que a Mário Magalhães dirigiu ao coronel Ávila Lins. Nele, o chefe de Polícia Militar declara que, “tomando parte, como tomou, na rebelião de Minas, o sr. Assis Chateaubriand lançará a desconfiança sobre os Diários Associados e levará o Governo a não consentir mais na permanência de representantes dessa organização jornalística na zona de operações militares”.

A PALAVRA DO COMANDANTE DAS
FORÇAS DITATORIAIS

.....

*L*OGO DEPOIS que a Revolução terminou, eu procurei o general Góis Monteiro a fim de pedir-lhe uma entrevista para o livro que agora publico. Desejava a sua opinião sincera sobre as condições e as possibilidades materiais dos paulistas e do Governo para a luta armada. Queria a sua palavra autorizada, de chefe das forças ditatoriais, sobre a guerra e sobre o desfecho natural que ela deveria ter tido.

Encontrei-o no seu apartamento do América Hotel, ouvindo esplêndidas músicas clássicas e lendo o caderno de referências que a *Lux-Jornal* distribui aos seus assinantes. O general refere-se, antes, à crítica que lhe é feita num dos artigos ali presentes:

– Criticam-me porque falo muito. Interessante... Falo para defender e propagar minhas ideias. Se eu não as defender, se eu não as propagar, quem o fará neste país de vaidosos, confusionistas e raivosos, que não toleram aos outros terem ideias? Acredito que esta atitude seja a mais certa e a mais aconselhável e não me importo que me censurem por isso. No dia em que verificar que a minha palavra já é desnecessária, então saberei manter-me em silêncio. Pois não passei quarenta anos calado? Mas ainda há outra coisa a considerar. Estando, como estamos, num regime de ditadura, sem parlamento e sem outro meio de comunicação com o povo, acho que os homens públicos, os que possuem certas responsabilidades no atual

estado de coisas, têm, ainda mais, o dever de falar, pela imprensa, aos seus patrícios, dizendo-lhes sinceramente o que pensam disto ou daquilo, deste ou daquele problema, desta ou daquela ideia, procurando, enfim, orientá-los. Se a sua opinião não for aceita pela maioria, está direito. Devemos ser dinâmicos. Nada no mundo é estático. Tudo muda. E por que os homens, principalmente os homens políticos, que necessitam acompanhar as aspirações populares, não podem modificar os seus pontos de vista? Com isso, dão até um exemplo de superioridade: quem se contradiz, evolui; e quem não se contradiz, ou é imbecil ou é divino. E eu sou apenas humano.

Uma verdadeira guerra civil

A vitrola cala-se agora, definitivamente, para que eu ouça melhor as palavras do general. Ele levanta-se e começa a andar de um lado para outro. Coloca, depois, o caderno da *Lux* em cima de uma pequena mesa, onde já se encontram os *Colóquios com Mussolini*, de Ludwig, e um livro sobre Napoleão, a afirmarem-nos alegremente que estão sendo lidos.

Entro, então, no assunto que ali me leva. E a primeira pergunta que lhe faço é sobre se considera uma verdadeira guerra civil os oitenta e tantos dias de luta a que acabamos de assistir. A sua resposta é imediata:

– Pois não. Do ponto de vista restritivo e atendendo-se, naturalmente, aos nossos recursos e às nossas condições mesológicas, foi uma verdadeira guerra civil a que tivemos, tal o vulto dos elementos postos no tablado da luta. S. Paulo, que é, sem dúvida, a principal unidade da Federação, além de contar com o concurso de outros elementos em vários pontos do país, sobretudo em Minas, no Rio Grande e no Rio de Janeiro, mobilizou, de fato, a totalidade das forças vivas de que poderia dispor no momento para lançar-se contra o Governo Provisório.

A Ditadura à mercê de São Paulo

O assunto, já trazido à conversa, ainda vai render muito. O general acha que presenciamos a uma verdadeira guerra civil e fala, com firmeza, da força de S. Paulo. E as possibilidades da Ditadura? Ela estava em condições de se opor eficientemente ao movimento?

– Não, não estava e o recebeu com grande surpresa. Ninguém esperava que S. Paulo pudesse encabeçar uma revolução. Embora o Sr. Flores da Cunha garantisse ao Dr. Getúlio que de qualquer forma manteria a

ordem em seu Estado, temia-se mais, a esse respeito, o Rio Grande do Sul, cuja Frente Única rompera, dias antes, com o Governo Provisório.

E, em seguida, respondendo a uma pergunta minha sobre a fase mais difícil da Ditadura, no decorrer do movimento armado:

– A fase realmente difícil para a Ditadura foi a do início. S. Paulo teve a vantagem da iniciativa, da mobilização e da concentração dos elementos de que dispunha, podendo, assim, graças aos seus excelentes meios de transporte e outros recursos de natureza diversa, com que não contava o Governo, lançar, num menor tempo e pelo caminho mais curto, uma massa considerável sobre o Rio de Janeiro. Estava mesmo em condições de obter a decisão favorável da luta, se, dentro de 48 horas, tivesse jogado elementos avançados para a região dos túneis da serra do Mar e para a estrada Rio-S. Paulo. Porque uma operação nesse sentido, decidida, preparada e executada com rapidez, daria resultados imprevistos e lhe asseguraria todas as possibilidades de êxito, interrompendo praticamente as comunicações com Minas, cujo auxílio era para nós indispensável, perturbando e dificultando muitas providências do Governo e produzindo efeito de grande alcance moral. Sim: todas as vantagens iniciais, inclusive a surpresa, no terreno militar, e um grande número de fatores ponderáveis, no terreno político, estavam com os paulistas. A Ditadura poderia até ser esmagada logo no primeiro choque. E, se não o fosse, sentiria grandes dificuldades para sustentar-se. Em meio às incertezas, dúvidas e confusões provocadas por qualquer golpe militar, a sua situação naturalmente continuaria precária, dando margem ao surto de outras desordens. Como combater, enfim, um inimigo poderoso que se apresentava inesperadamente às portas da cidade? Não há dúvida que a Ditadura esteve mesmo, no início do movimento, inteiramente à mercê de S. Paulo. A sua sorte só dependeu dele.

S. Paulo em 32 e a Alemanha em 14

O general faz agora um paralelo entre a situação de S. Paulo, em 1932, e a da Alemanha em 1914:

– Guardadas as proporções, a posição de S. Paulo tornou-se idêntica à dos Impérios Centrais, na Grande Guerra. Embora não pudesse comunicar-se com o exterior, em virtude do bloqueio, ele era capaz de atacar, em muitas frentes simultâneas, um inimigo cuja preparação seria mais

lenta e não podia, desta forma, concentrar-se, ao mesmo tempo, nessas várias frentes. Mas os seus chefes militares não souberam aproveitar-se da situação excepcional que se lhes oferecia e se mantiveram sempre, inexplicavelmente, em defensiva, esgotando todas as suas energias. Em vista de tal inação, o Governo teve tempo bastante para, concentrando meios poderosos, neutralizar os efeitos da surpresa, estabelecer o equilíbrio das forças, romper esse equilíbrio em seu favor, fazer refluir o adversário sobre S. Paulo e depois vencê-lo, apertando-o numa tenaz. Estratégia de esmagamento contra estratégia de esgotamento.

Há agora uma pequena interrupção com a chegada de um visitante. E o general prossegue, depois, nas considerações que vinha desenvolvendo sobre as consequências da inação do comando constitucionalista:

– Já quando houve as tentativas de levantes parciais no Rio Grande, Minas e no Norte, todas as contramedidas estavam tomadas, só servindo esses levantes tardios para aumentarem as forças morais e materiais do Governo. Desde que S. Paulo não obteve a decisão dentro dos primeiros dez dias de luta, estava, salvo imprevisto, definitivamente perdido. Tanto que, em 19 de julho, me comuniquéi com o Dr. Getúlio, assegurando-lhe a vitória final.

– Mas a revolução de 30 não passou vinte e um dias para conseguir triunfo? – observa alguém, que assiste à nossa conversa.

– Sim – replica o general. – Mas, em 30, nós nos lançávamos rapidamente sobre o Rio de Janeiro, do Norte, do Centro e do Sul. O Governo, surpreendido, perdeu o sangue-frio e não se pôde opor eficazmente a nenhum golpe nosso. Agora, não. A coisa foi diferente, porque os chefes revolucionários trocaram os papéis conosco, do Governo: ao invés deles avançarem, nós é que avançamos.

Os erros dos chefes constitucionalistas

– Acha, então, que os paulistas cometeram grandes erros?

– Erros – pondera o general, com a sua autoridade de chefe militar e de comandante do Exército de Leste – sempre são cometidos na guerra, quer pelos chefes, inclusive os mais notáveis generais, quer pelos executantes. A guerra tem princípios fundamentais, cuja violação sempre produz os piores efeitos, as mais das vezes insanáveis. A História nos mostra grandes generais vencidos por mediocridades, que podem aproveitar-se de circuns-

tâncias favoráveis e até de simples obras do acaso. É natural, deste modo, que do lado dos paulistas tenham sido cometidos erros graves e irreparáveis, como também é possível que do lado das tropas ditatoriais tenham havido outros tantos, cujos efeitos não repercutissem tão fortemente no desenrolar dos acontecimentos. Está aqui, por exemplo, um erro dos paulistas de consequências funestas: eles não deviam ficar inativos nas primeiras quarenta e oito horas do movimento, mas jogar, ao contrário, na própria noite de 9 para 10 de julho, o máximo da sua força disponível contra o Rio, que era o inimigo mais perigoso. Esmagado este, e se a decisão final não fosse logo obtida, então se voltassem contra os outros elementos ditatoriais, vindos dos Estados, cujos meios de transportes eram mais lentos.

Para dar a mão ao Rio Grande

O general faz uma pausa para acender um cigarro. E agora alude a uma manobra que os paulistas poderiam ter feito:

– Noutra fase da campanha, desde que se tornou impossível romper a frente defensiva do Paraíba, ainda poderia ser tentada uma manobra, visando dar a mão ao Rio Grande do Sul. Essa manobra consistiria em cobrir-se defensivamente nos vales do Paraíba e do Mogi Mirim, e atirar o grosso das forças para o Sul, a fim de talhar em peças o Exército do general Valdomiro Lima, abrir caminho para o Paraná e provocar acontecimentos novos no Rio Grande. Já em certa altura, porém, essa manobra seria perigosa e poderia trazer, entre outras consequências irremediáveis, a perda da cidade de S. Paulo e dos centros vitais do Estado, que o Exército de Leste atacaria por muitas direções, procurando desfogar a situação do Exército Sul, se esta ficasse comprometida.

As armas paulistas que mais se destacaram

O general detém-se um pouco na janela, olhando um casal de periquitos que brinca, alegremente, numa gaiola de arame. Faça-lhe uma nova pergunta. Pergunto-lhe quais foram, a seu ver, as armas paulistas que mais se destacaram na luta, e ele declara-me:

– De um modo geral, apesar da sua inferioridade em relação ao inimigo, a aviação paulista se mostrou audaciosa e eficiente, no que era favorecida por certas condições peculiares à própria situação geral. Quanto

às demais armas, é indiscutível que se batiam com grande ardor e com vontade de vencer, mas possuíam, geralmente, mais o espírito defensivo do que o ofensivo. Também são elogiáveis as organizações defensivas construídas sobre o terreno, principalmente as de engenheiro Neiva, a despeito de certas imperfeições de ordem técnica.

Interrogo, em seguida, o general sobre as ações mais brilhantes dos paulistas durante a campanha.

– Como já lhe disse – responde-me ele – os paulistas quase não fizeram ofensivas, embora dispusessem de meios capazes de garantir-lhes grande êxito em vários movimentos dessa natureza. São, entretanto, de salientar, os contra-ataques realizados no vale do Paraíba, os quais tiveram vigor e alcançaram algum resultado. Também não se pode deixar de exaltar, por outro lado, a resistência deles, lutando mais de oitenta dias contra um inimigo que logo se lhes tornou muito superior em homens e em armas.

As armas do governo

O general já discorrera muito sobre os paulistas. Na sua opinião, eles, possuindo elementos formidáveis, podiam, em resumo, ter vencido a guerra, se não fosse o espírito defensivo que, durante quase todo o tempo da Revolução, dominou os seus chefes militares.

Agora, aludo às armas do Governo, perguntando-lhe também as que mais se destacaram no movimento. E noto que é com crescida satisfação que ele se externa sobre elas:

– A despeito da diversidade de tipos, que tiveram o seu emprego lógico, conforme as circunstâncias, a artilharia apresentou-se homogênea no pessoal e foi decisiva para quebrar as resistências do adversário. A infantaria não se apresentou tão homogênea, mas foi a arma de sacrifício, destacando-se certas unidades de maneira realmente notável. O 3º R. I., de espírito ofensivo e grau de resistência física e moral bastante elevados; o 1º R. I., 22º B. C., as unidades policiais de Sergipe, inclusive o 14º Provisório; o 10º R. I., 29º B. C., o 2º R. I., 25º B. C., o 20º B. C., o 1º B. C., o 9º R. I., o 11º R. I., a infantaria da Marinha, enfim, quase todas as unidades, apesar de algumas flutuações próprias da guerra, cumpriram bem o seu dever. O mesmo se verificou com a cavalaria, – o 4º R. C. C., o Regimento Escola e o 1º R. C. D. A engenharia foi verdadeiramente admirável, sobre-

tudo o 1º B. E. A aviação, arma por excelência dos bravos, foi incansável e denodada e prestou relevantes serviços ao Exército de Leste, a despeito de, embora superior em número aos paulistas, ter de tripartir-se e lutar com sérias dificuldades.

Refiro-me às ações mais destacadas dos ditatoriais e ouço a opinião do general:

– As ações mais destacadas das forças que defenderam o Governo Provisório foram a de Itararé, de grande efeito psicológico; a de Buri, que nos abriu o caminho para Itapetininga; a de Eleutério, que facilitou o nosso avanço na direção de Campinas; a de Silveiras-Pinheiro, que deixou a cidade de S. Paulo quase a descoberto pelo recuo das suas tropas; e numerosos combates travados continuamente em diferentes pontos da frente Paraíba-Túnel-Mogi Guaçu.

Os novos generais

Um bronze pequeno de Napoleão eretamente montado a cavalo prende uns papéis que se encontram sobre a mesa. O general, que já está sentado, aproxima-lhe a mão e o segura. Uma lufada de vento invade, neste instante, desrespeitosamente, a sala e dá asas aos papéis. Um oficial presente adianta-se para apanhá-los, enquanto Bonaparte volta ao seu lugar e o general me fala dos oficiais do Exército de Leste que mais se distinguiram durante a luta:

– São muitos os oficiais das diferentes armas e serviços e de todos os postos, desde o general ao tenente, que cumpriram bem o seu dever militar e revelaram ainda faculdades e qualidades excepcionais de condutores de homens. A maioria dos últimos generais é constituída por verdadeiros chefes, que conquistaram os bordados no campo de ação. Talvez fosse mesmo a única ocasião em que tivesse prevalecido, nas promoções ao generalato, o critério da seleção profissional sobre o das injunções de caráter político, que ainda está arraigado nas nossas normas. Vamos ver agora se, daqui por diante, esse critério de seleção de valores continuará a ser seguido e aprimorado para todas as promoções.

Os sargentos e os soldados

O telefone do apartamento do general raramente está em silêncio. Importuno e mal educado, não passa talvez cinco minutos sem

fazer-nos escutar a sua voz tilintante. Ele bate agora. O general atende ao seu chamado. E depois, sem ligar-lhe muita importância, volta a sentar-se, retomando o fio das suas impressões sobre as tropas que comandou:

– O corpo de sargentos mostrou-se, na sua quase totalidade, corajoso, capaz e disciplinado, merecedor, portanto, de todo elogio e de melhor aproveitamento e recompensa ao valor demonstrado. Também a matéria-prima, isto é, os soldados de qualquer procedência, foi a melhor que se poderia desejar. Em regra, o que lhe falta é instrução, dados os defeitos da nossa organização e da nossa educação militar e geral. Mas são uns soldados bravos, valorosos, com espírito de patriotismo muito desenvolvido e aptos a se submeterem às provas mais rudes.

S. Paulo, 35.000; Ditadura, 100.000

Até agora, não se sabe ao certo quantos homens a Ditadura pôs em armas para combater o movimento de S. Paulo, cujos efetivos, segundo o testemunho dos seus chefes militares, não foram além de 35.000 soldados. A minha curiosidade se fixa neste ponto e eu não deixo de interrogar a respeito o comandante das tropas governistas. Ele me dá com a mesma naturalidade de sempre a informação pedida:

– Na última fase da luta, o Exército de Leste apresentava cerca de 35.000 homens em linha e o Exército do Sul mais de 18.000. Esses efetivos ainda estavam, no entanto, aquém do que fora previsto pelo plano de operações por mim organizado, achando-se ainda numerosas tropas em curso de transporte para a zona de operações, vindas do norte e do sul. Contando-se as forças dos dois Exércitos com as que estavam de viagem e as das guarnições de segurança do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, teatro secundário da luta, e de outros pontos do país, deviam elevar-se a 100.000 o número de homens que o Governo pôs em armas.

.....

A Crítica e Arnon de Mello

S. Paulo Venceu!, que atinge, em tão pouco tempo, à 4ª edição, marcando, assim, um admirável recorde de livraria, foi recebido, em todo o país, com os maiores elogios.

Os seus editores destacam abaixo algumas apreciações que lhe fizeram figuras de grande projeção intelectual e autoridade, entre as quais se encontra o próprio comandante do Exército da Ditadura.

“**E**STAS REFLEXÕES, embora fragmentadas, e a lembrança re-côndita dos conceitos de Vigny ocorreram-me ao recordar o nosso último conflito interno, nas suas causas e nos seus efeitos, lendo os episódios, observações e conclusões registradas nas notas de reportagem inteligentemente escritas pelo jornalista Arnon de Mello, que acompanhou, durante algum tempo e em várias passagens, o desenrolar do drama cujo cenário se verificou no vale do Paraíba.

A narrativa desses acontecimentos, – cuja atividade e fertilidade se manifestam impressionantemente grandes no nosso meio, após o movimento de 9 de julho do ano findo – tem inspirado os nossos plumitivos, que também tentam certamente interpretar e descrever os fatos, segundo as suas tendências e a visão de cada um deles.

Em face da abundância dessas produções, no terreno recente da história do segundo semestre de 1932, arriscam-se a penetrar nos domínios do lugar comum e, quiçá, da inverdade.

Mas o livro *S. Paulo Venceu!* destaca-se, a meu ver, dessa vulgaridade.

Sob a forma de registro diário, o seu autor experimenta focalizar aspectos muito interessantes da campanha no Vale do Paraíba, com circunstâncias próximas ou afastadas, relacionadas com a luta sangrenta desencadeada pelos preconceitos, a incompreensão e a ambição dos homens.

Com a verdadeira argúcia de espírito, o Sr. Arnon de Mello aliou a sua reconhecida técnica de jornalista a um fino poder de observação.

Traduzindo os sucessos com fidelidade, tanto quanto lhe permitiram as suas faculdades de apreensão, procurou revivê-los e interpretá-los com probidade literária, embora sujeitos às suas inclinações pessoais e convicções políticas.

Não se trata, portanto, de obra deformável e representa um forte subsídio para a análise dos acontecimentos, no futuro.

GENERAL GÓIS MONTEIRO

(*Correio da Manhã* – Rio, 21-5-1933)

Arnon de Mello publica em volume suas impressões das operações militares do chamado Exército de Leste, nos acontecimentos de julho a setembro do ano passado.

São notas rápidas, verdadeiros instantâneos fotográficos; mas o operador agiu e trabalhou com tanta frequência que esses aspectos reunidos, classificados, articulados, tomaram a feição de um filme. É realmente uma descrição minuciosa de tudo o que o autor nos faz. A narração empolga, pois Arnon de Mello não é só um repórter; é um escritor que se firma, ainda aos vinte e poucos anos de idade. E há, para complemento do interesse de seu livro, a circunstância de que Arnon de Mello esteve sempre em contato com o estado-maior do comandante do Exército de Leste, quando não com o próprio comandante, que o tomou em estima. Ele pôde, assim, ver e surpreender muitos fatos de alta significação, dos quais se desprende uma filosofia lisonjeira, que, mesmo a menos de um ano de distância, despe na praça pública inúmeros heróis e enaltece o espírito de sacrifício dos insurrectos paulistas.

Todas as páginas do livro teriam sido páginas de jornal: Arnon de Melo era, na frente de operações, o enviado especial de um consórcio jornalístico. Mas a grande tolice universal, quero dizer a Censura, impediu

a publicação logo das primeiras correspondências. Ele, então, adotou o gracioso expediente de escrever duas espécies de impressões: uma, de retalhos de comunicados, que era a de que o governo tolerava o conhecimento; a outra, a de seu diário de guerra, que ele guardava e não seguia para nenhum jornal, estando, como estavam todos, em penitência de silêncio e os jornalistas em retiro espiritual.

São estas últimas impressões, as reais, aquelas em que o autor põe sua alma e, portanto, sua sinceridade, que constituem o livro.

Esse livro tem um título que é uma tese. Chama-se: *São Paulo venceu!* Na vibrante introdução que lhe faz, Arnon de Mello desenvolve o pensamento do título, que é o seguinte: o movimento paulista de 32 completou o movimento de 30.

É, de fato, possível sustentar este argumento. O movimento de 30 – sobre cujas intenções oponho todas as reservas – não era, a meu ver, senão um golpe de cupidez, em que se coordenaram vários fatores de ambição e outros, subalternos, tanto que não tece programa, a não ser a distribuição imediata das fatias do poder e a proscrição violenta de todos os que pudessem ser não já um óbice, e sim um simples contraste a este fim. Mas reconheço – e nem poderia, lealmente, deixar de fazê-lo – que o que se acreditou, em muitas camadas da sociedade brasileira, foi que o movimento de 30 possuía um ideal de justiça e de reforma.

Partindo deste princípio, chega-se a ver que o movimento estava sendo corrompido por seus beneficiários, que de justiça não curavam e muito menos de reforma, entregues, como se achavam, na frase de João Neves da Fontoura, ao “caporalismo” mais evidente e desmedido. Foi, então, aí, que São Paulo se levantou para corrigir a obra. Os três meses de luta que sustentou, se lhe não deram a vitória das armas, abriram, contudo, o espírito dos dominadores para a realidade e os induziram a processar, quanto antes, o regime constitucional.

Foi assim – é a conclusão do livro – que São Paulo venceu.

A tese é sugestiva, como se vê. Eu chegaria, talvez, à mesma conclusão, por outros caminhos e sem aquele ponto de partida. Mas não vale discutir, quando o livro é inteligente e revela, além de um escritor, um caráter forte e independente.

COSTA REGO

(*A Tribuna* – Santos, 24-5-1933)

...Tenho aqui diante de mim mais um livro sobre a histórica jornada. É *São Paulo venceu!* – de Arnon de Mello, o primeiro que aparece do lado de cá, contando o que se passou no setor mais ameaçado das forças ditatoriais. É a voz de outro sino.

Mas, curioso, essa voz, longe de destoar, dissonante, harmoniza-se, funde-se, na orquestração dos carrilhões paulistas, que celebram o heroísmo e a vitória moral de S. Paulo.

Livro sereno, de instantâneos de momentos interessantíssimos da luta, dos seus minutos mais trágicos, *São Paulo venceu!* – é mais uma prova não só do talento, mas da bravura do jornalista adolescente que estreou na imprensa do Rio, em 1930, indo bater à porta dos vencidos, para conceder-lhes a palavra.

Aliás, nessa ocasião, com o choque, a maioria deles havia perdido a voz.

E não a recuperaram, alguns, até hoje.

Arnon de Mello sustenta no seu livro a tese de que São Paulo venceu!, reintegrando a revolução de 30 em si mesma, e completando-a. É difícil saber, antes de tudo, o que foi essa revolução, para depois verificar se de fato ela conseguiu, com a reação paulista, descobrir-se a si própria.

Fora de dúvida é, porém, que São Paulo mudou, com o seu rasgo, as diretrizes do movimento “caporalista”, a que se refere o Sr. João Neves no prefácio do livro de Arnon de Mello.

E começou a mudá-las a 9 de julho, quando a ditadura foi escorar-se nas espadas dos generais do Exército. Desapareceu o 3 de Outubro. Começaram, apressados, os exames de consciência. O Sr. Getúlio Vargas, no seu primeiro manifesto, adiantou que a sua estava tranquila. Tal como o Sr. Washington Luís a 4 de outubro.

S. Paulo, porém, não venceu só por isso. Venceu, também, mostrando aos vencedores que é impossível não só viver sem ele, mas até mesmo com ele sem sua grandeza. Foi quando começou a absorção dos vencedores pelos vencidos. Também a Grécia antiga, dominada pelos romanos, tornou cativos os vencedores, pela infiltração do seu saber, de sua arte, de sua cultura, do seu gênio. São Paulo começou a assimilação dos triunfadores mostrando-lhes o esplendor de sua grandeza, construída com o seu trabalho, o seu amor e o seu sangue.

No dia seguinte ao da vitória das armas ditatoriais, fiz, nestas colunas, essa profecia fácil. Vejo-a agora, confirmada pelos fatos e, noutra sentido, embora, pelos agudos conceitos do jovem autor de *São Paulo venceu!*

Esse livro, em que Arnon de Mello observou tudo, desde o tônico do general Góis Monteiro, à sua mesa em Barra do Piraí, até as duzentas e cinquenta gramas de manteiga de que o capitão Ricardo Hall se servia diariamente, por prescrição médica, é um documento precioso. Nele se verifica ainda que São Paulo teria vencido materialmente pelas armas se, malgrado o plano inicial, concertado com o Rio Grande e Minas, se houvesse improvisado outro, exigido pelas circunstâncias.

Conforta o coração e alegria o espírito assistir à bravura das afirmações do intrépido jornalista dessas páginas serenas, mas viris.

JAIME DE BARROS

(*Estado de Minas* – Belo Horizonte, 04-6-1933)

Não há assunto que enjoe quando tratado com talento. Assunto é como a carne de vaca: depende da habilidade do cozinheiro para constituir sempre um prato saboroso e novo, apesar de ser banal e cotidiano.

A revolução paulista transformou-se, calados os canhões numa guerra literária. Gastaram-se mais palavras para descrevê-la do que fitas de metralhadoras para sustentá-la. Desde a declamação de grosso calibre, ao romantismo à Remarque, com todos os molhos foi ela servida ao público brasileiro. De tanta bagaceira – perdão pelo plágio, caro colega José Américo – alguma coisa forte e boa ficou. E quando se pensa que o assunto foi totalmente banalizado, o talento aparece e nos oferta uma nova suculenta narrativa que nosso paladar mental aprecia tal qual se fora uma novidade.

É assim o *São Paulo venceu!* de Arnon de Mello. Arnon de Mello é um rapazinho que nasceu escritor, como poderia ter nascido acrobata de circo, ou herói de trincheira. Quem é bom já nasce feito... Muito tenente “pátria amada” bateu, na guerra, façanhudo militar de caserna. Arnon de Mello é uma inteligência e a inteligência é uma varinha mágica que transforma uma velharia numa sensacional novidade.

São Paulo venceu! é um livro empolgante, sincero e persuasivo. Vê a guerra paulista do quartel do general Góis Monteiro, esse espírito

interessante, político e ao mesmo tempo desapaixonado. É do lado de lá que Arnon acompanhou a epopeia sem par da gente bandeirante. E conta, com simplicidade e com justeza, o que houve do lado de lá, enquanto do lado de cá havia tanta bravura, tanto espírito de sacrifício e tanta glória.

O que encanta nessa narrativa histórica, cheia de revelações curiosas, rica de anedotas, de detalhes importantes, é a maestria com que foi realizada. Arnon tem olhos diretos e puros: vê com a nitidez de um binóculo de longo alcance através de lentes bem polidas, onde não há argueiros, ajustadas num ótimo foco.

O drama vai-se desdobrando cinematicamente, empolgando num crescendo, escondido por um ritmo seguro. E, se nos persuade da nossa vitória, também nos demonstra como ela teria sido fácil e integral se, à audácia do soldado paulista, se juntasse um golpe genial dos seus chefes militares. Vencemos moralmente. Com um mínimo esforço teríamos vencido materialmente também.

O livro de Arnon de Mello é dos melhores que se escreveram sobre a guerra paulista. E – o sentimentalismo é um fato – nós, que nos integramos tanto na nossa guerra, lendo certas páginas, há instantes em que...

Leitor: eu uso óculos. Há certas páginas de certos assuntos que me obrigam, quando as leio, a conservar o lenço na mão. Por que será que, de quando em quando, os vidros dos meus óculos se embaçam?

HELIOS (MENOTTI DEL PICCHIA)

(*Diário da Noite* – S. Paulo, 05-06-1933)

O primeiro livro de Arnon de Mello, aparecido em 1931, também obteve um grande êxito de livraria e recebeu inúmeros elogios da crítica do país.

São alguns trechos de apreciações a ele feitas que os editores de S. Paulo venceu!, os mesmos de Os sem-trabalho da política, aqui desejam ainda transcrever.

Há três ou quatro meses recebi em casa uma visita que me fez sorrir no primeiro instante, mas que, em breve, me fazia recolher o sorriso como quem se arrepende de haver passado a um amigo uma nota falsa

de 500\$000. Era um jovem jornalista que me vinha entrevistar sobre o momento político, arrancando das células do meu cérebro, com a ponta do seu lápis, os íntimos pensamentos que eu lá escondia. Ao fim de alguns minutos, éramos companheiros de infância, ele com dezenove anos, eu com quarenta e quatro. Companheiros de infância e colegas de escola.

O moço que me visitava era, realmente, meu colega de escola. Tínhamos aprendido, os dois, no jornal. Curvamo-nos sobre as mesmas bancas; puímos as calças pobres na planilha das mesmas cadeiras. Havia entre nós apenas um quarto de século. Ele era de um tempo e eu era de outro.

Passam-se os meses. E eis que me vem, agora, o resultado daquela entrevista no curioso livro que o Sr. Arnon de Mello acaba de publicar sob o título *Os sem trabalho da política*, pequena obra em que resume as opiniões de dezesseis senadores e deputados destituídos do seu mandato pela Revolução de outubro de 1930, entre os que encontrou mais à mão ou lhe pareceram mais representativos. Prefaciando o volume, que podia ser um feixe de espinhos e é apenas um apanhado de flores com alguns ramos de sensitiva, que também tem o nome de “malícia”, escreve o Sr. Gilberto Amado: “Arnon de Mello tem dezenove anos, e mostra que os tem... na fácil profusão dos seus períodos, nas suas observações apressadas, na sua boa-fé, no seu desinteresse. Com este, afirma-se-lhe o caráter, a independência moral. Estreando-se no jornalismo, não foi procurar os poderosos do dia, mas os abatidos da hora. Pena é que uns e outros, salvo poucas exceções, se pareçam tanto. Mas é fato que a sua simpatia se expande sobre as vítimas. Não interrogou os vencedores, mas os vencidos. É interessante que ele se surpreenda de encontrar alegria em vez de tristeza nalguns dos que caíram.”

Essas duas observações definem os entrevistados, na elegância da sua conduta, e, com eles, o entrevistador, na dignidade do seu coração.

“Entre os livros que o movimento revolucionário de 1930 inspirou, diretamente ou nas suas consequências, este é um dos mais interessantes. Livro de piedade e de simpatia. Livro de sentimento e de história. Livro, sobretudo, de um belo talento, que se está completando, e de um formoso coração, que está feito.”

Além dos seus merecimentos, que afirmam um escritor delicioso, na riqueza das imagens, na harmonia dos conceitos e na simplicidade do estilo, seu livro presta ao país o favor de guardar, para qualquer momento, as opiniões de alguns homens que a ele serviram, marcando nelas a sinceridade que ninguém deixa de reconhecer nas almas no transe difícil do infortúnio.

O Sr. Arnon de Mello não deve parar nesse livro. Continue. Sua literatura agrada imensamente. Ele se afirma uma expressão vigorosa e moderna do jornalismo.

JOÃO LIRA FILHO
(*A Esquerda* – Rio, 27-7-1931)

Foi por isso (porque se tratava de política) que esperei, em *Os sem trabalho da política*, um livro sem graça. Mentira. Arnon de Mello fez com este assunto tão ingrato um livro muito interessante. Palpitante. Livro sem pretensões. Que não quer barulho. Que não quer ser consagrado pela Academia... Livro de um jornalista que é um escritor elogiável e de um escritor que é um jornalista de primeira. Livro que tem toda aquela beleza imperfeita da mocidade.

DANTE COSTA
(*Diário Carioca* – Rio, 19-7-1931)

Esta mesma seção já aludiu, há dias, aos livros que pululam a propósito da revolução. Entre eles, porém, o de Arnon de Mello é dos que merecem especial referência. Quem, de futuro, quiser estudar esta confusa e inquieta fase da vida nacional, encontrará no seu trabalho, além da observação pessoal do jornalista, feita com segurança e finura, a narração do escritor, urdida com sóbria elegância.

JOÃO DAQUI (DOMINGOS BARBOSA)
(*A Batalha* – Rio, 18-07-1931)

.....
Índice onomástico

A

ABREU – Ver ABREU ARAÚJO
ABREU ARAÚJO (tenente-coronel) –
52, 54, 97
AFONSO XIII – 135
AGILDO – Ver BARATA, Agildo
AGUIAR, Agenor Leite (capitão) – 73,
76, 120
ALICE – Ver TIBIRIÇÁ, Alice
ALVES, Maurilo (major) – 38, 77, 83,
104, 108
AMADO, Gilberto – 170
AMARAL, Edgard (capitão) – 27, 30, 48
ANDRADE NEVES (general) – 29, 153
ANDRADE, José Joaquim de (coronel) –
34, 35, 57, 114, 144, 150
ANTÔNIO CARLOS – 138
APPELT (tenente) – 115, 116, 117, 118
ARANHA, Luís – 47, 98, 100
ARANHA, Osvaldo (ministro) – 29, 47,
79, 92, 129, 147
ARNON – Ver MELLO, Arnon de
ÁVILA LINS (coronel) – 22, 26, 27, 32,
35, 43, 44, 47, 50, 84, 96, 97, 98,
108, 109, 127, 130, 138, 139

B

BALZAC – 124
BARATA, Agildo (tenente) – 85, 86
BARBOSA Domingos – 171
BARCELOS, Cristóvão (coronel) – 141,
151
BARNABÉ – Ver MORAIS, Barnabé de
BARROS, Jaime de – 168

BASTOS, Ana – 123
BELTRÃO, Maria – 124, 125
BENEDITO – Ver MORAIS, Barnabé
de
BERNARDES, Artur – 24, 93, 95, 101,
137, 138, 151
BITTENCOURT, Alberto (tenente) –
28, 32, 73, 106
BOCHECHA – Ver MORAIS, Barnabé
de
BODINHO – Ver MORAIS, Barnabé de
BORBA, Firmino (general) – 23, 92
BORGES DE MEDEIROS – 24, 29, 94,
137
BRAGA (capitão) – 121
BRAGA, Cincinato – 25
BRANDÃO, Cícero Bueno (capitão) –
44
BRÁS, Venceslau – 101, 137, 151
BRASIL, Carlos (capitão) – 67, 85, 121
BUYS, Frederico (capitão) – 23, 32, 33,
34, 35, 44, 85, 104, 127

C

CAIADO DE CASTRO (capitão) – 35
CAIXEIRO (capitão) – 112
CALIMEDE (capitão) – 74, 76
CAMARGO, Laudo de – 40
CAMPOS, Humberto de – 170
CAMPOS, J. Cordeiro de – 94
CAPANEMA, Gustavo – 91
CARDOSO, Maurício – 33, 91, 95, 146,
147, 148, 152
CARNEIRO DA FONTOURA (coro-
nel) – 116, 140

CARVALHO, Afonso de (capitão) – 105
 CARVALHO, Herculano de (coronel) – 44
 CAVALCANTI (capitão) – 38, 108
 CAVALEIRO, Henrique – 52
 CIRILO JÚNIOR – 28
 COLATINO – Ver MARQUES, Colatino
 COLLOR, Lindolfo – 151
 CORIOLANDO, Orsini (tenente) – 106
 CORREIA LIMA (capitão) – 97, 112
 CORREIA, Afonso Miranda (capitão) – 32
 CORREIA, Valdemar – 98
 COSTA REGO – 166
 COSTA, Dante – 171
 COSTA, Fernando – 91
 COSTA, Miguel (general) – 40, 92, 132
 COSTA, Zenóbio (capitão, major) – 59, 104
 CUNHA – Ver FLORES DA CUNHA

D

DAEMON, Ariosto (capitão) – 43, 44, 53, 98, 124
 DALTRO FILHO (coronel) – 25, 39, 44, 50, 73, 93, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 107, 112, 121, 122, 126
 DEMÉTRIO – Ver JACQUES, Demétrio Masson
 DI BIASE – 22

E

ESPÍRITO SANTO CARDOSO (general) – 78
 ESTEVES, Lúcio (coronel) – 132
 ETCHEGOYEN, Alcides (capitão) – 116

F

FARIA LEMOS (tenente) – 22, 32, 77, 121, 124, 148
 FERREIRA, Valdemar – 32, 114
 FIGUEIREDO, Euclides de (coronel) – 132, 144

FLÁVIO (tenente) – 113, 114
 FLEXA RIBEIRO – 134, 135
 FLORES – Ver FLORES DA CUNHA
 FLORES DA CUNHA – 24, 29, 33, 34, 61, 62, 63, 78, 91, 92, 125, 134, 151, 152, 153, 157
 FONSECA, Deodoro da – 135
 FONTOURA – Ver GUEDES DA FONTOURA
 FONTOURA, João Neves da – 25, 55, 60, 62, 79, 166, 167
 FRADIQUE – 20
 FRANÇA, José Faria – 56
 FRANCO, Virgílio de Melo – 67, 77, 106
 FREUD – 120
 FRONTIN, Paulo de – 89

G

GANDHI – 47
 GETÚLIO – Ver VARGAS, Getúlio
 GÓIS – Ver MONTEIRO, Pedro Aurélio
 GÓIS MONTEIRO – Ver MONTEIRO, Pedro Aurélio
 GOMES, João (general) – 29, 52, 152
 GORKI – 142
 GUEDES DA FONTOURA (coronel) – 44, 50, 56, 57, 58, 63, 107, 114, 117, 118, 119, 140
 GUIMARÃES, Durval (comandante) – 136
 GUIMARÃES, Protógenes (almirante) – 124, 136, 149, 150, 152

H

HALL, Ricardo (capitão) – 38, 104, 141, 168
 HELIOS – Ver MENOTTI DEL PICCHIA
 HITLER – 97
 HOCHE – 33
 HOLLAND – 60

I

ISIDORO – 144

J

JACQUES, Demétrio Masson (sargento) – 63, 64, 65, 119

JOÃO ALBERTO (capitão) – 42, 60, 86, 92, 106, 129, 131, 132, 147

JOFFRE – 146

JOSÉ AMÉRICO (ministro) – 92, 138, 168

JUAREZ – Ver TÁVORA, Juarez

K

KLINGER, Bertoldo (general) – 25, 40, 44, 55, 68, 78, 92, 134, 142, 144, 150

KOLTCHAK – 142

L

LABARTHE, Ilka – 122

LEAL, Estillac (major) – 83, 84, 86, 108, 110, 111, 120, 127

LENINE – 97, 127, 128, 149

LEOPOLDO, D. (arcebispo) – 26

LIMA, Valdomiro (general) – 18, 40, 55, 72, 160

LINHARES, Alcino (tenente) – 116

LIRA FILHO, João – 171

LÍSIAS – 120

LOBO, Celso de Oliveira (tenente) – 45, 101, 109

LUDWIG, Emil – 157

LUZARDO, Batista – 151, 153

M

MACIEL, Olegário – 47, 91

MAGALHÃES, Juraci – 92

MALAPARTE, Curzio – 149

MARIA – Ver BELTRÃO, Maria

MARIANTE (general) – 27

MARQUES, Colatino (coronel) – 107

MARX, Karl – 18

MATARAZZO – 88

MELLO, Arnon de – 20, 93, 96, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

MELO – Ver FRANCO, Virgílio de Melo

MENA BARRETO (general) – 78

MENOTTI DEL PICCHIA – 169

MONTEIRO, Cícero Góis (capitão) – 32, 153

MONTEIRO, Pedro Aurélio (general) – 18, 20, 21, 22, 25, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 58, 63, 66, 68, 72, 73, 77, 78, 80, 85, 86, 87, 92, 94, 97, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 131, 132, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 152, 153, 156, 165, 168

MONTEIRO, Silvestre Péricles de Góis (coronel) – 69, 98, 121, 122, 123, 124, 125

MORAIS, Barnabé de – 48, 49

MORAIS, Carlos A. Rodrigues de – 130

MORATO, Francisco – 92

MOREIRA LIMA (coronel) – 37, 38, 52, 71, 74, 75, 76, 77, 83, 104, 110, 111, 127, 140

MULLER, Filinto (tenente) – 24

MURICI (tenente) – 77

MUSSOLINI – 97

N

NAPOLEÃO – 19, 33, 157, 162

NEIVA (engenheiro) – 161

NEVES, João – Ver FONTOURA, João
Neves da

NOVAIS, Manuel de Freitas (capitão) – 102, 103, 104

O

OLIVEIRA BOTELHO – 106

OLIVEIRA VIANA – 17

OLIVEIRA, Aderbal de (capitão) – 132
 OLIVEIRA, Numa de – 26
 OTELO – Ver OTELO FRANCO
 OTELO FRANCO (capitão) – 23, 30,
 32, 33, 34, 84, 85, 90, 107, 127,
 128, 132, 133, 143

P

PALMEIRA, João (capitão) – 113
 PANTALEÃO TELES (general) – 92
 PAQUET (major) – 32, 47, 73, 83, 109,
 148
 PARAGUAÇU (capitão) – 113
 PARREIRAS, Ari (comandante) – 148
 PEDRO I (D.) – 135
 PEDRO ERNESTO – 92, 133
 PEIXOTO, Floriano (marechal) – 36
 PEREIRA, Alcides (tenente) – 116, 117
 PEREIRA, Arlindo (tenente) – 118
 PESSOA, Epitácio – 137
 PESSOA, João – 99
 PESSOA, Pantaleão (coronel) – 23, 30,
 32, 47, 105, 109, 148, 151
 PILA, Raul – 29, 137, 151
 PINHEIRO, Jorge (general) – 28, 141
 PONTES DE MIRANDA (juiz) – 92
 PONTES, Carlos – 134
 PRESTES, Luís Carlos – 79
 PRESTES, Júlio – 92
 PROTÓGENES – Ver GUIMARÃES,
 Protógenes
 PULQUÉRIO SERRA (capitão) – 71,
 77, 84, 104, 106, 120, 121

R

RABELO, Manuel (coronel) – 41
 RIBEIRO, Maria Rosa – 124, 125
 RODOLFO – 98
 RODRIGUES, Marina – 122
 ROSA, Maria – Ver RIBEIRO, Maria Rosa
 RUSSO – 54

S

SAIÃO (capitão) – 116
 SALGADO FILHO (ministro) – 92
 SALGADO, Marcondes (coronel) – 44,
 114
 SANTOS DUMONT – 47, 48
 SEGADAS (capitão) – 97
 SICILIANO – 26
 SILVA BARROS (capitão) – 48
 SILVEIRA, Natércia – 123
 SILVESTRE – Ver MONTEIRO, Silvestre Péricles de Góis
 SILVESTRE PÉRICLES – Ver MONTEIRO, Silvestre Péricles de Góis
 SOARES, José Carlos de Macedo – 23
 SOUSA AGUIAR (tenente) – 59, 108, 129
 STALINE – 97

T

TASSO FRAGOSO (general) – 78, 102
 TAVARES, Manuel – 37
 TÁVORA, Juarez (major) – 31, 32, 86,
 87, 92, 147
 TIBIRIÇÁ, Alice – 45, 46, 47, 127
 TOLEDO, Pedro – 108
 TROTSKY, Leon – 97

V

VALDOMIRO – Ver LIMA, Valdomiro
 VALPORTO SÁ (tenente) – 66
 VARGAS, Getúlio – 19, 24, 29, 34, 40,
 45, 66, 78, 92, 94, 95, 96, 97, 102,
 121, 129, 130, 131, 135, 144, 147,
 149, 152, 157, 159, 167
 VIGNY, Alfred de – 164

W

WASHINGTON LUÍS – 57, 68, 92,
 106, 119, 120, 167
 WHITAKER, José Maria – 26

Z

ZENÓBIO – Ver COSTA, Zenóbio

São Paulo venceu!, de Arnon de Mello, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel polen soft 80 g/m², nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília. Acabou-se de imprimir em outubro de 2018, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.



Arnon Affonso de Farias Mello

*1911 - +1983

